

Os bens comuns

modelo de gestão
dos recursos
naturais

Commons

a model for
managing natural
resources

Os bens comuns

modelo de gestão
dos recursos
naturais

Commons

a model for
managing natural
resources

A revista *Passerelle* tem por objetivo divulgar e valorizar as experiências, as análises e as propostas de diversos atores de mudanças sociais. Cada número reúne e faz dialogarem contribuições oriundas de associações e ONG, mídias, sindicatos, cidadãos e pesquisadores sobre um determinado tema.

A revista *Passerelle* é publicada, habitualmente, por ocasião dos encontros “Mercredis de la Coredem”, que perseguem a mesma finalidade: a criação de espaços livres de debates, convergências e propostas.

Todos os números da revista estão disponíveis *on line*:

www.coredem.info

Coredem

A Coredem é um espaço de compartilhamento de conhecimentos e práticas dos e para os atores de mudança. Cerca de vinte organizações, redes, compartilham desde já suas informações e análises para facilitar o acesso *on line* aos seus documentos. A Coredem é aberta a organizações, redes, movimentos e mídias que fazem de suas experiências, propostas e análises ferramentas a serviço das sociedades solidárias, sustentáveis e responsáveis.

Ritimo

A revista *Passerelle* é publicada pela Ritimo, rede de informação e documentação em prol da solidariedade e do desenvolvimento sustentável. A Ritimo acolhe o público, divulga campanhas cidadãs e organiza eventos e cursos em 90 locais na França. A Ritimo também está empenhada na difusão de informação e documentação na Internet através de seu portal de informação internacional disponível em quatro línguas, o Rinoceros, *site* de experiências cidadãs, do *site* dph e da página da Coredem.

www.rinoceros.org, www.d-p-h.info, www.ritimo.org

A iniciativa Coredem é apoiada pela Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem:

www.fph.ch

“Passerelle” is a journal dedicated to promoting and fostering the experience, reflections and proposals of the many individuals and groups involved in positive social change. Each issue is an attempt to weave together various contributions from NGOs, civil society groups, media, trade unions, social movements, academics and citizens around a specific issue.

Each new issue of “Passerelle” is often published in conjunction with public conferences (in France or elsewhere), which pursue a similar objective: creating a space for dialogue, mutualisation and building common ground between promoters of social change.

All issues are available online at:

www.coredem.info

Coredem

Coredem is an online platform dedicated to mutualising the knowledge and practices of agents of social change. About 20 organisations and networks are currently involved in the project, which is all about making their informational resources and documents easier to access and share, using, for instance, a specific search engine. Coredem is open to any organisation, network, social movement or media who conceive the information, experience and proposals they produce as building-blocks for fairer, more sustainable and more responsible societies.

Ritimo

“Passerelle” is a publication of Ritimo, a French network for information and documentation on international solidarity and sustainable development. In 90 locations throughout France, Ritimo members are involved in: maintaining public information centres on global issues; organising civil society campaigns at local and national scale; developing training sessions, school activities and public events. Ritimo is actively involved in producing and disseminating documents and information online in several languages, through its international information portal rinoceros, its citizen experience database dph and through the Coredem website. www.rinoceros.org, www.d-p-h.info, www.ritimo.org

The Coredem initiative is supported by the Charles Léopold Mayer Foundation for the Progress of Humankind:

www.fph.ch

Sumário

Introdução	6
PORQUE BENS-COMUNS?	9
Rede de Vida SILKE HELFRICH	10
Bens comuns e Bem viver CÂNDIDO GRZYBOWSKI	16
Questões sobre os “bens comuns” ALAIN LIPIETZ	20
A reinvenção dos comuns físicos e dos bens públicos sociais na era da informação PHILIPPE AIGRAIN	27
TERRA, ÁGUA, PESCA, SEMENTES	36
Propriedade da terra: um questionamento conceitual agora incontornável MICHEL MERLET	37
O comum das águas, a cidadania das águas e a segurança das águas BUENAVENTURA DARGANTES, MARY ANN MANAHAN, DANIEL MOS AND V. SURESH	43
A questão da sobrecapacidade e dos direitos de pesca Resposta ao Livro Verde das Pescas da Comissão Europeia ALAIN LE SANN	51
Sementes: os direitos coletivos dos camponeses, dos jardineiros e das comunidades contra os direitos de propriedade intelectual GUY KASTLER	55
A grande compressão: geopirateando o restante dos comuns PAT MOONEY	63

Contents

Introduction	72
WHY THE COMMONS?	75
Web of life SILKE HELFRICH	76
Commons and the "Good Life" CÂNDIDO GRZYBOWSKI	81
Questions about the "Commons" ALAIN LIPIETZ	85
Reinventing physical commons and social public goods in the information era PHILIPPE AIGRAIN	92
LAND, WATER, FISHERIES, SEEDS	100
Land Ownership: A Fundamental Critique of Its Key Concepts is Necessary MICHEL MERLET	101
Water Commons, Water Citizenship and Water Security BUENAVENTURA DARGANTES, MARY ANN MANAHAN, DANIEL MOS AND V. SURESH	106
Overcapacity and Fishing Rights A Response to the European Commission's Green Book on fisheries ALAIN LE SANN	113
Seeds: The Collective Rights of Farmers, Gardeners and Communities versus Intellectual Property Rights GUY KASTLER	117
The big squeeze: Geopirating the remaining commons PAT MOONEY	124
Lista de sites / List of websites	131

INTRODUÇÃO

Os comuns, um modelo de futuro

OLIVIER PETITJEAN

Ao longo da história, as sociedades inventaram e desenvolveram, principalmente em escala local, modos de gestão coletiva dos recursos naturais visando a assegurar sua sobrevivência e sua prosperidade: os “comuns”. Tratava-se, em certos casos, de administrar a relativa raridade desses recursos e de prevenir os conflitos que essa raridade poderia gerar; muitas vezes, a escolha de um tipo de gestão correspondia à simples constatação de que este permitiria que uma maior quantidade de recursos disponíveis fosse mais bem aproveitada, preservando-os, ao mesmo tempo, para as gerações futuras e garantindo, desse modo, as condições da perpetuação e da renovação de suas sociedades.

Essas formas de gestão sobreviveram, evoluindo até hoje, inclusive nos países do Norte. No entanto, os modelos dominantes de desenvolvimento (desde o capitalismo das grandes empresas até ao capitalismo de Estado) tenderam a destruir deliberadamente ou, ao menos, a marginalizar essas formas de gestão, apresentadas como arcaicas. Na realidade, esses “comuns” estão muito longe de serem ineficientes em termos de gestão e preservação dos recursos naturais, a não ser que sejam considerados segundo os critérios de riqueza e desenvolvimento utilizados hoje para medir os limites ambientais e sociais.

Os trabalhos aqui reunidos têm por objetivo demonstrar, através da apresentação de experiências concretas e de análises oriundas de diversas redes e organizações da sociedade civil militante, que os comuns são um modelo de futuro para enfrentar as situações de crise social e ambiental observadas em todo o planeta e os desafios globais, como a mudança climática. Um modelo que oferece muito mais garantias em termos de proteção da integridade do mundo natural, de sustentabilidade, de democracia e de justiça social que os modelos atualmente privilegiados pelos governos, pelas grandes empresas e pelas instituições internacionais.



Nestas últimas décadas, o tema dos “comuns” também assumiu uma importância primordial no campo do saber, da cultura, da informática, da comunicação e até mesmo da saúde, diante do desenvolvimento e do fortalecimento da propriedade intelectual em prol de algumas grandes empresas multinacionais.

Seja lá o que possa parecer, existem passarelas entre esses dois campos dos “comuns”, materiais e naturais de um lado, imateriais e culturais do outro. Em primeiro lugar e de modo muito simples, existem inspiração e fecundação recíprocas entre diferentes formas e diferentes modelos de criação e governança dos “comuns”. Em seguida, o campo da propriedade intelectual passa a se estender a uma parte significativa desses próprios recursos naturais através da artificialização e da privatização das sementes, da biopirataria e das patentes sobre os organismos vivos. É impossível separar a parte material da biodiversidade (as plantas e os animais e o seu meio ambiente) de sua parte imaterial (os conhecimentos tradicionais das comunidades que os mantiveram). Inversamente, a propriedade intelectual também se torna um fator de privatização de “bens comuns”, como a água ou o clima, a partir do momento em que sua gestão se torna cada vez mais dependente de inovações tecnológicas (tecnologias “limpas”, tratamento e dessalgamento da água etc.).

Enfim, os “comuns” naturais não devem ser necessariamente pensados em termos de divisão (partilha de um bolo), mas – assim como no campo do imaterial e do conhecimento – em termos de multiplicação: as comunidades cuidam dos recursos naturais, asseguram sua renovação e, ao compartilhá-los, elas multiplicam seus usos e seus usuários.

Hoje, estamos sendo continuamente entretidos com as várias crises que ameaçam nosso planeta – crise climática, crise alimentar, crise da água, crise da pesca... Os recursos estão se rarefazendo, anunciam-nos, sem que se pergunte se essa rarefação não estaria relacionada com um modelo particular de desenvolvimento. A dimensão dos problemas imporia um recurso cada vez mais frequente às soluções que são, elas mesmas, a origem dessas “crises”: o desapossamento das comunidades locais, a extensão da esfera mercantil, o salto no escuro tecnológico, a concentração dos poderes em benefício de grandes atores políticos, científicos e, sobretudo, econômicos – resumindo, um prosseguimento da privatização dos “comuns”.

Esse processo já foi amplamente iniciado. Os comuns não pararam de perder terreno ao longo do século XX, mas esse declínio se acelerou na última década. Em nome da gestão racional da pesca, da água, das terras agrícolas ou da atmosfera, novas expropriações vêm acontecendo em todo o planeta. Territórios são confiscados em nome da luta contra o desmatamento, e suas florestas primárias são substituídas por plantações. Os camponeses se veem obrigados a aceitar sementes “melhoradas”, com seu lote de adubos e tratamentos fitossanitários. A água e as terras agrícolas são apropriadas por grandes empresas em nome de seu “desempenho” pretensamente

superior – uma superioridade que, quando existe, provém da não assunção da renovação dos recursos naturais e de um uso intensivo do carbono fóssil sob todas as suas formas (adubos, transportes etc.).

Muitos atores gostariam que o encontro Rio + 20 servisse apenas para legitimar essa lógica de privatização com a etiqueta da “economia verde”. Trata-se, com a financiarização dos recursos naturais, de consagrar de modo definitivo o reino sem compartilhamento da propriedade privada, para assim se impor diante das resistências que emergiram de todas as partes contra a mercantilização acelerada da vida. Por isso nos pareceu necessário preparar uma nova edição deste caderno, cuja primeira versão foi publicada em francês há dois anos. De lá para cá, cresceu o número de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais que se apropriaram da temática dos bens comuns, e passarelas estão se erguendo entre setores e combates aparentemente distanciados, que vão desde sementes até os *softwares* livres.

É indubitável que os comuns devem evoluir no mesmo ritmo que o mundo. A realidade das interdependências faz com que nem sempre seja suficiente abordar os problemas em escala unicamente local. Os comuns do futuro devem ser, em parte, defendidos e preservados, em parte, reconstruídos e, em parte, inventados, tomando-se por base a experiência acumulada. Em alguns casos, isso implicará que as populações do Sul ensinem novamente às populações do Norte o que estas, em parte, perderam de vista. A partir de agora, o fortalecimento das trocas entre sociedades civis, movimentos sociais e comunidades titulares de bens comuns naturais ou culturais, o reconhecimento de sua capacidade de auto-organização e de inovação social, a invenção de políticas públicas em harmonia com os comuns devem estar na ordem do dia.

Também é preciso que novas articulações entre o local e o mundial sejam construídas para que os comuns sejam fortalecidos e desenvolvidos em prol, ao mesmo tempo, das sociedades locais que deles dependem e do planeta como um todo. Os recentes encontros internacionais sobre o clima demonstraram de modo retumbante como o “comum mundial” se tornou uma realidade – assim como mostraram de modo igualmente manifesto a incapacidade do atual modelo interestatal de assumir a responsabilidade sobre esse comum. A conferência da ONU há de marcar um avanço em direção a uma maior integração e a um maior reconhecimento do modelo dos bens comuns no sistema internacional – e não o grande retrocesso que consistiria em aceitar que os comuns naturais fossem definitivamente colocados nas mãos de um punhado de grandes empresas transnacionais.



PORQUE BENS-COMUNS?

Rede de Vida

SILKE HELRICH

Silke Helrich é co-fundadora de “*commons-blog*”:
<http://commonsblog.wordpress.com>. Ela é responsável pelo
escritório regional da Fundação Heinrich Böll na América Latina,
editou vários livros coletivos sobre os bens-comuns.

Quando falamos dos “comuns”, do que estamos falando?

Um navio de cruzeiro faz escalas de porto em porto. No convés encontram-se algumas cadeiras do tipo espreguiçadeira, em número três vezes menor do que o de passageiros. Nos primeiros dias de viagem, as espreguiçadeiras mudavam de “dono” continuamente. Quando alguém se levantava, a cadeira era considerada vaga, pois as toalhas de banho e outros símbolos de ocupação não eram reconhecidos como tais. Essa regra se mostrou apropriada para aquela situação específica. E funcionou bem, porque era simples: o uso era gratuito, mas de curto prazo!

Isso nos leva diretamente a um dos princípios de uma economia e de uma sociedade que se baseia em bens comuns: Usar? Sim! Abusar? Não!

Dessa forma, mesmo em número limitado, as espreguiçadeiras não eram “recursos escassos”.

Mais tarde, depois de zarpar de um porto em que novos passageiros embarcaram, essa ordem sofreu um colapso. Os recém-chegados passaram a ocupar as cadeiras e a reivindicar sua posse permanente. Assim, a maioria dos outros passageiros não teve oportunidade de relaxar em uma espreguiçadeira. Resultado: a escassez predominou, surgiram conflitos, e dos passageiros a bordo sentiram-se pior do que antes. (Baseado em H. Popitz, *Phänomene der Macht [Fenômenos do poder]*.)

O que essa história nos pode ensinar? Em primeiro lugar, que todos os comuns são formas de prosperidade compartilhada; ou, como diz Wolfgang Sachs: quando falamos dos comuns, falamos de um “segredo escondido de nossa prosperidade”.

Tal mensagem é forte, mas simples. “Os comuns são uma rede de vida”, afirma Vandana Shiva. Na verdade, os comuns são a rede da vida em sua esfera natural,



"No dia 9 de dezembro de 2009, durante uma tempestade de neve, os frequentadores da Times Square fizeram uma de guerra de bola de neve. Mesmo com o tráfego reduzido por causa do tempo, acho que uma cena dessas não teria acontecido sem as medidas tomadas no verão passado em benefício dos pedestres", afirma o fotógrafo Zokuga (cc-by-sa).

social, cultural e digital. Quando falamos dos comuns, falamos de qualidade de vida, do nosso futuro e do futuro de nossos filhos.

O problema é que os comuns estão em toda parte, mas muitas vezes ficam invisíveis para nós. Podem então se perder e, conseqüentemente, cair no esquecimento. Eles se perdem pela força bruta (ou seja, por nós mesmos, como no episódio do navio), ou pela força do dinheiro (ou seja, pelo mercado), ou pela ação do capitão (isto é, pelo Estado). O resultado desse processo é uma erosão dos comuns.

Assim, a verdadeira "tragédia dos comuns" (uma conhecida metáfora cunhada por G. Hardin) é que só tomamos consciência deles e de seu enorme valor para nós quando estão quase desaparecendo.

Sempre me perguntam: o que exatamente são os comuns?

Temos o costume de fragmentar a complexidade em definições curtas, "científicas" e, supostamente, objetivas.

Algumas das teorizações mais inovadoras sobre os comuns foram feitas por Elinor Ostrom. Ela e suas colegas insistem em afirmar que não existe uma "lista mestra" ou uma definição única de comuns. Cada comum é produto de uma circunstância histórica singular, de uma cultura local, de determinadas condições econômicas e ecológicas, e assim por diante.



Elinor Ostrom

Em vez de uma definição única, devemos examinar o que todos os comuns têm em comum.

O que a defesa da biodiversidade tem em comum com a luta por softwares e hardwares livres?

Por que a batalha pelo acesso ao conhecimento e à cultura é a mesma daquela por acesso à água e contra a mudança climática?

Os comuns nos permitem unificar em pensamento o que está separado em nosso espírito, mas que constitui uma unidade.

1. Todos os comuns compartilham uma função. Os comuns são essenciais para nós, sejam os naturais, os sociais ou os comuns do conhecimento: “Os comuns naturais são necessários para nossa sobrevivência, enquanto os comuns sociais garantem a coesão social, e os comuns culturais, por sua vez, são indispensáveis para dirigirmos nossas paixões com autonomia.” (fonte: *Manifest: Gemeingüter stärken. Jetzt!* [*Manifesto: Fortalecimento dos comuns. Já!*])

2. Todos os comuns têm uma arquitetura: ou seja, podemos vê-los como sistemas complexos nos quais diversos componentes interagem. É claro que essas arquiteturas diferem muito entre si, mas todas se baseiam em três elementos genéricos fundamentais.

Vejamos rapidamente alguns exemplos concretos do primeiro elemento: existe a biodiversidade, a água, nosso código genético, os algoritmos e as técnicas culturais que utilizamos para produzir conhecimento – como ler e escrever; notas musicais e ondas sonoras para transmitir música, ou o espectro eletromagnético para transmitir informações; o tempo de que dispomos, as regras do jogo, as informações, o conhecimento de que precisamos para conseguir um diagnóstico médico ou o conhecimento compilado por milhões que wikipediano, o código digital dentro de um programa de computador ou o silêncio.



Source: RodBegbie
(cc-by-nd-sa)

E a capacidade atmosférica de absorver emissões de CO₂: todos esses são “recursos comuns”. Todos nós temos o mesmo direito de utilizar tais recursos.

Um recurso comum é o primeiro elemento fundamental da arquitetura dos comuns. Qual é o segundo?

Esta foto tem a legenda: “Minha primeira cadeira guardadora de vaga para estacionar.” Existe, em muitos bairros de Boston, um ritual de inverno: quando começam a cair os primeiros flocos de neve, os engradados, as latas de lixo e as cadeiras saem das casas. São usados para proteger o que alguns residentes insistem em chamar de “seus” espaços na rua. Pode-se pensar: “mas os espaços não são *deles* – quer dizer, quem é dono da rua?”

“Trata-se ainda de um comum”, afirma Elinor Ostrom, porque os residentes, que formam uma determinada comunidade, compartilham um entendimento comum do modo como utilizar um recurso. Assim, em muitos bairros de Boston (não em todos), entende-se que se você limpar um espaço na neve com uma pá, você ganha o direito de estacionar ali até que a neve derreta. Você assinala esse direito colocando uma cadeira naquele espaço. Novamente, como no exemplo do navio, a solução é consentir direito de uso (temporário) ao invés de direito exclusivo de propriedade privada.

Em outras palavras, a posse temporária é diferente da propriedade eterna. Todos podem tomar posse de um comum, desde que não o leve para longe dos outros – nem das gerações futuras!

A comunidade, o grupo de pessoas que compartilha um recurso comum, eis o nosso segundo elemento fundamental. No caso da atmosfera e de outros comuns globais, esse “grupo” é toda a humanidade.

Na verdade, deveríamos falar dos comuns como verbo, não como substantivo. Não se trata da água ou da atmosfera ou do código por eles mesmos. Trata-se de nós, das decisões que tomamos.

Para citar Peter Linebaugh: “Não há comuns sem comunicação.”

“O exemplo da vaga para estacionar demonstra maravilhosamente como um comum pode ser idiossincrático”, diz meu colega David Bollier. Na Internet, onde os recursos são bits intangíveis de códigos e de informações, a governança dos comuns assume formas muito diferentes. Cada comunidade define suas próprias regras. E esse é o terceiro elemento fundamental da arquitetura de um comum: um conjunto de regras citadas, na medida do possível, pelo próprio grupo.

Uma sociedade com base em comuns será fundamentada em regras criadas de modo a manter e recriar automaticamente nossos comuns.

O que está errado e como mudar isso?

Quem conhece este homem, levante a mão!



E este outro?





Qual a razão da diferença?

Todos nós devemos muito a Tim Bernes-Lee. Contudo, a maioria de nós não o conhece, nem por nome, nem por foto. Por outro lado, conhecemos bem o papel de Bill Gates na economia atual.

Em 1989, Tim Berners-Lee criou a linguagem HTML (Hypertext Markup Language), usada na descrição para páginas da Internet, e o respectivo protocolo HTTP. Berners-Lee não patenteou suas ideias, nem suas implementações técnicas e, ainda, garantiu que o World Wide Web Consortium (W3C) adotasse apenas padrões não patenteados.

Essa abordagem reflete uma ideia central dos comuns: a ideia de compartilhar, bem como a importância de abrir mão de controlar o que as pessoas fazem. “As páginas da Web são destinadas às pessoas”, afirma Berners-Lee.

Ele contribuiu para os comuns de forma muito significativa e bem sucedida. Mas o problema é que nossa ideia de sucesso está ligada a velhos paradigmas, a saldos contábeis, à presença na mídia e a estratégias de negócios, independente de sua contribuição para os comuns.

Se quisermos que os comuns tenham um lugar de destaque em nossa sociedade, a ação dos atores econômicos, do Estado e do indivíduo deve passar a ser medida com base na contribuição que trazem aos comuns (e não ao PIB).

“Quem quer que contribua para os comuns, em vez de apenas se valer deles, merece prestígio e reconhecimento social.” (fonte: *Manifest: Gemeingüter stärken. Jetzt!*)

Por essas razões, precisamos urgentemente de novas ideias e de novas histórias para o século XXI.

Há muitas maneiras de contribuirmos para os comuns, se focalizarmos radicalmente em:

- Produção descentralizada, possibilitada por novos níveis de trabalho em rede com ferramentais digitais.
- Cooperação em nível local e global.
- Diversidade de recursos, comunidades, configurações e regras.
- Relacionalidade – que remete à seguinte ideia: “Eu preciso dos outros, e os outros precisam de mim.”

Tais são as ideias centrais que sustentam a mudança para uma sociedade fundamentada em comuns.

Bens comuns e Bem viver

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

ibase.

Cândido Grzybowski é sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

A crise climática virou senso comum. Com isso, vivemos um daqueles momentos raros da história humana em que é possível instaurar um debate sobre os próprios fundamentos do nosso modo de vida. Basta extrair do senso comum o bom senso transformador, no exato sentido que lhe deu Gramsci, falando da constituição de movimentos irresistíveis de transformação com capacidade de conquista de hegemonia na sociedade – reconhecimento e convencimento político e cultural da legitimidade e justiça da causa por amplos setores no interior da sociedade civil, o berço da cidadania.

A civilização dominante – em que a riqueza de um povo é medida por ter sempre mais e mais bens, pela renda per capita, pela acumulação e crescimento do PIB – foi feita a pau e fogo, literalmente, durante alguns séculos da recente história humana. Conquista e colonização, com escravidão de povos inteiros; revolução industrial e um modo de vida baseado no produtivismo e consumismo sem limites; imperialismos e guerras, mudando de mãos e territórios, foram se sucedendo na medida da necessidade, para garantir a dominação da tal civilização, até hoje. A globalização capitalista das últimas décadas virou referência para praticamente toda a humanidade.

Apesar do seu fascínio, conquistando corações e mentes quase sem fronteiras, o fato é que o estilo de vida dessa civilização tem a exclusão social e a destruição ambiental como pressuposto incontornável. Daí a importância do senso comum sobre a crise ambiental. Começa a surgir a consciência que assim não dá, o planeta não suporta. Seriam necessários cinco planetas para a humanidade inteira, os 7 bilhões que somos, terem o nível médio dos norte-americanos. Pior, o tal footprint – a pegada ecológica – aponta que o planeta não teria recursos para prover a humanidade inteira se o padrão fosse a média brasileira. O jeito é mudar. Mas eticamente não dá para salvar



Parque Calumet, Illinois, EUA (Foto: EPA)

o planeta e esquecer a humanidade. Como conciliar uma agenda de justiça social e justiça ambiental? Eis a grande questão para a cidadania e a democracia. Esse é o bom senso a extrair como agenda transformadora no momento histórico que vivemos.

Crise da civilização

Atrás da crise climática precisamos mostrar a própria crise de civilização. Temos que começar questionando os princípios e valores que embasam a ideia da qualidade de vida produzidos pelo produtivismo e consumismo. Mais, temos que reconstruir o elo perdido com a biosfera e a ética, que a ciência e a tecnologia romperam. É indiscutível o enorme poder de domínio da natureza e da vida pela ciência e tecnologia materializadas em meios de produção e na industrialização de todos os setores da atividade humana. Mas seu avanço se deu às custas da natureza, usando-a de forma destrutiva, não sustentável, em termos ambientais e em termos sociais. Essa civilização intensiva em carbono e matéria está provocando o desastre climático. Precisamos começar por descarbonizar, desmaterializar, relocalizar a economia – produzir aqui, com as possibilidades daqui, para consumir aqui. Trata-se de parar de buscar o crescimento a todo custo e se voltar mais à felicidade humana, reencontrar-se e reinserir-se como parte de toda a vida natural e do seu ciclo regenerativo. Estamos diante de um imperativo ético, da vida no planeta, de toda a vida, desta e de gerações futuras. A condição é sair de uma civilização do ter e acumular e buscar o bem viver, com todos os direitos humanos para todos os seres humanos, respeitando os direitos da própria “mãe” natureza, patrimônio comum da vida.

A mudança de mentalidades e práticas traz ao centro da questão os bens comuns, os bens que são de toda a coletividade. O bem viver tem como pressuposto o



Favela Dona Marta,
Rio de Janeiro
(Foto: exfordy, cc-by)

compartilhamento dos bens comuns, como condição da vida. Organizar a sociedade em torno aos bens comuns é revalorizar a coletividade como condição da própria sustentabilidade. Cabe à coletividade zelar pelo acesso de todos(as) e pela conservação e uso sustentável de seus bens comuns. Mais, é a participação em igualdade de condições de todos(as) os(as) integrantes da coletividade, democraticamente, que garantirá o caráter de bens comuns e do bem viver coletivo. Estamos diante de uma junção fundamental entre bases da vida e democracia, entre justiça ambiental e justiça social, com participação ativa da cidadania.

São bens comuns o que recebemos como dom da natureza: a água e a chuva, as nascentes, os rios e os mares, os ventos e o sol, o clima e a atmosfera como um todo, a biodiversidade, os solos e sua fertilidade, os minerais. A lista é imensa e o modo de acesso e uso deles é uma questão fundamental da qualidade de vida, com sustentabilidade e justiça, na perspectiva do bem viver. Alguns são finitos, como os recursos minerais, entre eles o carvão mineral, o petróleo e o gás, fruto de decomposição de matéria orgânica ao longo de milhões de anos. Outros são em estoque dado, como a água. Outros, como o sol e os ventos, são recursos ilimitados.

Ocorre que os bens comuns naturais, como patrimônio de toda humanidade, estão desigualmente distribuídos no planeta. Isso marca as possibilidades e as diferentes culturas dos povos. Mas impõe uma questão ética e de justiça: como compartilhar entre todos e todas os bens comuns naturais? Um absurdo inventado pela humanidade e particularmente expandido pelo capitalismo capturou grande parte dos bens naturais como propriedade de indivíduos, grupos e povos. Na origem, propriedade dos mais fortes, transformada em direito garantido pelas leis e tribunais.

Alguns bens comuns são únicos, como as belezas naturais e os grandes ecossistemas que regulam o próprio clima do planeta, como as grandes florestas tropicais, as estepes, os pólos, as cordilheiras geladas. A sua divisão ou mau uso pode levar



à destruição, afetando o conjunto da vida e da humanidade. A sua gestão como patrimônio da humanidade é incontornável. Mas tal imposição é também necessária na exploração e uso de energia fóssil, na medida que a sua queima descontrolada e desigualmente afeta o clima de todos, revela injustiça climática.

Manifestações culturais

Bens comuns, porém, não são só naturais. A genialidade coletiva da humanidade gestou, ao longo do tempo, bens comuns de fundamental importância para o bem viver: as diferentes manifestações culturais, as línguas, as filosofias e as religiões, a educação, a informação e a comunicação, a ciência e a técnica. São bens comuns ilimitados, que quanto mais se compartilham mais crescem. Eles são a fronteira de expansão do bem viver, da felicidade humana.

Esses bens comuns são ameaçados pela propriedade intelectual, um artifício do capitalismo para tornar escasso e vendável o ilimitado. O exemplo mais notável, no momento, é o que se passa com a revolução das tecnologias de informação e comunicação, em particular internet e software. A luta entre software livre e software proprietário – Linux contra Microsoft – é entre o bem comum e a propriedade intelectual. Extensivamente, se pode dizer que, na comunicação, a mídia em geral está diante da possibilidade de expansão ilimitada da “mídia cidadã”, livre, pautada pelo bem comum, versus “mídia proprietária”, dos donos privados dos meios.

Cidades

A tragédia que se abateu sobre o Rio de Janeiro deve nos fazer pensar sobre como tratamos a cidade. As cidades são um bem comum em permanente mudança e, a seu modo, bens únicos. Já temos as reconhecidas cidades históricas, tratadas como patrimônio cultural da humanidade. Mas as cidades, todas, são bens comuns, bens de todos(as) os(as) seus(as) moradores(as). Por isso, é legítima a reivindicação do direito à cidade para todos(as) que nela vivem. Não basta considerar as vias de comunicação, as ruas e avenidas e as praças e parques como bens públicos fundamentais, como os únicos bens comuns das cidades. As capacidades aí existentes, as instituições criadas ao longo do tempo, a sinergia criadora do coletivo, enfim, são muitos os aspectos que tornam a cidade um bem coletivo, comum, de todos e todas. Seu usufruto coletivo, o compartilhar a cidade, só aumenta seu valor como bem comum.

Mas existem os problemas, não só os evidentes – como os que acompanhamos durante a tragédia do Rio –, mas os relativos a privilégios, exclusões, segregações, enfim, práticas privatistas, discriminatórias e individualistas, assim como políticas públicas orientadas segundo os interesses dos mais poderosos.

A cidade como um bem comum e território único, como sítio natural em simbiose com a construção humana ao longo de gerações, é o fundamento de uma nova economia e um novo poder, localizados, para construir as bases do bem viver, democráticas e sustentáveis.

Questões sobre os “bens comuns”

ALAIN LIPIETZ

Alain Lipietz é economista, militante do *Les Verts*, o partido verde francês, e foi deputado europeu entre 1999 e 2009.

Este artigo, tirado de uma intervenção apresentada no Fórum Social Mundial de Belém (janeiro de 2009), é reproduzido aqui com a gentil autorização do autor. Ele foi publicado em formato resumido no número de janeiro de 2010 da revista *Esprit*.

Comentando uma obra coletiva sobre os bens comuns oriunda das redes latino-americanas, Alain Lipietz ressalta o desafio da articulação dos comuns – entendido aqui como um certo tipo de relações sociais baseadas numa lógica de comunização – com as relações mercantis e com o Estado.

A obra coordenada por Silke Helfrich¹ é absolutamente notável. Não apenas pela profundidade teórica das sínteses, mas também pela variedade dos exemplos, dos estudos de casos de “bens comuns”: o patrimônio genético, os lagos, as florestas, o espectro eletromagnético, o saber indígena, a atmosfera, as técnicas da informática... Percebe-se bem que essa obra é o resultado do trabalho de toda uma rede, implementado por Silke em sua atividade de responsável pelo escritório regional da fundação Heinrich Böll na América Latina. Ainda que essa rede não tenha nascido propriamente no Fórum Social Mundial, ela é uma ilustração e um exemplo típico daquilo de que o FSM é capaz.

De minha parte, eu havia organizado um seminário no Parlamento Europeu sobre o mesmo tema partindo da pergunta: “Por que lutamos pela gratuidade, pela não patentibilidade dos elementos de algoritmo nos *softwares* e, ao mesmo tempo, buscamos defender os povos indígenas contra a biopirataria, a pilhagem sem remuneração de seu conhecimento sobre a biodiversidade?” Esse livro esclarece esse debate de forma magistral.

Começarei por elogiá-lo tanto quanto eu puder, depois, formularei algumas críticas que se pretendem construtivas.



Os bens comuns, coisas ou relações sociais

Quais lições devem ser tiradas dessas muitas contribuições? Duas, fundamentalmente.

Os bens comuns não são coisas, mas relações sociais. Ou, para se mais exato, as coisas às quais eles dizem respeito (materiais ou imateriais, pastagem ou espaço dos conhecimentos) não são senão muito raramente *res nullius*, ou seja, bens que não pertencem a ninguém e que, portanto, podem ser superexplorados e destruídos. Aqueles que nós conhecemos e que, por isso mesmo, não são destruídos, sempre foram regulados quanto ao seu acesso e uso pelas relações sociais: formas de propriedade, de autoridade, regras consuetudinárias. O artigo do ecologista Garret Hardin, publicado em 1968 na revista *Science*, que tornou célebre seu nome, “The Tragedy of the Commons”, é, portanto, totalmente equivocado. O que ele escreve (sobrepastagem dos campos comunais) pode ter acontecido, mas, certamente, não por falta de regras consuetudinárias. Isso não impede que existam recursos comuns que se esgotam por falta de regulação, como os bancos de peixes ou a capacidade de reciclagem dos gases de efeito estufa pela atmosfera. Mas, em geral, a tomada de consciência sobre essa dilapidação acaba levando a sociedade a criar uma regulação.

Esses modos de regulação dos bens comuns são extremamente diversos, primeiro, porque eles se aplicam a recursos muito diferentes (dos bens mais materiais aos mais imateriais) e porque cada recurso pode ser administrado de diferentes maneiras. Os bens comuns são o reino da diversidade. O livro nos mostra exemplos dessa diversidade através de vários estudos de casos e sínteses.

Acrescentemos que os autores, cuja simpatia em relação aos bens comuns é evidente, não escondem que esse modo de gestão de um recurso não é a melhor solução, a mais eficiente em todas as circunstâncias, nem mesmo no que diz respeito à propriedade privada. Ou que, ao menos, seu modo de regulação pode necessitar ajustes sérios.

A etimologia profunda de “comum”

Mas não estou aqui para fazer publicidade desse livro, embora eu o considere um verdadeiro “textbook” para militantes e estudantes, mas sim para criticá-lo, ou seja, para ressaltar os pontos fracos e, assim contribuir para o avanço.

Minha primeira observação, o que mais me irrita, é a insistência da maioria dos artigos em considerar que a palavra *commons* é de origem inglesa e até mesmo anglo-saxã! Ela não é inglesa, mas francesa e, para se mais exato, normanda, o que é duplamente importante.

Quando os normandos de Guilherme, o Conquistador tomaram a Inglaterra em 1066, eles impuseram ali uma forma já aperfeiçoada de feudalismo. Evidentemente, eles se expressavam em francês, ou seja, numa mistura de palavras de origem latina e,



Derbyshire, Reino Unido
(Foto: melody, cc-by-nc-nd)

secundariamente, germânica. No feudalismo, os bens coletivos ou de uso público têm dois nomes conforme seu proprietário: “comum” ou “comunal”, para a propriedade dos camponeses, e “banal”, para a propriedade do senhor (essencialmente, o moinho, o forno de pão e as florestas). Assim, “comum” é um termo jurídico do feudalismo e um termo de origem latina.

Primeiramente, um comentário sobre seu caráter feudal. Ainda que os camponeses (servos ou livres) possuísem terras em comum além da gleba à qual estavam ligados e as terras do senhor, nas quais eles deviam realizar corveias, essa possessão não os impedia de ter que dividir o fruto delas com o senhor sob a forma de tributo (a “talha”). A relação social de “comum” é articulada, supradeterminada e dominada pela relação feudal. Uma organização social como o feudalismo, assim como o capitalismo, nunca se reduz a uma única relação, ela é uma articulação de relações sociais, entre as quais algumas podem nos parecer mais “progressistas” que outras, sem deixarem de ser, ao mesmo tempo, auxiliares de uma forma de dominação.

E o “comum” é, certamente, uma das peças mais permanentes e, potencialmente, as mais progressistas de todas as formas de organização social. É aí que é preciso evocar a origem latina da palavra. “Comum” vem de *munus*, que significa, ao mesmo tempo, “dom” e “encargo”. Em outras palavras, receber um *munus* como dom é se ver “obrigado” a oferecer outro dom em contrapartida. *Munus* é, portanto, a expressão nodal daquilo que o grande antropólogo Karl Polanyi chama de “reciprocidade”.

Para Polanyi, existem três formas de socializar o trabalho dos indivíduos humanos: a troca (eu lhe dou para que você me dê), a redistribuição (o Estado tira de cada um



para dar a todos) e a reciprocidade: eu dou, porque confio que, quando eu precisar, a sociedade me dará. Da palavra *munus* deriva, evidentemente, “comum” (de “co”, que significa “com”): é o sistema dos dons e encargos que rege o que a “comunidade” tem em comum. Essa comunidade tem, em geral, um sistema de direção política que lhe é próprio: a municipalidade. “Cipal” vem de “caput”, que significa “chefe”, “cabeça”. Esse chefe tem a obrigação de agir com munificência, oferecer à comunidade socorro, festas e monumentos.

Karl Marx chamou de comunismo um modo de produção, superior ao socialismo (“a cada um segundo o seu trabalho”), regido pela regra “de cada um na medida de suas capacidades, a cada um de acordo com suas necessidades”. Do socialismo ao comunismo, passa-se, portanto, essencialmente, da redistribuição à reciprocidade. Marx, que entendia bem que a reciprocidade era muito anterior à troca mercantil e ao Estado (os quais não aparecem verdadeiramente senão ao cabo de vários milênios de revolução neolítica, na Suméria e no Nilo), falava de um comunismo primitivo e sonhava com um comunismo da abundância. Nós, por nossa vez, lidamos com comuns que, como vimos anteriormente, articulam-se com a dominação política (por exemplo, feudal) e com o mercado, na maioria das vezes, em posição dominada.

Houve, sim, uma “tragédia dos comuns”, mas ela foi o contrário do relato de Hardin. As terras comunais se estenderam com o desmatamento da floresta europeia até o início do século XIV. Quando a peste negra sobreveio, a Europa não tinha mais reservas para explorar segundo esse método, e a miséria era latente por toda parte. A peste, propagada pelas guerras feudais, aniquilou dois terços da população europeia. Esta levou dois séculos para se reerguer, mas as formas de valorização das terras haviam mudado: a revolução agrária, a rotação trienal e a estrumação dos solos não podia se satisfazer com as regras de gestão consuetudinárias que proibiam, de fato, que um camponês fertilizasse seu campo para colheitas futuras. Ela exigia regras de gestão muito diferentes e, de fato, a propriedade ou, ao menos, a posse privada das terras. Os camponeses mais ricos impuseram em seu proveito o “movimento das *enclosures*”.

Poder político e bens comuns

Outra dificuldade desse livro é que, implicitamente, ele opõe e até mesmo procura isolar os bens comuns, com sua regulação pela reciprocidade, do Estado e do mercado. Infelizmente, isso é impossível no conjunto complexo constituído por toda e qualquer sociedade. Como acabamos de ver, um bem comum, como os prados comunais da Idade Média, estava subordinado a um poder político externo, o do senhor. O mesmo acontece com um oásis do Saara que regule a distribuição de seu poço: ele mesmo está inscrito em um Estado que o engloba, é dominado, eventualmente, por uma casta de guerreiros ou de mercadores caravaneiros etc.

Mais importante ainda, a regulação de um bem comum é, muitas vezes, confiada a um apêndice político, a um “Estado local”, seja ele um xamã, um cacique, um conselho

de anciãos, uma municipalidade etc. Esses poderes políticos que regem os bens comuns podem ser, eles mesmos, extremamente hierárquicos. Por exemplo, a família, que é a comunidade de base mais antiga, está organizada, quiçá desde sempre, segundo as relações sociais patriarcais: dominação do *pater familias* sobre as mulheres e os homens mais jovens, das mulheres mais velhas sobre as jovens noras etc.

A interação de um bem comum numa sociedade mais ampla, situada sob a autoridade de um poder político de maior extensão coloca, evidentemente, a questão da pertença ao bem comum. Implicitamente, nesse livro, considera-se, por exemplo, que a Amazônia pertence, por um lado, aos povos indígenas que tiram dela seus recursos (sua biodiversidade) de modo sustentável e, por outro, à humanidade inteira, já que a Amazônia é um poderoso estabilizador do clima e uma reserva mundial de água doce. E o Brasil nisso tudo?

Quando, às vésperas da ECO-92, eu estava fazendo algumas conferências em Porto Alegre, vi pichadas nos muros frases como “A Amazônia é nossa. Yankees fora!”. Uma palavra de ordem que se dirigia às estrelas de Hollywood que foram levar seu apoio aos povos indígenas e à ideia da Amazônia como bem comum da humanidade. De fato, eu fiquei chocado com o fato de habitantes do Rio Grande do Sul, a maioria deles de origem italiana e alemã, pretenderem afirmar sua propriedade sobre a Amazônia, que fica a milhares de quilômetros ao norte! Todavia, tampouco estou de acordo com os colonos da “Meia-Lua” (piemonte amazônico da Bolívia) que pretendem reservar para si os ricos recursos em hidrocarburetos de seu subsolo, sem dividir os lucros deles resultantes com o resto da Bolívia, quando esses mesmos colonos desceram da *Sierra* há cerca de cinquenta anos, depois de terem explorado dela os minerais.

No máximo, poderíamos dizer que o subsolo da Meia-Lua pertence aos guaranis em virtude da Convenção 169 da OIT, mas nem essa convenção nem os artigos 15 e 8-j da Convenção sobre a Biodiversidade reservam a eles o acesso e a fruição exclusiva desse subsolo. O Estado é o “guardião” (*custodian*) dele e deve tratar de obter o consentimento previamente esclarecido da comunidade local se a ele conceder acesso, dividindo com essa comunidade os lucros dele provenientes. É o que chamamos hoje de “regime ABS” (*Access & Benefit Sharing*). A partir do momento em que o Estado existe como aparelho de redistribuição, é normal que os lucros resultantes da exploração de um recurso comum local sejam redistribuídos em escala nacional. Do mesmo modo, aliás, é normal que o Estado e a comunidade internacional assumam uma parte do fardo representado pelo “encargo” de cuidar, no plano local, de um bem comum de interesse global.

Bens comuns e relações mercantis

Como acabamos de ver, as regras de acesso, a divisão dos lucros e dos encargos de um recurso comum podem representar uma acumulação de interesses comunitários diversos, e os conflitos que disso podem assumirão, decerto, uma importância cada



Mato Grosso, Brasil
(Foto: leoffreitas, cc-by-nc-sa)

vez maior ao longo do século XXI. Acabamos de indicar, incidentalmente, um modo de designar essa divisão como divisão dos lucros. O que, implicitamente, articula a regulação dos bens comuns com as relações monetárias e, através disso, pode-se pensar, com as relações de trocas mercantis. As coisas são mais complexas.

Primeiramente, nem tudo que é relação de dinheiro é relação de troca mercantil. Uma multa por estacionamento irregular no espaço urbano comum não é uma relação mercantil! Do mesmo modo, o dote que acompanha a circulação das filhas ou dos filhos (segundo os regimes matrimoniais locais) não representa verdadeiramente uma venda dos filhos ou das filhas ou a compra de um marido ou de uma esposa (ainda que Jacó tenha tido que trabalhar muito tempo para Labão antes de se casar com sua filha, Raquel, isso designa mais relações patriarcais do que relações mercantis).

A reciprocidade tem uma palavra pra designar a forma de dom monetário que recompensa um encargo (*munus*): a re-mun-eração. A remuneração não é nem um salário nem um preço, mesmo que seja parecida com eles.

Tomemos, por exemplo, a forma atualmente mais direta, política e até mesmo burocrática de gestão desse bem comum que é a atmosfera e de sua capacidade de reciclar os gases de efeito estufa: a atribuição de cotas de emissão de gás de efeito estufa. Na União Europeia, essa atribuição é feita pelos Estados às diversas indústrias. Ela pode ser gratuita, mas também existem cotas pagas: vendidas em leilão ou adjudicadas (ecotaxas). Em seguida, as cotas podem ser trocadas, de modo que os que fizeram um esforço especial para reduzir sua poluição revendem suas cotas excedentes aos que não fizeram esse esforço. Poderemos dizer que dar cotas em função das poluições efetivas habituais (*grand fathering*, método do avô) é mais “comunitário” que colocá-las em leilão, o que equivaleria a “mercantilizar” a atmosfera? Os deputados europeus verdes consideram, ao contrário, que o primeiro método equivale a enrijecer os “direitos adquiridos” dos mais poluidores, tornando-os uma verdadeira “*enclosure* dos bens comunais”. Eles lutam, portanto, contra os governos produtivistas e de direita para que uma parte cada vez maior das cotas



Fórum Social Mundial 2009, Belém, Brasil (Foto: Nicolas Haeringer, cc-by-nc-sa)

seja leiloada. Nesse caso, a compra de cotas deve ser considerada como uma multa sobre a poluição e a revenda de cotas liberadas pelo esforço de produzir limpo deve ser tida como uma remuneração.

Conclusão

Aquelas e aqueles que amam os bens comuns e a reciprocidade destacarão, com razão, os perigos que sua articulação necessária com a política e o Estado, com o dinheiro e as relações mercantis faz recair sobre eles. Essa prudência não deve conduzir ao isolamento dos bens comuns em relação ao resto do mundo, ao reino do Estado e do mercado. O Estado e o mercado não são cadáveres que podemos fechar num caixão e jogar ao mar. Eles continuarão, durante muito, muito tempo, contaminando e ameaçando com sua lógica fria as relações de reciprocidade, que têm por função regular os bens comuns, e tudo que podemos fazer é tentar reduzir sua importância. O que podemos esperar é fazer com que as relações de reciprocidade se tornem cada vez mais importantes diante das relações de troca e de autoridade.

O Fórum Social Mundial tem por divisa “Um outro mundo é possível”. Mais uma vez, trata-se da frase de um poeta francês surrealista e comunista, Paul Éluard. Não nos esqueçamos do verso que se segue a essa divisa: “Um outro mundo é possível/ Mas ele está dentro deste”.

NOTES

[1] HELFRICH, Silke (org.). *Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía*. São Salvador/ Cidade do México, 2008. Disponível em: [HTTP://boell-latinoamerica.org/download_es/Bienes_Comunes_total_Ediboell.pdf](http://boell-latinoamerica.org/download_es/Bienes_Comunes_total_Ediboell.pdf) (cf. as versões em alemão e inglês no fim do arquivo).



A reinvenção dos comuns físicos e dos bens públicos sociais na era da informação

PHILIPPE AIGRAIN

Philippe Aigrain é analista e militante dos bens comuns informacionais e do conhecimento. Ele fundou a sociedade Sopinspace, especializada no debate público e na colaboração através da rede.

Este artigo foi publicado no número 41 (primavera de 2010) da revista *Multitudes*: multitudes.samizdate.net. Ele é reproduzido aqui com a gentil autorização do autor e dos editores da revista.

Num contexto de fortalecimento agressivo dos direitos de propriedade intelectual, surgiu uma primeira “coligação dos bens comuns” nos anos 1990 e 2000, reunindo setores tão diversos quanto o dos “softwares”, o da cultura ou o das sementes. Pode essa coligação, hoje, se estender à defesa do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento humano?

Um novo continente dos bens comuns

Há 60 anos, o advento da informática, das tecnologias informacionais (na biologia, por exemplo) e, depois, das redes universais, como a Internet, deram vida nova aos bens comuns. Essa afirmação pode surpreender. Não estaríamos numa era em que a informação e os conhecimentos estão sendo transformados em mercadorias? Não estaríamos assistindo, nos últimos 30 anos, a uma extensão e a um enrijecimento permanente dos monopólios de propriedade (patentes, *copyright* e direitos autorais, direitos proprietários sobre as bases de dados)? Não estaríamos vendo o capitalismo informacional dos *softwares* proprietários, das mídias e da edição centralizada e da indústria farmacêutica gerar margens de lucro inusitadas?

No entanto, antes dessas reações proprietárias, a informatização se traduzia, sobretudo, por uma maior acessibilidade e possibilidade de reutilização dos dados,

conhecimentos ou métodos de cálculos, que neles estão representados “em forma informação”. Os anos 1950 a 1970 puderam ser descritos como a época da emergência silenciosa dos bens comuns, com uma forte cultura de compartilhamento e de acessibilidade¹. Por natureza, a informação separável de seu suporte pode ser reproduzida ao infinito. É quase impossível fechá-la num domínio de propriedade, principalmente se essa informação tiver que permanecer “utilizável” em um produto. Essa é a contradição em que se fechou a indústria fonográfica quando quis impedir a cópia das gravações, conservando, ao mesmo tempo, para seus consumidores, a possibilidade de escutá-las².

É fácil explicar o aparente paradoxo de indústrias poderosas que se apoia sobre monopólios de reprodução da informação (*softwares*, mídias, indústria farmacêutica e de sementes) no mesmo momento em que esses monopólios são enfraquecidos pela difusão das tecnologias. É evidente que os monopólios informacionais são frágeis, mas os lucros que eles permitem obter não são comparáveis aos das indústrias tradicionais. O desatrelamento total entre o preço de venda e o custo de produção é uma perspectiva irresistível para os investidores. A partir dos anos 1970, o *Industry Advisory Committee on Trade Negotiations*, comandado, na época, pelas multinacionais IBM, Monsanto e Pfizer, concebeu o projeto de uma globalização de monopólios ampliados e enrijecidos por patentes e *copyrights*. Foi a assinatura do acordo TRIPS³, em 1994, que concretizou esse projeto.

Uma primeira coligação dos bens comuns⁴

A resistência de alguns atores da sociedade civil a esse enrijecimento da apropriação foi particularmente intensa e conduziu a um primeiro reconhecimento do que

existe em comum... entre diferentes tipos de bens comuns. O perímetro (entre 1994 e 2005) dessa resistência reuniu os movimentos dos *softwares* livres, das criações compartilhadas, do acesso aos conhecimentos e os movimentos de acesso aos medicamentos e dos direitos dos fazendeiros contra as indústrias sementeiras e os OGM.



(Imagem: Mickipedia, cc-by-nc-sa)

O reconhecimento mútuo desses diferentes movimentos realizou-se no afrontamento com adversários semelhantes e que tinham se reconhecido, eles mesmos, como aliados. Uma característica essencial dos atores dos bens comuns informacionais é que eles estão engajados na construção de bens comuns, ao menos, na

mesma medida em que o estão na defesa desses bens comuns contra a apropriação. Foi na segunda metade dos anos 1990 que a amplitude dessa construção voluntária dos bens comuns apareceu aos olhos de todos, com a tomada de consciência sobre a importância dos *softwares* livres. Ainda que o projeto dos *softwares* livres tenha



sido formulado 15 anos antes, durante muito tempo, eles foram considerados, fora de seu círculo, como um modelo marginal. Progressivamente, tomou-se consciência de que eles constituíam a própria base da infraestrutura da Internet e da rede e de que seu modelo de inovação e de cooperação tinha um alcance geral em toda a esfera da produção de artefatos informacionais (ou seja, de expressões, obras, dados e ferramentas que podem ser representados “em forma de informação”). Alguns anos depois, o alcance do modelo de produção cooperativa pelos pares baseado nos bens comuns⁵ foi demonstrado em campos muito diversos: enciclopédias livres, como a Wikipédia e outros projetos, publicações científicas e dados de livre acesso, expressões e criações compartilhadas sob licenças *Creative Commons* ou *Art Libre*, redes de sementes camponesas, novos mecanismos de inovação para os medicamentos.

As afirmações positivas de um projeto compartilhado foram se desenvolvendo muito progressivamente; para isso, foi preciso reconhecer o que existe de comum entre um *software* e uma semente (a informação) e, ao mesmo tempo, o que há de profundamente diferente entre eles: a informação pura, que só faz referência a uma máquina abstrata, no caso dos *softwares*, e a informação genética, que só se expressa num ambiente físico particular, no caso da semente, por exemplo. O amadurecimento das ações dessa primeira coligação dos bens comuns levou tempo, mas é, hoje, fato estabelecido. Além disso, novas visões afirmativas e novos relatos foram produzidos, designados como *novos domínios públicos* ou *comuns informacionais*, defendidos contra a *tragédia dos cercamentos*⁶ e promovidos pela colocação em primeiro plano dos direitos intelectuais positivos, em preferência aos direitos restritivos (direitos de proibir). James Boyle foi o primeiro a reunir essas visões em seu artigo, “*A Politics of Intellectual Property: Environmentalism for the Net?*”⁷, no qual ele prevê que o reconhecimento dos comuns do conhecimento pode trazer uma recomposição política tão importante quanto a que culminou no ambientalismo a partir de 1970.

Contudo, a questão dos limites dessa redescoberta e dessa reinvenção dos comuns continua aberta. Poderia ela dar novo vigor aos bens comuns físicos (ar, água, meio ambiente, clima) e aos bens públicos sociais (educação, saúde pública, redução das desigualdades, espaços públicos urbanos)? Como poderia ela se unir aos esforços daqueles que tentam defendê-los e reinventá-los num contexto hostil?

Do ambiental ao social

Tanto para os bens comuns ambientais quanto para os bens públicos sociais, os últimos trinta anos do século XX foram uma época de contraste. Ao longo desse tempo, eles foram reconhecidos como nunca, mas com um limite vigoroso aos efeitos desse reconhecimento em razão da dominação do economismo (a redução ao econômico) e do fundamentalismo mercantil desse período. Ao fim dos esforços iniciados em 1972, em Estocolmo, a biodiversidade, o clima, de modo mais geral, “a saúde e a integridade do sistema terrestre”, mas também o direito ao desenvolvimento e a redução da

pobreza foram reconhecidos como bens comuns ou como objetivos compartilhados mundiais por ocasião dos encontros de Nova York e do Rio, em 1992⁸.

Esse reconhecimento dos bens comuns físicos e dos bens públicos sociais não caiu do céu. Nos anos 1980, tinha se construído uma resposta intelectual ao modelo da tragédia dos comuns. Garrett Hardin, em seu artigo de 1968⁹, afirmava que os bens comuns são frágeis diante da pressão de usos exacerbados por razões demográficas ou econômicas. Segundo Hardin, diante desse perigo de destruição ou de superexploração, era preciso ou transformá-los em propriedade privada, de modo a garantir que eles fossem defendidos e mantidos por seus proprietários, ou recorrer à gestão pública, que ele julgava ineficiente e corrompida por natureza. Os trabalhos de Elinor Ostrom¹¹ mostraram que Hardin havia negligenciado uma terceira forma de gestão, diferente da gestão proprietária e da gestão pública: a gestão dos bens comuns pelas comunidades de usuários. Ostrom mostrou¹⁰ que esse tipo de gestão variava em suas formas conforme os diferentes bens comuns (terras de pastagem, florestas, água, recursos de pesca) e que, em geral, ela é eficaz quando não há destruição externa.

Contudo, esse reconhecimento dos bens comuns foi desconstruído ao mesmo tempo em que se instaurava devido a um contexto ideológico e institucional desfavorável. Somente a Convenção sobre a Diversidade Biológica traz a previsão de uma corte arbitral que a torna juridicamente vinculante. A maioria dos outros textos anteriormente mencionados é de natureza decorativa ou, em todo caso, não tem um impacto tão forte quanto os acordos ligados à Organização Mundial do Comércio. Diversos grupos de interesses em muitos setores se mobilizaram para rejeitar o emprego de noções fortes de bem comum e de patrimônio comum da humanidade e para substituí-las pela noção de bem público mundial, que simplesmente desconsidera a questão dos regimes de propriedade e da natureza dos atores-garantidores. Essas tensões foram particularmente sensíveis no campo da água, onde o Conselho Mundial da Água se opõe ao reconhecimento da água como bem comum, defendido, por exemplo, por Riccardo Petrella, e descreve o acesso à água como uma necessidade vital e não como um direito humano¹². De modo menos reduzível à influência dos grupos de interesses econômicos, surgiram tensões entre a atribuição do *status* de bem comum planetário a certos recursos, como as florestas (consideradas como poços de carbono), e às necessidades de desenvolvimento de países desfavorecidos.

Além do esgotamento do fundamentalismo mercantil e proprietário devido à evidente nocividade das políticas aplicadas em seu nome, a difusão do conceito de desenvolvimento humano desempenhou um papel importante na consolidação do reconhecimento ainda frágil dos bens comuns. Os indicadores de desenvolvimento humano, concebidos nos anos 1990, não podem ser reduzidos a uma única medida econômica¹³. A visão integrada do desenvolvimento humano que os sustenta possibilitará, no futuro, o reconhecimento da relação entre os bens comuns (ferramentas e recursos educativos de livre acesso e uso, medicamentos genéricos,



acesso às informações produzidas pelos organismos públicos, meio ambiente saudável, espaço urbano) e os bens públicos sociais essenciais (educação, saúde, justiça social, boa governança, moradia). Colocar o desenvolvimento em primeiro plano também permitirá superar as oposições pensadas unicamente em termos de confrontos entre países. Sob sua bandeira poderão se reunir as associações de defesa dos bens comuns no Norte e as associações preocupadas com o desenvolvimento no Sul.

Assim surgiu um início de aliança entre defensores do acesso aos conhecimentos e sustentadores da justiça social mundial ou do desenvolvimento. Recentemente, uma coligação de ONG do Norte e do Sul, de países emergentes (Brasil, Índia, Argentina, Chile etc.) e de países em desenvolvimento relacionou os bens comuns informacionais com o desenvolvimento de uma nova maneira.

Disso resultou a adoção de uma agenda para o desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual e o lançamento de trabalhos sobre novas formas de estímulo à inovação e de compartilhamento mundial do esforço de pesquisa na Organização Mundial da Saúde. Esses progressos estão longe de ter reequilibrado as ações desses organismos, que continuam “sob influência” de interesses privados poderosos. Mas eles constituem uma reviravolta que suscita preocupações visíveis nos defensores da globalização proprietária. Mais recentemente, durante os encontros sobre o clima, surgiram novas coligações entre os sustentadores de políticas fortes para limitar a contribuição humana para a mudança do clima e defensores da justiça social planetária.

Assim sendo, a época está madura para que uma nova escola de pensamento político se cristalize em torno de uma abordagem conjunta dos comuns e dos bens públicos sociais. O restante deste texto explora duas grandes questões com as quais essa escola de pensamento terá que se confrontar.

A governança moderna dos comuns e dos bens públicos sociais

Os comuns informacionais, assim como os comuns físicos, são de uma imensa diversidade. Diversidade do *status* que eles se dão e que, hoje, assumem a forma de licenças ou termos de uso, mas que podemos entender como verdadeiras “constituições dos bens comuns”¹⁴. Mas também diversidade da governança dos projetos que alimentam os bens comuns, diversidade das organizações que deles são garantidoras, diversidade das relações entre bens comuns e atividades econômicas que os utilizam e, às vezes, contribuem para eles. Os bens comuns informacionais são um verdadeiro laboratório de novos mecanismos de governança, entre os quais podemos citar dois exemplos importantes:

- O processo de revisão da licença livre GNU GPL, que reúne atores de naturezas e poderes muito diferentes (de grandes empresas, como IBM e Intel, a projetos de desenvolvimento comunitários, usuários administrativos e contribuidores individuais)¹⁵. Todos estão interessados na existência e na eficácia da licença como



Manifestação contra as patentes sobre os softwares, Bruxelas (Foto: Han Soete, cc-by-nc-sa)

constituição de um bem comum, mas seus interesses são muito diversos e exercem pressões sobre o conteúdo da licença que, às vezes, são contraditórias.

- A governança interna à Wikipédia, que, contrariamente à ideia caricatural de uma gestão anárquica, implantou toda uma série de regras e mecanismos para a proteção das características essenciais da enciclopédia livre.

Ao mesmo tempo, a governança dos bens comuns físicos e dos bens públicos sociais deve se adaptar a novas condições. Ainda que muito ricos, os mecanismos tradicionais de gestão comunitária sofrem de limites que fazem necessário seu reagenciamento. De fato, eles repousam sobre a adesão estável dos indivíduos à comunidade e sobre uma delimitação relativamente precisa de seus limites. Hoje, essas condições não estão mais reunidas, em razão do processo de ampliação das trocas, mas também devido à vontade própria de emancipação dos indivíduos. As pertencas são renegociadas permanentemente: os indivíduos são sempre partes ativas em comunidades, capazes de investir nelas suas energias, mas não “pertencem” a elas ou, quando pertencem, isso costuma ser sinal de um confinamento mais imposto do que reivindicado.



Há muito tempo que os comuns informacionais são confrontados com essas situações típicas da era digital. Quando se trata de decisões sobre bens autenticamente não rivais, como os *softwares* livres, formas de gestão comunitária são possíveis. Os participantes do desenvolvimento de um *software* livre, quando estão insatisfeitos com sua orientação ou organização, podem “duplicar” o bem comum e continuar seu desenvolvimento em outro contexto ou com outros objetivos. Isso explica o fato de uma diversidade muito grande de formas de governança poder existir nesse caso, desde organizações hierárquicas, com cooptação (inclusive conduzidas por empresas) até organizações muito mais horizontais. Essa governança diversa e fluida não pode ser transferida para os bens comuns físicos ou sociais. O uso de um espaço urbano pode estar em tensão com outro, e esse espaço não pode ser duplicado para torná-los compatíveis. Nessa tensão, o compartilhamento do bem comum pressupõe uma negociação, uma orientação de seu futuro e escolhas políticas compartilhadas cujas consequências afetarão a todos. Outros processos de governança dos comuns informacionais são mais adequados para inspirar e tirar inspiração da governança dos comuns físicos e dos bens públicos sociais. Trata-se daqueles que se relacionam com os recursos que permanecem raros apesar da abundância informacional ou que, por natureza, devem ser compartilhados, como aqueles mencionados anteriormente: licenças, códigos de conduta ou termos de uso, o conteúdo de um artigo específico. Atualmente, alguns dispositivos estão sendo experimentados em campos muito diversos (inovação na área da biologia, acesso aos conhecimentos e à cultura, cartas territoriais, planejamento urbano, educação, saúde pública). Eles instauram processos participativos em etapas-chave: diagnóstico, elaboração de programas, acompanhamento de implementação. Hoje, a participação efetiva nesses processos é limitada pela incerteza sobre sua influência efetiva e pelo caráter cronófago (consumidor de tempo) das formas tradicionais de participação (reuniões, ateliês). As tecnologias informacionais permitirão a construção de uma alternância entre os tempos flexíveis de interação assíncrona possível com a informática e a Internet e os tempos intensos de interação presencial?

As relações entre comuns e economia e a reinvenção do social

A organização das relações entre comuns e economia é um dos desafios políticos mais importantes de nossa época. Mesmo entre aqueles que reconhecem o valor dos bens comuns, modelos bastante diversos se confrontam quando se trata de estabelecer uma relação entre eles e a economia monetária.

Existem quatro grandes modelos, e está claro que o equilíbrio entre esses modelos deve ser debatido e experimentado em relação a cada tipo de bem comum ou de bem público social:

- o investimento privado e os estímulos fiscais que visam a favorecê-lo ou a orientá-lo;
- a comunização das condições de existência de um bem comum entre os seus usuários;
- o imposto e as políticas públicas que visam a assegurar diretamente a existência de um bem comum ou de um bem público social;
- a distribuição (explícita ou *de facto*¹⁶) de rendas de existência ao conjunto dos contribuidores potenciais para os bens comuns.



Jersey City Terminal, Nova York (Foto: Erica Marshall of muddyboots.org, cc-by-nc-sa)

Contudo, mesmo no campo unicamente dos bens comuns informacionais, existem diferenças que justificam um tratamento diferenciado de setores diferentes. Quanto aos *softwares* livres, parece ser viável um equilíbrio que repouse sobre uma combinação do primeiro (investimento privado com estímulos) e do último modelo (contribuição distribuída dos indivíduos), com uma contribuição das políticas públicas, principalmente, de pesquisa, que, muitas vezes, é subestimada. Quanto aos conhecimentos científicos, o papel excessivo concedido ao investimento privado (muitas vezes, às expensas dos contribuintes) não é inócua nos mecanismos de cercamento e de orientação empobrecedora que se desenvolveram. Em matéria de criações culturais, parece que o que se deve privilegiar é uma combinação de todos os modelos, contanto que um papel muito forte seja atribuído à comunização societária portadora de diversidade cultural, que o papel do investimento privado seja enquadrado de modo a impedir pretensões de restrição do acesso à cultura como bem comum visando às necessidades de modelos comerciais monopolísticos e que a governança dos financiamentos públicos da cultura se torne (novamente) objeto de debate político e de decisão democrática.

No campo dos bens comuns físicos e dos bens públicos sociais, existe uma diversidade das relações com o econômico. Contudo, parece necessário confinar aí o papel do investimento privado:

- ao fornecimento de certos recursos (por exemplo, construção, infraestrutura de transporte, inovação farmacêutica ou, mais amplamente, tecnológica, mas com garantias diante dos excessos de controle proprietário sobre sua orientação) e de certos serviços que contribuem para os bens públicos sociais;
- à economia de utilização das externalidades positivas dos bens comuns (serviços de valor acrescentado que explorem a existência dos bens comuns).



Em outros termos, a orientação da proteção, da manutenção e da produção dos bens comuns físicos e dos bens públicos sociais parece ter que reservar um lugar particular a uma combinação entre atores societários (comunizando seus recursos) e uma ação pública regenerada por novas governanças democráticas. A construção efetiva dessa governança dos bens públicos sociais é tornada mais complexa pelo fato de não se poder pensar somente em termos de *status* dos atores: um comércio às margens de um espaço público poderá contribuir para a qualidade desse espaço, enquanto um mobiliário urbano instalado por uma coletividade através de uma licitação apoiada na atribuição de espaços publicitários poderá, de fato, privatizar uma dimensão do espaço público. Assim, a governança deve estar atenta a efeitos quantitativos sutis sem, com isso, recair numa microgestão administrativa.

Em resumo, o canteiro da reinvenção dos bens públicos sociais e dos bens comuns físicos está diante de nós. Ele promete ser complexo, mas é aquele de uma nova era democrática.

NOTES

- [1] Cf. “L’émergence silencieuse des biens communs internationaux”. In: AIGRAIN, Philippe, *Cause commune: l’information entre bien commun et propriété*. Paris: Fayard, 2005, pp. 73-79. Disponível em: paigrain.debatpublic.net/?page_id=60
- [2] Escutar uma gravação digital pressupõe acessar a informação correspondente. Impedir que esse acesso possa ser utilizado para fins de cópia dessa gravação pressupõe a instalação de um controle tão extremo de todos os usos que suas consequências foram veementemente rejeitadas pelos consumidores.
- [3] Acordo sobre o Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ou Acordo TRIPS (do inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*).
- [4] AIGRAIN, Philippe. *Pour une coalition des biens communs*. Libération, Paris, 25 de agosto de 2003. Disponível em: paigrain.debat-public.net/docs/bienscommuns.pdf
- [5] A expressão é de Yochai Benkler. Cf. *Coase’s Penguin or Linux and the Nature of the Firm*. *Yale Law Journal*, Yale, junho de 2002.
- [6] Essa alteração do título do artigo de Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons” (*Science*, n° 162, pp. 1243-1248, 1968) também é uma redescoberta dos trabalhos de Karl Polanyi, em 1944: *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: NRF/Gallimard, 1983.
- [7] *Duke Law Journal*, n° 87, 1997. Disponível em: www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+j.+87+pdf
- [8] Cf. a Convenção sobre a Diversidade Biológica: www.cbd.int/convention/convention.shtml; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima: <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/convfr.pdf> e a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: www.un.org/french/events/rio92/rio-fp.htm
- [9] HARDIN, Garrett. *Op. cit.*
- [10] Recentemente agraciada com o Prêmio Nobel de Economia.
- [11] OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- [12] LAIMÉ, Marc, “Eau: repenser le débat public-privé”. Disponível em: blog.monedediplo.net/2009-11-04-Eau-repenser-le-debat-public-privé.
- [13] Ainda que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ceda à pressão calculando um índice de desenvolvimento ponderado único e uma classificação associada.
- [14] Ver, por exemplo, o preâmbulo da licença de software livre GNU GPL: www.fsf.org/licenses/gpl.html.
- [15] AIGRAIN, Philippe, “The Process of Revising the GNU GPL”. Disponível em: eolevent.eu/sites/default/files/EOLE%202008%20%E2%80%94%20Philippe%20Aigrain%20%E2%80%94%20The%20process%20of%20revising%20the%20GNU%20GPL.pdf
- [16] Aqui, entende-se como renda de existência *de facto* uma situação em que todos disponham de uma renda que assegure sua subsistência e sua existência social, bem como de tempo livre que lhe permita contribuir para os bens comuns, sem que isso tenha passado necessariamente pela instituição de uma renda mínima de existência geral.

02

TERRA,
ÁGUA,
PESCA,
SEMENTES



Propriedade da terra: um questionamento conceitual agora incontornável

MICHEL MERLET



Michel Merlet é diretor da associação AGTER, *Améliorer la Gouvernance de la Terre, de l'Eau et des Ressources Naturelles*. Ele realizou muitas missões de avaliação sobre as políticas fundiárias e a gestão dos recursos naturais em muitos países da América Latina, África, Europa e Ásia.

Este texto é constituído de trechos de *Políticas fundiárias e reformas agrárias*, um documento global de propostas sobre essas questões.

A terra, por remeter a certo território, por abrigar recursos naturais, sempre encerra uma parte irreduzível de “comum”. A propriedade absoluta da terra aparece, portanto, como um mito prejudicial que deve ser substituído pela ideia de um conjunto de direitos sobre a terra de diversos tipos, associados a formas de gestão comum dos recursos.

A terra, um bem diferente dos outros

A terra tem, ao menos, duas especificidades:

1. Os direitos sobre a terra relacionam-se com um espaço, um “território”. Não é possível destruir nem deslocar uma porção da crosta terrestre. Logo, a “propriedade” da terra não pode ser assimilada à propriedade de um objeto qualquer. De fato, os direitos sobre um território se referem às relações com os outros homens que podem transitar por esse espaço ou utilizar os recursos que ele contém.



2. A terra tem como particularidade o fato de conter recursos naturais que não são o fruto de um trabalho humano. Assim, por exemplo, a fertilidade natural não é a mesma em todos os lugares; a cobertura vegetal “espontânea” também pode ser valorizada; o subsolo pode conter água, minerais... Isso não deixa de ser verdade mesmo que outra parte desses recursos possa provir também do resultado do trabalho acumulado pelas gerações de agricultores (a fertilidade não é apenas “natural”).

Os direitos sobre a terra se referem, portanto, às relações com os outros homens que podem transitar por esse espaço ou utilizar os recursos nele existentes. A relação dos homens com o fundiário é, assim, por essência, uma relação social, uma relação entre os homens em torno da terra. Por essa razão, a terra foi uma das principais categorias utilizadas pela economia política desde suas origens: as diferentes teorias da renda fundiária exprimem essa especificidade¹.

No entanto, hoje, os direitos sobre a terra são vendidos e comprados em muitos lugares mundo afora. Assim, nesse sentido, a terra se tornou uma mercadoria, mas uma mercadoria que não pode ser assimilada às mercadorias que foram mesmo produzidas para serem vendidas. É por isso que, a partir de 1944, Karl Polanyi passou a falar de “mercadoria fictícia”.

A propriedade absoluta do solo, um mito que não é inocente

Em “La gestation de la propriété”², Joseph Comby explica que a propriedade do solo nunca pode ser absoluta: uma ideia simples, mas cujas implicações são de uma importância extrema. Mesmo nas sociedades que inventaram o direito de propriedade “absoluto”, este não pode ser aplicado ao solo. (Cf. direito de caça na França, por exemplo, em propriedades privadas, ou muitos limites impostos à construção pelas normas locais...).

O direito de propriedade, no que diz respeito ao aspecto fundiário, não é senão a propriedade de um direito ou de um conjunto de direitos; e um proprietário não é, entre todos aqueles que têm direitos, senão aquele que aparece como quem tem o maior número de direitos. Muitas hipóteses são, então, possíveis; os direitos podem se sobrepor ou até mesmo entrar em contradição. Este é o caso na África, mas também na maioria das sociedades “indígenas” e até mesmo, de um modo menos evidente, mas, no entanto, real, nos lugares onde a propriedade individual domina (Europa, América Latina). Ainda que os “títulos” fundiários sejam apresentados, na maioria das vezes, como o meio de fixar os limites das parcelas, é mais a natureza dos direitos que eles significam para aqueles que os detêm do que a superfície do terreno que lhes confere um possível valor de troca.

Se a propriedade absoluta não existe, teríamos que falar, então, de transformação de certos direitos sobre a terra em mercadoria e não da terra em si.



A “fábrica do diabo”³

Essas observações liminares nos permitem entender melhor por que o mercado e o desenvolvimento capitalista não conseguem “resolver” sozinhos os problemas fundiários no interesse da maioria. Surge daí um certo número de consequências totalmente fundamentais, ainda que, às vezes, evidentes.

Assim como a terra e os direitos ligados a ela, muitos outros bens, e, em particular, todos aqueles ligados aos organismos vivos, tampouco são verdadeiras mercadorias, no sentido empregado por Polanyi, cujos mercados poderiam se autorregular. Podemos encontrar fenômenos de renda sobre muitos bens, e os preços de muitas mercadorias não são fixados apenas pelos mercados, mas evoluem também em função das lutas sociais. Logo, os preços são também a representação de relações de forças.

Por conseguinte, a tentação de tratar os fenômenos econômicos independentemente da sociedade, constituindo por si só um sistema distinto ao qual todo o resto do social deveria ser submetido, não pode ser senão uma ilusão cujas consequências dramáticas e os perigos já patentes há 50 anos aparecem, hoje, sob formas novas e ainda mais preocupantes com os dogmas neoliberais e a globalização.

Essa loucura que Polanyi acreditava findada e que, segundo sua análise, fora a origem dos profundos desequilíbrios econômicos e sociais da primeira metade do século XX, com a crise dos anos 30 e a ascensão do fascismo, voltou ao primeiro plano e se estendeu ao planeta como um todo, fazendo pesar uma ameaça crescente sobre o futuro da humanidade⁴.

Administração dos direitos fundiários e arbitragem dos conflitos

Se as relações com o fundiário são, antes de tudo, relações sociais, é lógico que aparecem contradições e conflitos entre pessoas e entre grupos sociais ao longo das evoluções históricas. Os conflitos são inelutáveis num sistema social, já que este não está fixado de modo definitivo, mas, pelo contrário, encontra-se em transformação constante. Eles podem ser até mesmo salutares ou necessários, como ressalta Etienne Le Roy, insistindo sobre o fato de que “o que é grave, num conflito... é o fato de ele não ser solucionado e poder degenerar em litígio, depois, em drama, ao ponto de se tornar mortífero”⁵.

Portanto, para não perdermos o essencial, devemos conduzir uma reflexão que possa ligar a apreensão das “formas de organização social no nível local” de modo permanente com a “consideração do fundiário”. Assim, é impossível abstrair os sistemas de direitos fundiários das instâncias encarregadas de sua atualização e das instâncias de arbitragem e resolução de conflitos.

No nível mundial, existem sistemas de administração dos direitos fundiários muito diversificados, que estão ligados a processos históricos específicos. Conforme os



Soja e floresta,
Mato Grosso, Brasil
(Foto: leoffreitas, cc-by-nc-sa)

conjuntos culturais, as épocas, as modalidades de herança, mecanismos de redistribuição periódica da terra e das riquezas, a existência de direitos múltiplos etc... deram origem a sistemas de administração e de gestão do fundiário mais ou menos centralizados e cujos fundamentos não são idênticos. Essas diferenças também se encontram no próprio âmago dos países desenvolvidos e não correspondem de modo algum a uma demarcação entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou entre modernidade e arcaísmo. Assim, na Europa, existem vários sistemas de publicidade fundiária, de Registros de Propriedade que podem coexistir sem que isso represente um problema insolúvel⁶.

Também existem sistemas de regulação de conflitos muito diferentes de acordo com as sociedades. (...) Contrariamente ao que é frequentemente admitido, não existe solução única e padronizada no nível mundial para os sistemas de informação sobre os direitos, nem no que se refere às instâncias de resolução de conflitos. (...)

Um questionamento conceitual agora incontornável

A “Tragédia dos comuns” é frequentemente evocada para justificar a necessidade de uma apropriação privada dos recursos, fazendo-se referência ao artigo publicado por G. Hardin em 1968. Segundo esse autor, todo recurso limitado cuja posse é coletiva tende a ser administrado de um modo não sustentável até o esgotamento de suas capacidades, pois cada um tem interesse em tirar dele o máximo de proveito antes que outro o faça em seu lugar. No entanto, o problema não é a existência em si de bens comuns, mas sim a ausência de regras e mecanismos para assegurar sua gestão em conformidade com o interesse geral.

Essa reflexão sobre a gestão dos bens comuns deve ser conduzida em diferentes escalas: nos níveis local, regional, nacional. Mas, hoje, é evidente que ela também deve se estender ao nível dos conjuntos regionais multinacionais e, às vezes, planetários. Nessa perspectiva, a questão fundiária constitui uma das grandes questões mundiais,



À margem do Tâmesa, Reino Unido (Foto: derfotobulle, cc-by-nc-sa)

já que muitos recursos do planeta são cada vez mais percebidos como bem comum e “patrimônio da humanidade”.

A questão da gestão sustentável dos recursos naturais vai além do âmbito estrito da reflexão sobre o fundiário e, ao mesmo tempo, é indissociável desta. Tanto os debates sobre a gestão concertada dos recursos nos países do Sul com as populações rurais (diante da impossibilidade de se limitar a uma política de conservação fundada em reservas e parques nacionais dos quais os homens são excluídos) quanto aqueles sobre a multifuncionalidade da agricultura nos países europeus atestam essa busca por novas modalidades e regras que se exprime, entre outros, pelo conceito de gestão patrimonial⁷.

Uma melhor segurança fundiária passa pela criação de novas capacidades sociais, por uma melhor estruturação das sociedades rurais e pelo aperfeiçoamento de instituições renovadas, e não pode ser obtida apenas através do aperfeiçoamento técnico dos registros dos direitos ou dos cadastros. Vendo as experiências que evocamos e as evoluções que estão ocorrendo, o que precisamos, de fato, é de um questionamento fundamental dos valores e conceitos que hoje dominam em matéria de propriedade para poder progredir e superar os obstáculos criados por sua inadequação às situações atuais. Como vimos, isso implica em abandonar a ilusão da propriedade absoluta e reconhecer no fundiário a existência, em todas as circunstâncias, de uma parte de bem comum que convém seja administrada com instâncias apropriadas.

Essa evolução conceitual está longe de ter sido adquirida, como provam os violentos debates e lutas no mundo todo entre sociedades civis, empresas transnacionais, governos e instituições internacionais. Importantes interesses privados continuarão a se opor violentamente a ela durante muito tempo ainda, e ela não poderá acontecer

sem a existência de organizações camponesas poderosas, representativas e democráticas. Nesse sentido, o debate sobre os direitos de propriedade sobre o solo se integra na busca por uma verdadeira governança mundial. (...)

Construir instâncias comuns de gestão no nível dos territórios

Além dos direitos sobre a terra em sentido estrito, trata-se de poder administrar um conjunto de bens comuns e de poder considerar direitos múltiplos sobre um mesmo espaço. Tanto quanto a reforma agrária, a gestão sustentável dos recursos naturais (madeira, água, biodiversidade) não pode ser garantida apenas de modo descendente a partir das instituições de Estado.

A construção dessas instâncias participativas dos recursos nos diferentes territórios deveria constituir, portanto, um dos eixos de trabalho para os anos vindouros, e isso não somente nos territórios ditos indígenas, mas em todos os lugares.

Isso é, hoje, um desafio indissociável da instauração das políticas fundiárias. Ele está relacionado, aliás, com mecanismos da mesma natureza que aqueles que evocamos nos pontos anteriores: melhorar a capacidade da sociedade de estabelecer e aplicar as políticas de gestão dos recursos comuns.

NOTES

[1] É bem conhecida a importância da renda fundiária nos economistas clássicos (Ricardo, em particular); ela foi retomada e modificada por Marx. Lembremos em algumas palavras as definições essenciais dos dois conceitos-chave, a renda diferencial e a renda absoluta. A renda diferencial surge da venda, num mesmo mercado e por um mesmo preço, de produções oriundas de parcelas de terra que, numa mesma superfície e com a mesma quantidade de trabalho, não produzem, todas, a mesma riqueza. Uma parte dessas diferenças vem da fertilidade natural do solo, do clima, e outra parte resulta dos investimentos que foram incorporados ao meio: drenagem, irrigação, melhoria do solo etc. Assim, um proprietário pode reter esse excesso fazendo com que o explorador pague uma renda, e este aceitará isso contanto que o lucro que ele obtém continue em conformidade com o que ele poderia obter em outro lugar. A renda absoluta atende a uma lógica completamente diferente: um proprietário de terras, em razão de relações de força a ele favoráveis, pode exigir que seu fazendeiro lhe pague uma renda, e isso, teoricamente, mesmo no caso das piores terras, com renda diferencial nula. A economia neoclássica e a economia institucional têm abordagens distintas do fundiário.

[2] In: LAVIGNE, Philippe (org.). *Quelles politiques foncières pour l'Afrique rurale? Réconcilier pratiques, légitimité et légalité*. Karthala: Coopération française, 1998.

[3] A expressão é de K. Polanyi, *op. cit.*

[4] Sobre esse tema, ver GEORGE, Susan. *Une courte histoire du néolibéralisme: vingt ans d'économie de l'élite et amorce de possibilité d'un changement structurel*. Conferência sobre Economia Soberana num Mundo Globalizado, Bangcoc, 24-26 de março de 1999.

[5] LE ROY, Etienne. *La sécurisation foncière en Afrique*. Karthala, 1996, p. 280.

[6] Citemos, por exemplo, o sistema do Livro Fundiário Germânico, em que os direitos são verificados por um juiz antes de serem registrados, e o sistema francês, que, ao contrário, baseia-se na forte presunção de direito que nasce da validação social sucessiva dos contratos entre indivíduos. Esses dois sistemas coexistem no território francês, o primeiro, nos departamentos do Leste e o segundo, no resto do país. Comunicação oral de Joseph Comby e Jacques Gastaldi, "Les systèmes d'information foncière", in: *Quelles politiques foncières pour l'Afrique rurale?*, *op. cit.*

[7] A esse respeito, ver os textos de Jacques Weber, Alain Karsenty, Etienne Le Roy in: *Quelles politiques foncières pour l'Afrique?*, *op. cit.*



O comum das águas, a cidadania das águas e a segurança das águas

**BUENAVENTURA DARGANTES, MARY ANN MANAHAN,
DANIEL MOSS AND V. SURESH**

Os autores são membros da “Rede para reconquistar a água como bem público”.

Gerações futuras à mesa: governando e gerenciando nosso comum das águas

Na cidade de Cebu, nas Filipinas, funcionários públicos – como Zosimo Salcedo, do Departamento de Água e Esgoto da Região Metropolitana de Cebu (MCWD - Metro Cebu Water District) – se opuseram ao financiamento do Banco Asiático de Desenvolvimento que, supostamente, promoveria uma rápida expansão do fornecimento de água da cidade. Esse financiamento parecia um sonho para os trabalhadores do setor, afinal, mais fundos para a infraestrutura significam mais postos de trabalho. Por que então Zosimo Salcedo estava se opondo ao financiamento? Ao contrário da visão comum de que os trabalhadores se preocupam apenas em preservar seus empregos e receber salários maiores, o sindicato atuou como gestor do uso comum das águas. Poderíamos chamá-los de cidadãos das águas. Eles entenderam a responsabilidade que têm como “cuidadores” da água, desde a captação e o armazenamento até a distribuição. Não mediram sua eficiência apenas pelo número de moradias atendidas, mas também pela conservação, pela proteção das bacias hidrográficas e pelo questionamento do significado que o aumento da dívida teria a longo prazo para a sustentabilidade das finanças e dos recursos do sistema hídrico. Fizeram uma pergunta difícil: será que a nova infraestrutura para extrair mais água vai mesmo garantir, com o passar do tempo, um fornecimento de água mais amplo e contínuo? Em vez de encanar novas fontes de água na superfície e no subsolo, eles chegaram à conclusão de que fazia mais sentido, em termos econômicos e ecológicos, conservar a água realizando reparos mais baratos no sistema e protegendo a bacia hidrográfica.

O mais extraordinário nessa mudança de mentalidade é o surgimento de uma nova consciência de que os trabalhadores desempenham uma função importante

em zelar, cuidar e sustentar as águas, mesmo que suas próprias atribuições diárias envolvam um papel técnico mínimo com a distribuição de água em si. Na prática, Salcedo e seus colegas do sindicato dos trabalhadores da MCWD simbolizaram uma reestruturação fundamental das relações entre os trabalhadores em água, o serviço público de água, a comunidade e as águas em si. Com essa nova consciência e essa nova prática, às quais chamamos de cidadania das águas, eles buscaram assegurar água para todos e para sempre.

O desafio de proteger as águas

Podemos ver toda nossa base de recursos naturais planetários como um imenso comum global ou, alternativamente, como uma série de comuns locais interconectados. Ambas as expressões apresentam desafios formidáveis de governança, gerenciamento e soberania. O termo “comum” deixa o atual planejamento hídrico de pernas para o ar. Um comum das águas significa que as águas estão disponíveis para todas as pessoas e ecossistemas, e que esses recursos devem ser transmitidos intactos e sem diminuições para uso das gerações futuras. Não é preciso ir longe para ver que o atual planejamento hídrico quase nunca coloca esses princípios em prática.

Garret Hardin, em “Tragedy of the Commons” (“A tragédia dos comuns”), mostrou-se pessimista em relação aos comuns. Ele argumentou que a propriedade compartilhada de um recurso comum pode levar ao uso desigual, a furtos e à degradação. Existem muitas provas, incluindo o caso do rio Lempa examinado aqui, de que um comum não gerenciado pode ser algo desastroso. A obra de Hardin é sempre citada para justificar a divisão dos comuns em partes privadas.

Elinor Ostrom, agraciada com o Nobel de economia em 2010, tem um ponto de vista mais positivo. Ela pesquisou a fundo os comuns de comunidades e não encontrou nada trágico. De fato, ela notou conflitos quanto aos recursos – eles são inevitáveis –, mas também inteligência e altruísmo suficientes para gerenciar as brigas e desenvolver regras vinculativas para um compartilhamento equitativo. Assim como no caso da região semiárida de Minas Gerais, Brasil, descrito nesta coleção, tais regras podem enxergar longe o bastante para garantir que a própria natureza receba sua cota justa do comum das águas. Ostrom descobriu usuários dos recursos fazendo uma escolha: adotar um regime não sustentável de gestão do recurso ou tentar algo mais colaborativo.

Ostrom articulou princípios e práticas que podem guiar a boa governança dos comuns das águas. Por exemplo: definir o universo dos usuários, mapear as fronteiras físicas do recurso comum, garantir direitos de governança a todas as partes interessadas, desenvolver mecanismos de baixo custo para a resolução de conflitos e aplicação das decisões, criar regras e instituições de gerenciamento que nidifiquem/liguem o local e o internacional a montante e a jusante. Esses princípios e práticas não são exclusividades de engenheiros hídricos: são arranjos sobretudo intuitivos e quase sempre ignorados.



Uma nova GIRH 2.0 para enfrentar a crescente crise hídrica

Há vinte anos, na Conferência Rio 92, também conhecida como Eco 92, a governança das águas baseada nos comuns deu passos tanto para frente quanto para trás. A ética filosófica milenar de que as águas pertencem a todos e devem ser preservadas para as gerações futuras foi colocada em dúvida pelos Princípios de Dublin adotados na primeira Cúpula da Terra na Declaração do Rio (1992): “As águas são um bem comum e possuem um valor econômico e social em todos os seus usos”.

Instituições públicas e privadas aproveitaram a oportunidade para colocar a água dentro de um enquadramento mercadológico e, enquanto sociedade, parece que perdemos de vista o comum das águas. Não há dúvida de que cobrar um preço é essencial para manter um sistema hídrico em funcionamento, mas ele deve ser justo. Isso significa que usuários mais ricos que consomem maiores volumes de água pagam mais por unidade, e os domicílios mais pobres recebem fornecimento subsidiado ou gratuito. Mas, em geral, não é esse o princípio adotado. Em vez disso, parece que os formuladores de políticas e os operadores privados se apaixonaram pela recuperação integral dos custos de todos os usuários, mesmo quando isso significa negar os direitos básicos à água. A perspectiva de lucro com as águas também começou a parecer possível para operadores empresariais – tanto políticos quanto CEOs.

Uma onda de reestruturação institucional e econômica engoliu boa parte do mundo. A começar pela América Latina, da Bolívia à Argentina, da Colômbia ao Chile, instituições públicas encarregadas dos serviços de água foram desmanteladas e substituídas por atores privados que, em alguns casos, passaram a gerenciar sistemas completos e, em outros, foram subcontratados para construções ou para a cobrança de tarifas. A Primeira Guerra Hídrica Mundial em Cochabamba, Bolívia (2001), foi a manifestação mais marcante que simbolizou a raiva dos setores mais pobres, excluídos dos serviços hídricos por não serem capazes de pagá-los.

Naquela mesma cúpula do Rio, nasceu um conjunto de práticas de gestão conhecido como Gestão Integrada dos Recursos Hídricos ou GIRH. A GIRH baseia-se em algumas das melhores expressões da declaração do Rio sobre a coexistência com a natureza e sobre atender as aspirações humanas à realidade ecológica. Mas a GIRH tem sofrido no que diz respeito à implementação e à concepção. Bancos de desenvolvimento e governos, na maior parte das vezes, vêm tratando a água como um bem econômico em vez de um comum. A participação dos cidadãos tem sido pequena e superficial, longe de ser tão autêntica e robusta como deveria. Neste momento de transição para um novo comprometimento global com a sustentabilidade do meio ambiente, seríamos tolos se não parássemos e refletíssemos: o que aprendemos nessas duas décadas para melhorar o modo como governamos e gerenciamos os recursos hídricos?

Talvez a GIRH não seja culpada, mas os encargos humanos e ecológicos da crise hídrica são ruins e estão aumentando, incitados pela mudança climática e por falhas

de governança. Metas não cumpridas de desenvolvimento para o milênio nos assombram. Uma reportagem excelente revelou há pouco o quanto nossas economias e nossos bancos são mal administrados, mas precisamos lançar os mesmos holofotes sobre a má gestão da água, fato que ameaça nossa própria existência. Ao mesmo tempo, precisamos conhecer algumas histórias que trazem boas novas, histórias de esforços bem sucedidos para superar a crise hídrica. Os casos que traremos aqui apresentam algumas dessas boas e negligenciadas notícias.

Vamos chamar de GIRH 2.0 à nova ética que abraça o comum das águas, a cidadania das águas e a segurança das águas. Nossas sociedades aprenderam da forma mais difícil (com sistemas hídricos de baixo desempenho e bacias hidrográficas degradadas) que se um senso autêntico de cidadania das águas não guiar a governança e a prática gerencial das águas, elas têm chances de fracassar. Como mencionado acima, a atuação do sindicato dos trabalhadores da MCWD em fazer recomendações informadas sobre investimentos em infraestrutura para o bem comum mostra o quanto eleitorados ignorados podem ajudar a redemocratizar o sistema de governança das águas. Colaborações entre o Estado e a comunidade que abraçam a liderança comunitária de uma forma significativa, como no caso da comunidade colombiana apresentado aqui, ilustram o quanto essa cooperação é importante para que o Estado seja capaz de garantir o direito à água, como a ONU exige agora.

A GIRH 2.0 enfatiza as realidades sócio-políticas e hidrológicas básicas de ecossistemas interconectados. Sistemas hídricos urbanos, como os de Baybay e São Salvador, dependem de uma paisagem rural saudável para sua sustentabilidade de longo prazo. Tanto colocamos o consumidor urbano em perigo quanto subvalorizamos as famílias da área rural quando os separamos. Percebemos com desânimo que grande parte do desenho do sistema hídrico, por omissão ou intencionalmente, reforça a falsa dicotomia entre os sistemas urbano e rural. Esta coleção contesta uma tendência generalizada dos sistemas hídricos, escolhendo intencionalmente os sistemas rurais como ponto de partida, explorando ao mesmo tempo sua conexão com os sistemas urbanos.

O caso da proteção de Nova Iorque a seu fornecimento hídrico rural mostra o quanto é crítico vincular a gestão a montante e a jusante, mesmo quando isso significa entrar nas complexidades da soberania territorial e acrescentar custos contínuos de proteção à bacia hidrográfica às tarifas e ao financiamento da água. Fazer o planejamento de uma coordenação a montante e a jusante é reconhecer nossa interdependência e necessidade de estabelecer mecanismos que suavizem os relacionamentos muitas vezes conflituosos em uma bacia hidrográfica ou entre bacias diferentes.

A alternativa a enfrentar esses conflitos em estágio inicial do planejamento hídrico e assumir os riscos políticos necessários para resolvê-los são as muito previsíveis guerras da água, tão facilmente vaticinadas, mas que devem ser evitadas custe o que custar. Da mesma forma, a GIRH 2.0 nos pediria que planejássemos todos os recursos



Feira internacional da água, Cochabamba, abril 2010 (Foto: kk+, cc-by-nd-sa)

hídricos em um pacote abrangente – na interseção entre a água potável, o saneamento e a irrigação. A própria natureza da água é abraçada pela GIRH 2.0, ou seja, os diversos usos são derivados da mesma fonte.

Abraçando a cidadania das águas e a segurança das águas

Todos os casos discutidos nesta coleção compartilham uma noção básica: as pessoas tendem a gerir um recurso com maior cuidado quando sentem que se beneficiam dele e que participaram da decisão sobre quem usará e como será usado o recurso. Chamamos de “comunização” a tal ato de gestão participativa. Um comum que não tenha sido “comunizado” tem grandes chances de desmoronar.

O Comitê de Coordenação da Represa do Rio Mary desempenha um papel ativo de governança na Austrália, embora não possua autoridade legal. Além de guardiões ativos que impediram a construção uma barragem prejudicial e desnecessária depois de um bilhão de dólares públicos terem sido gasto, eles também monitoram a qualidade da água, trabalham com os fazendeiros para um uso sustentável da terra e da água, e limpam a bacia do rio.

Em Parambur, na Índia, uma cidade de Tamil Nadu caracterizada por antigas desigualdades sociais e de classe enraizadas no sistema de castas, os habitantes garantiram que todos usufríssem dos direitos de uso da água e têm responsabilidades de gestão, independente da posição de classe/casta. Há cerca de 40 anos, os pequenos fazendeiros de Parambur equilibram com sucesso o uso equitativo e sustentável sem sacrificar a viabilidade econômica.

Com muita frequência, a gestão dos recursos naturais focaliza os aspectos técnicos da proteção, da regulamentação e da alocação dos recursos, dando pouca atenção, quando o fazem, à participação contínua dos usuários na gestão dos recursos. Não que esses aspectos técnicos não sejam importantes, muito pelo contrário. É que detalhes técnicos, incluindo o orçamento, não devem ficar a cargo de tecnocratas e engenheiros trabalhando isolados, sem o benefício do envolvimento ativo da comunidade e do debate.

Um dos princípios básicos de Maude Barlow para a gestão do comum das águas é o de que a conservação vem antes de qualquer outra intervenção. Faz bastante sentido consertar um cano que está vazando antes de explorar uma nova fonte de abastecimento de água. Mas a verdade é que os clientelismos infraestruturais dominam a paisagem da gestão das bacias hidrográficas. As decisões sobre financiamento e precificação parecem diferentes nas Filipinas, na Austrália e em Nova Iorque, quando um plano tecnológico não se baseia em um contrato lucrativo para uma empresa de engenharia ou para preencher as condições de um empréstimo para obras de infraestrutura. O fornecimento de água potável, o saneamento, a irrigação e a hidroeletricidade certamente exigem conhecimentos de engenharia, mas as decisões tecnológicas – submetidas ao escrutínio público – guiadas por uma abordagem “conservar primeiro”, muda o paradigma de “retorno do investimento” para o de sustentabilidade como retorno.

Reivindicando as águas públicas e indo mais além

A privatização das águas foi, até bem pouco tempo, a menina dos olhos dos bancos de desenvolvimento e dos governos neoliberais. A preocupação autêntica com a má administração pública combinou-se com o oportunismo corporativo, a corrupção governamental e as crises fiscais criando um álibi perfeito para que as autoridades vendessem suas empresas de serviço público. Essa tendência agora perdeu velocidade, devido aos diversos malogros do sistema privado no que diz respeito ao fornecimento de água com qualidade a preços acessíveis. A situação pode ficar ainda mais difícil para os operadores privados, à medida que as nações lutam para saber como implementar a nova exigência da ONU de garantir os direitos à água e ao saneamento. O setor privado pode desempenhar um papel de apoio, não de liderança, em proteger esses direitos.

Na década que se passou desde a guerra da água de Cochabamba, um amplo movimento dos cidadãos pela justiça das águas levou a iniciativas bem sucedidas como defender o comum das águas, reivindicar as águas públicas e à aprovação do direito à água e ao saneamento pela ONU. Em alguns casos, essas iniciativas resultaram na remunicipalização e outras formas de gestão local. Nos casos apresentados aqui, como o dos sistemas rurais de água localmente controlados na Colômbia, nota-se uma sinergia entre campanhas antiprivatização e gestão local, revelando uma abordagem ativista para a cidadania da água.



Destruindo falsos dilemas: a montante e a jusante, rural e urbano, irrigação, saneamento, usos industriais e potabilidade

Cada caso aqui revela divisões políticas e institucionais que tão frequentemente colocam nossos sistemas hídricos em desordem. Por que dificultamos a gestão do comum das águas mais do que o necessário? Por que atribuímos a qualidade da água e o saneamento a um Ministério da Saúde, a água potável a uma empresa urbana de serviço público, a irrigação ao Ministério da Agricultura, sem ninguém responsável pela saúde das bacias hidrográficas?

Naturalmente, cada país tem suas próprias razões políticas e históricas para instituir essa mixórdia de governança das águas e autoridades gestoras. Em alguns casos, tem-se a impressão de que esforços bem intencionados de descentralização devem ser culpados por essa balcanização. Mas, como se diz, isso são águas passadas. Conquistar o controle sobre feudos institucionais, reorganizar e harmonizar responsabilidades institucionais e criar leis sobre as águas, tudo isso leva anos. A reorganização ministerial e a criação de novas leis são processos políticos essenciais, mas o que esses casos mostram são iniciativas inovadoras de curto prazo para encorajar a coordenação entre órgãos muitas vezes concorrentes e que não se comunicam. Encontramos comitês para bacias hidrográficas, trabalhadores e burocratas, bem como municipalidades colaborativas, todos comprometidos com a gestão plena das bacias hidrográficas, rompendo divisões outrora dominantes, mas contraproducentes.

Podemos admitir nossos erros ao enfrentar as crises hídricas e criar coragem para responsabilizar quem lucra com elas? Apenas se não quiséssemos muito mesmo ver a realidade deixaríamos de aprender algo com os protestos das comunidades sedentas e com os ecossistemas que definham enquanto nossos comuns das águas são mal geridos.

Uma imagem impressionante e generalizada da água rural é a de uma bomba d'água quebrada em uma aldeia africana. Essa foto é um lembrete perturbador não apenas do problema da sede e das doenças relacionadas à água, mas do fracasso de um modelo assistencialista para vencer a crise hídrica. As doações que não integram as bombas d'água à paisagem política, desde a local à nacional, podem muito bem acabar quebradas e sinalizar para as ONGs que a coordenação com governos locais e outros órgãos públicos é essencial.

Vistos em conjunto, os estudos de caso presentes nesta compilação iluminam um caminho para sair da insegurança hídrica: ética de justiça social, em vez de uma abordagem assistencialista; coordenação multiuso, a montante e a jusante; precificação e financiamento justos; liderança previdente de funcionários públicos e comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas; resolução de conflitos inter e intracomunidade; e, talvez de modo mais fundamental, a necessidade premente de abraçar a cidadania informada e engajada das águas. Os princípios do Rio que informaram

a GIRH não empregaram o termo cidadania das águas, mas o sugerem ao insistir em uma abordagem participativa para o planejamento hídrico.

Desde a cúpula do Rio, participação tem sido a palavra mágica para reformar, reestruturar e iniciar programas hídricos. Invariavelmente, propostas de programas para as águas, públicas ou privadas, estão cheias de expressões que incluem a palavra participação. Se você acredita que a participação é essencial para resolver nossa crise das águas e que nossos sistemas atuais são autenticamente participativos, você pode bem se perguntar se a participação de fato realiza alguma coisa. Realiza?

Esses casos falam ao poder da participação, mas não como atualmente concebida e praticada. A participação enquanto ferramenta estratégica para consultar as partes interessadas é certamente importante, mas esses casos ilustram que a cidadania e a gestão das águas é mais uma ética participativa do que um mecanismo participativo – pois a democracia autêntica é mais um engajamento ativo do que uma visita ocasional à cabine de votação. A governança democrática pode – e deve – fazer com que os cidadãos fiquem por dentro dos detalhes de como o sistema será financiado, como o recurso será precificado e como as bacias hidrográficas serão protegidas para as gerações presentes e futuras, em meio a outras questões de importância primordial.

Entre esses problemas encontram-se questões existenciais: Como vivemos com recursos limitados? Como fazemos para ter certeza de que os mais pobres entre nós não ficarão com sede? Como compatibilizamos nossos apetites econômicos com a proteção às bacias hidrográficas? Como solucionamos os conflitos hídricos antes que transbordem? Tais questões importantes estão no cerne da necessidade de projetarmos uma “transição justa” das práticas insustentáveis que resultaram em mudanças climáticas e enormes desigualdades para uma coexistência restabelecida com a natureza e com os outros. A transição não diz respeito somente a fazer pequenas mudanças nas práticas de gestão de recursos, trata-se, antes, de uma revisão importante: reimaginar a governança das águas. Não temos obtido bons resultados com a desvalorização ou exclusão das percepções e da participação de trabalhadores, mulheres, lavradores, agricultores e pescadores, povos indígenas, pessoas pobres das cidades e outras pessoas que, na realidade, são de importância chave na governança das águas, tanto como usuários como quanto gestores.

Apresentamos esses casos para acabar com ideia pessimista de que não podemos governar e gerenciar nosso comum das águas, de que a privatização das águas é a única maneira de seguir adiante e de que os seres humanos não conseguem imaginar um modo de garantir aos ecossistemas suas parcelas justas de água. É verdade que muitos desses casos deixam perguntas sem respostas. Mas mesmos nas soluções “em construção”, a criatividade dos cidadãos das águas está à mostra.

Todos os casos mencionados neste texto encontram-se disponíveis on-line em inglês <http://www.ourwatercommons.org/water-commons-citizenship-security>



A questão da sobrecapacidade e dos direitos de pesca

Resposta ao Livro Verde das Pescas da Comissão Europeia

ALAIN LE SANN



Alain Le Sann é ex-presidente da associação
Collectif Pêche & développement.

Para remediar os problemas da pesca excessiva e da gestão dos recursos haliêuticos, a Comissão Europeia pretende conduzir uma política de “modernização” do setor baseada na privatização dos recursos, às expensas dos pescadores artesanais e de seus direitos coletivos.

O problema da sobrecapacidade é considerado pela Comunidade Europeia como a chave das respostas para a crise da pesca. Esta propõe que ele seja remediado com a criação de um sistema liberal de CIT (cotas individuais transferíveis).

Uma abordagem nesses moldes tende a parecer surrealista em portos já esvaziados ou que veem esta perspectiva se aproximar com modelos e barcos que estão envelhecendo (por exemplo, a ilha de Houat, no departamento francês de Morbihan, que tinha mais de 45 barcos há 20 anos, hoje, tem 16 e talvez tenha menos de cinco daqui a 5 anos).

Essa abordagem traz a questão central que a Comissão e a quase totalidade dos decisores se recusam a tratar, a dos direitos dos pescadores como trabalhadores e usuários dos territórios de pesca – esse termo nos parece preferível ao de “zona de pesca”, pois ele indica uma verdadeira apropriação por parte dos pescadores que, hoje, não mais dispõem da possibilidade de ter acesso a outras zonas.

O fundamento teórico da abordagem da Comissão e da maioria dos cientistas é a “tragédia dos comuns” exposta por Hardin. Ele considera que o problema da pesca excessiva e do superinvestimento na corrida ao peixe reside na ausência de apropriação privada dos direitos de acesso ao recurso. Foi justamente essa análise que serviu para justificar a apropriação dos terrenos comunais pelos grandes proprietários de terras entre os séculos XV e XVIII com os cercamentos. Essa gigantesca expropriação levou à expulsão de milhares de camponeses sem quaisquer direitos.

Hoje, estamos assistindo a um fenômeno do mesmo tipo no mar, com a benção das autoridades públicas. Poderosos interesses no setor industrial da pesca, mas também em muitos outros setores (energia eólica, extrações, petróleo, aquacultura, navegação de lazer, conservação ambiental etc.) apropriam-se do mar hoje por razões que não têm nenhuma relação com a pesca e julgam a contribuição econômica de sua atividade superior à da simples coleta de peixes.

Ideologicamente, o terreno está bem preparado para excluir o máximo de pescadores de sua atividade sem nenhum reconhecimento de seus direitos. A pesca é apresentada como uma atividade destruidora destinada a ser substituída pela aquacultura. Juridicamente, cria-se um direito ambiental marinho muito constrangedor, desde o plano internacional até o plano local. Esse direito ambiental é imposto aos pescadores sem discussão; eles não participaram de sua elaboração e não têm, por sua vez, nenhum reconhecimento jurídico de seus direitos coletivos de uso sobre os territórios e recursos que eles exploram e, muitas vezes, administram há décadas, senão há séculos (através das *prud’homies*, associações locais de pesca existentes na França).

Os partidários da “tragédia dos comuns” negam a capacidade dos pescadores de administrar territórios e recursos comuns sobre os quais lhes são reconhecidos direitos coletivos. Para eles, somente a individualização e a mercantilização dos direitos constituem meios de pôr fim à má gestão e à exploração excessiva. No entanto, existem múltiplos exemplos de gestão comum de recursos comuns, em particular na faixa litorânea, com controle do acesso, quando os pescadores dispõem da autonomia e dos meios para assegurá-la. Hoje, mesmo esses exemplos de boa gestão coletiva estão sendo ameaçados pelos novos investidores da fronteira marítima, uma vez que a atividade dos pescadores não goza de nenhuma proteção jurídica (cf. as usinas eólicas no meio das jazidas de conchas de Saint Jacques).

Para nós, existe, portanto, uma fase prévia a toda e qualquer reforma da PCP (Política Comum das Pescas), é o reconhecimento jurídico dos direitos coletivos de uso dos pescadores, o reconhecimento da prioridade dada às funções de produção alimentar do mar. Esses direitos implicam, em contrapartida, deveres e responsabilidades, de boa gestão, de preservação da qualidade do meio ambiente, de transparência e de equidade. É sobre essa base que pode ser conduzida a negociação sobre o desenvolvimento de novas funções ou atividades ou o recurso a restrições. As zonas



Hastings, Sussex, Reino Unido (Foto: howzey, cc-by-nc-nd)

envolvidas são, claro, a faixa litorânea, mas também todos os territórios da ZEE (Zona Econômica Exclusiva) onde existam atividades pesqueiras, ainda que devam ser feitas diferenciações em função dos tipos de pesca, atentando-se, particularmente, para a preservação das atividades litorâneas.

Quanto à sobrecapacidade, se ela constituiu uma realidade evidente no passado, é preciso também medir também seus diferentes aspectos, a evolução por área pesqueira e por zona, por tipo de pesca, considerando-se as perspectivas futuras. Para a Comissão, tudo isso existe em quantidade suficiente. Para nós, não existem marinheiros-pescadores suficientes, pelo contrário, o risco maior é que eles venham a faltar num futuro próximo, se este já não for o caso. Seja lá como for, a quantidade de pescadores jovens é insuficiente, e vários países já estão recorrendo maciçamente a imigrantes dos países do Sul, às vezes, em condições escandalosas. Portanto, é preciso, prioritariamente, preservar os empregos, se necessário, através da reorganização entre as áreas pesqueiras, pois é bem mais difícil reconstituir comunidades de pescadores ativas e capazes de transmitir habilidades do que reconstituir estoques de peixes.

A sobrecapacidade constitui uma realidade, mas há que distinguir áreas pesqueiras, preservar a pesca artesanal em sua diversidade e, particularmente, a pesca pequena, cujo impacto sobre os recursos é fraco e que apresenta uma boa oportunidade de emprego. É preciso levar em consideração também a redução importante já ocorrida no início dos anos 1990, bem como aquela que está ocorrendo no âmbito do Plano de Saída da frota atual, cuja medida ainda não aparecer nos dados estatísticos. Muitos portos já viram desaparecer a maioria de sua frota, senão a totalidade. É verdade que o esforço de pesca e sua eficácia não foram reduzidos na mesma medida.



Mumbai, Índia (Foto: Lecercle, cc-by-nc-sa)

Mas, na maioria dos casos, a continuação programada da destruição dos barcos aparece como uma vontade de pôr fim a toda e qualquer atividade pesqueira, e ela é interpretada desse modo pelos pescadores, que estão perdendo a confiança no futuro. Enquanto a frota foi reduzida a menos de 50 % de seu nível anterior, cientistas, ONG ambientalistas e a Comissão falam em dar prosseguimento à redução em 40 %, 50 % e até mesmo dois terços!

Diante de tais perspectivas, é impossível manter o futuro das comunidades e a renovação dos barcos e dos pescadores. O controle do esforço de pesca deve passar, portanto, por outras medidas: repousos biológicos, fechamentos temporários, medidas técnicas etc., que já vêm sendo propostas pelos pescadores há muito tempo. Também é preciso passar de um sistema baseado no descarte dos barcos à transmissão dos barcos antigos de qualidade para os jovens e, sobretudo, trabalhar na aceleração de novas construções adaptadas às novas realidades e metas, dando prioridade à pesca artesanal em sua diversidade, em função dos territórios de pesca. No que se refere ao ritmo das reformas, há que se considerar o fato de a pesca e sua gestão serem, antes de tudo, um assunto de homens e de mulheres e não uma questão de peixes.

O grande filósofo e inspirador de uma ecologia humanista, Jacques Ellul, escrevia em 1980: “As coisas, o vivo, o humano são feitos pelas escolhas aleatórias dos próprios interessados, por decisões sucessivas que vêm dos interessados, que parecem tomar caminhos singulares, mas a lentidão é necessária ao amadurecimento. E tudo isso deve ser inventado em função das circunstâncias, sem outras ideias preconcebidas senão aquelas que vêm de experiências passadas com as quais se aprendeu”. Meditemos sobre isso.



Sementes: os direitos coletivos dos camponeses, dos jardineiros e das comunidades contra os direitos de propriedade intelectual

GUY KASTLER



Guy Kastler é camponês na França, delegado geral da associação *Réseau semences paysannes*, assessor da revista *Nature et Progrès*, membro da *Confédération paysanne* e da Comissão de Biodiversidade da *Via Campesina*.

O mundo da indústria química e sementeira desenvolveu uma série de dispositivos jurídicos e tecnológicos que têm por objetivo assumir o controle sobre a produção de sementes e, através disso, colocar todo o mundo agrícola sob sua dependência. Liberar a biodiversidade cultivada dessa lógica mortífera implica em situar novamente os camponeses, suas práticas e seus direitos no centro do debate.

Catálogo, certificação, COV e patente

Hoje, a aceleração da erosão da diversidade cultivada ameaça diretamente a capacidade que a humanidade terá de produzir seu alimento no futuro, principalmente no contexto da mudança climática, que impõe às plantas uma grande capacidade de adaptação. Ela é o resultado do monopólio de algumas multinacionais que querem

controlar o conjunto da cadeia alimentar, desde a semente até os direitos dos povos de se alimentarem. As leis que elas impõem proíbem as sementes reproduzidas pelos camponeses em seus campos para substituí-las por alguns genes sintéticos marcados com o selo de sua propriedade intelectual. Mas o que é vivo não se dobra à padronização industrial. É por isso que as multinacionais sempre inventam novas regras mais complexas para suprimir a vida: é preciso ser forte para acompanhá-las, pois sua imaginação não tem outro limite senão sua rapacidade. No entanto, o plano delas cai por terra quando se torna visível, pois, nesse caso, todos redescobrem que a biodiversidade renasce a cada ano em que ela é novamente semeada.

A biodiversidade não se conserva e não se reproduz, ela se renova

Antes de ser um bem comum junto do qual coevoluímos, a semente é o órgão de reprodução de organismos vivos autônomos, as plantas. (...) Assim é a biodiversidade: sua renovação constitui a própria condição da vida, que desapareceria se todos os organismos vivos fossem semelhantes e incapazes de evoluir para se adaptar às evoluções de seu meio. Os grãos viajam, mas dão vida a plantas que não são móveis: uma vez enraizadas, apenas sua diversidade e sua grande variabilidade genéticas permitem que elas se adaptem à diversidade dos solos e dos climas. Por isso, os camponeses sempre adaptaram suas sementes ou mudas, retirando-as de suas plantações e, ao mesmo tempo, trocando entre si pequenas quantidades destinadas a renovar a diversidade e a variabilidade delas. Essas trocas geraram múltiplas variedades, bens comuns oriundos do trabalho e dos conhecimentos das comunidades rurais que as selecionaram e delas cuidaram.

A indústria contra a biodiversidade

O sistema formal de sementes substitui essas trocas pelo mercado de massa, que tem horror à diversidade. Ele apenas suporta lotes padronizados, homogêneos e estáveis. Um século de “aperfeiçoamento das plantas” respondeu a essa demanda com os métodos de seleção eugenistas em voga no último século: multiplicação de forma idêntica do indivíduo-elite e erradicação das plantas fora de tipo. Um novo ator substituiu o camponês na seleção e na multiplicação fora do campo dessas novas sementes-elite: a indústria sementeira, sustentada pelas indústrias agro-alimentares e de pesticidas. As variedades homogêneas são, de fato, indispensáveis às transformações industriais. E se as sementes são todas idênticas, os camponeses não podem mais adaptá-las à diversidade dos solos que eles cultivam: eles precisam homogeneizar essa diversidade com os adubos químicos e os pesticidas industriais para os quais elas foram selecionadas.

Os híbridos F1 e o catálogo de proibição das sementes camponesas

Para impor suas sementes, a indústria eliminou seu principal concorrente, que é a semente reproduzida todo ano com a colheita do camponês, recorrendo a duas estratégias, uma técnica e outra, jurídica. (...)

[Nos EUA, as indústrias sementeiras desenvolveram os milhos híbridos, com a patente como instrumento jurídico principal. Na Europa, as indústrias sementeiras basearam



(Foto: PentaxFanatiK, cc-by-nc-nd)

sua abordagem no Catálogo Obrigatório de Inscrição das Sementes e no Certificado de Obtenção Vegetal (COV). Hoje, com o desenvolvimento das biotecnologias que permitem submeter os vegetais aos interesses dos industriais, na maioria das vezes, o COV e a patente são combinados para se obter uma proteção total da propriedade intelectual sobre o organismo vivo.]

O patrimônio comum da humanidade desaparece no virtual digitalizado

O confisco dos recursos genéticos

A biodiversidade cultivada é a matéria prima das indústrias sementeiras. Entretanto, ao proibir as sementes camponesas, suas leis a ameaçam de extinção. É por isso que os Estados organizaram a colheita dessas sementes antes de elas desaparecerem. Em 1983, a FAO declarou que os “recursos fitogenéticos são um patrimônio comum da humanidade e devem ser preservados e estar disponíveis no interesse das gerações presentes e futuras”. As sementes camponesas de todos os campos do mundo tornaram-se, assim, um recurso de livre acesso para a indústria. Ao se tornar monetizável no mercado da humanidade, também chamado de mercado mundial, esse patrimônio se torna alienável. De um lado, as sementes oriundas do trabalho e dos conhecimentos dos camponeses são decretadas comuns a todos, mas não comercializáveis quando existe um catálogo ou uma certificação obrigatória; do outro, a exploração comercial faz delas bens mercantis privatizados pela indústria sementeira graças aos direitos de propriedade intelectual.

Originalmente, as coleções públicas assim constituídas são acessíveis a todos. Mas aos pequenos camponeses não é fornecido nenhum meio que lhes permita ter



Milho indígena,
Oaxaca, México
(Foto: craigregular, cc-by-nc-nd)

acesso a esse tesouro colhido em seus campos. Pelo contrário, a confidencialidade da informação, a ausência de identificação que corresponda ao cultivo e as múltiplas barreiras administrativas proíbem que eles tenham esse acesso. Em 1992, na Convenção do Rio, os países do Sul, que abrigam a maior parte da biodiversidade mundial, reivindicaram uma repartição dos lucros oriundos da exploração comercial de seus recursos. A indústria sementeira se aproveitou disso para impor a eles o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual sobre o organismo vivo que gera esses lucros. De lá para cá, foram raras as patentes que não contornaram a obrigação de repartição, e todos os COV a contornaram, uma vez que eles não indicam a origem das variedades utilizadas. E todo mundo se aproveitou disso para situar as coleções sob a soberania dos Estados. Em nome do princípio do livre consentimento prévio, estes proíbem cada vez mais o acesso a essas coleções aos camponeses cujos pais, no entanto, forneceram tudo que nelas está contido, sem receber a menor compensação; mas eles mantêm um acesso privilegiado para a indústria, sob o pretexto de que ela disponibiliza uma parte ínfima de suas próprias coleções. (...)

A biologia sintética ou a substituição do mundo natural pelo mundo virtual

Depois de ter selecionado por cruzamento natural plantas-elites e, em seguida, manipulado o genoma, a indústria começou a fabricar genes sintéticos com base em



sequências virtuais digitalizadas em seus computadores. Os transgenes dos OGM são cópias aproximadas de fragmentos de genes naturais fabricadas por síntese química. A próxima etapa anunciada é a planta inteiramente sintética. Sob o pretexto de falta de dinheiro, os bancos de genes nacionais são abandonados, reduzidos a coleções de genes, digitalizados ou privatizados. Ao mesmo tempo, os centros de origem e de diversificação das principais plantas alimentares são metodicamente contaminados por OGM patenteados. Desde 2008, um “banco do apocalipse”, acessível apenas às multinacionais produtoras de sementes, conserva todas as sementes do mundo em blocos de gelo vindos de uma ilha norueguesa. Essas sementes congeladas nunca serão replantadas para conservar sua capacidade germinativa. A biologia sintética não precisa de grãos vivos, mas apenas das sequências genéticas digitalizadas, que podem ser retiradas dos grãos mortos e que ela reproduz por síntese química: é por essa razão que as multinacionais decidiram deixar morrer os grãos dos bancos?

Direitos coletivos e bens comuns das comunidades

Os direitos coletivos dos camponeses, dos jardineiros e das comunidades

A biodiversidade cultivada é um bem comum inalienável: herança das comunidades camponesas que a selecionaram durante milênios, nós a tomamos emprestada de nossos filhos. Até a recente aparição da indústria sementeira, todas as variedades cultivadas podiam ser reproduzidas e eram, antes de tudo, variedades locais. Elas foram todas selecionadas e conservadas numa região determinada, por uma comunidade humana determinada, respeitando direitos de uso coletivos, na maioria das vezes, não escritos, negociados dentro dessas comunidades: direito de conservar, ressemeiar e trocar as sementes segundo certas regras econômicas e sociais ou relativas às proteções contra os fluxos de pólen exógeno, ao consumo alimentar ou ao furto do estoque de sementes, às guerras, às plantas invasivas, à substituição das variedades adaptadas no nível local por cultivos momentaneamente mais lucrativos ou impostos de fora. A esses direitos, há que se acrescentar, hoje, a participação nas decisões relativas à gestão dos recursos públicos, o acesso às sementes dos pais fechadas em bancos de genes, a proteção contra as contaminações transgênicas, contra as sementes industriais subvencionadas, as deslocalizações e a biopirataria, a proteção dos conhecimentos dos camponeses ou das comunidades. Isso requer uma obrigação de informação sobre a origem e o método de seleção utilizado para toda e qualquer semente comercializada. Esses direitos não são nem direitos de propriedade nem direitos individuais, mas direitos coletivos de uso.

As características que podem identificar uma variedade camponesa não se reduzem aos seus caracteres morfológicos nem ao seu genoma digitalizado, mas dizem respeito, antes de tudo, aos seus caracteres agrônômicos, gustativos, nutricionais, culinários, de adaptação às técnicas de transformação, culturais, religiosos, paisagísticos... todos oriundos de sua implantação territorial, social e econômica. Nenhuma variedade existe sem a comunidade humana que a selecionou e renovou. Reduzi-la às suas características morfológicas ou digitalizáveis, permitindo que ela integre um catálogo ou um patrimônio da humanidade desencarnado é o mesmo que



separá-la dos outros caracteres ligados à sua implantação territorial, econômica, social e cultural para facilitar sua apropriação através do comércio anônimo e dos direitos de propriedade intelectual. Isso é uma negação dos direitos coletivos das comunidades que culmina com seu extermínio e com a destruição de seu meio econômico, social e cultural.

Nos países ricos, a maioria das comunidades rurais tradicionais desapareceu e foi substituída pela agricultura industrial. Mas, hoje, novas comunidades e redes estão surgindo, não necessariamente fixadas num território, mas ligadas por um modelo agrícola, econômico e social autônomo e realocado em torno de novas variedades camponesas que elas selecionam e renovam a partir de recursos das coleções públicas ainda acessíveis. Essas comunidades devem determinar as regras de uso de suas sementes. Enquanto essas regras não forem determinadas coletivamente, cabe a cada um de seus membros empenhar sua responsabilidade: ele vai obedecer às leis do mercado e ceder sementes a quem não saberá ou não poderá cultivá-las corretamente ou a quem favorecerá a biopirataria, a apropriação da variedade, a fabricação de OGM, a concorrência desleal que destruirá a comunidade que deu origem à variedade...? Ou ele decidirá que a variedade está estabilizada e é conhecida o suficiente para ser difundida sem riscos? Ou que ela é jovem e frágil demais ainda e que ele só pode ceder sua semente a quem for digno de cuidar dela e em quantidade tal que essa pessoa possa fazer isso corretamente?

Esses direitos coletivos são inalienáveis, não mercantis: um direito de uso que é vendido pode ser comprado por um particular e se tornar privado. Eles são negociados, primeiro, dentro de cada comunidade, depois, entre as comunidades. A liberdade de comércio só pode ser considerada depois dessas negociações.

Sementes livres ou bem comum das comunidades?

A semente camponesa não pode fazer parte de um patrimônio da humanidade qualquer: a gestão dinâmica da biodiversidade não é administrada no nível planetário, mas no plano dos territórios e das comunidades. Ao contrário das variedades industriais padronizadas, as sementes camponesas utilizadas num território ou num modelo agrícola e social são selecionadas e multiplicadas nesse território e/ou nesse modelo agrícola e social para poder se adaptar a ele naturalmente. Essas sementes podem circular de um território ou modelo para outro: isso permite renovar sua diversidade interna (despertando características que desaparecem em seu meio de origem), a diversidade do estoque de sementes no qual elas são introduzidas, ou dar origem a novas variedades adaptadas ao novo local e à cultura de seus habitantes. Mas, antes de serem desenvolvidas em grande escala num território novo, elas devem ser adaptadas a ele através de várias multiplicações/seleções sucessivas. As trocas de sementes camponesas exógenas são feitas em pequena quantidade, salvo cataclismo excepcional. Logo, o comércio dessas sementes ou é local ou se restringe a pequenas quantidades, contrariamente ao comércio mundial, que abastece o planeta todo com sementes industriais de milho multiplicadas



no Chile, por exemplo. Hoje, as sementes são ou o bem comum de uma comunidade ou um produto industrial mercantil protegido por um direito de propriedade intelectual. As primeiras devem permanecer submetidas aos direitos coletivos de uso da comunidade que as cede e daquela que as recebe. As segundas não devem ser mais livres do que a raposa no galinheiro: sua circulação deve estar sujeita à avaliação e à aceitação pelas comunidades locais quanto a eventuais riscos para a saúde, o meio ambiente e os sistemas agrários e culturais locais. Os OGM e outras biotecnologias devem ser proibidos. (...)

Indo além da Convenção do Rio sobre a diversidade biológica, o TIRFPAA (Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogênicos para a Alimentação e a Agricultura) reconhece a contribuição passada, presente e futura das comunidades autóctones e dos agricultores para a conservação dos recursos fitogenéticos, bem como seus direitos decorrentes dessa contribuição: proteger seus conhecimentos tradicionais, compartilhar as vantagens, participar das decisões nacionais sobre os recursos e conservar, ressemeiar, trocar e vender as sementes de fazenda. Mas a responsabilidade da implementação desses direitos é deixada aos Estados.

Essa abertura é uma simples propaganda ou traduz uma vontade verdadeira? Com a fábula do “COV que livra a semente da patente”, a propaganda da indústria relança, hoje, o conceito de patrimônio da humanidade para justificar uma nova campanha de coleta do conjunto da biodiversidade selvagem e cultivada e dos conhecimentos populares associados. De tanto cruzar em todos os sentidos os recursos disponíveis, ela chegou ao fim das inovações assim possíveis. Mas, hoje, ela se liberou da barreira das espécies e, como a farmácia, utiliza o conjunto dos genes oriundos da biodiversidade selvagem e cultivada. Para tanto, o conhecimento dos saberes associados permite que ela não trabalhe às cegas. Com a propaganda em torno das crises alimentar, climática e energética, seu projeto é se apossar de três quartos da biodiversidade mundial ainda selvagem do mesmo modo que ela se apoderou de um quarto da biodiversidade cultivada. Para além da apropriação brutal de terras, florestas, rios ou do subsolo, que é legítima, se consideramos que se trata de patrimônios comuns da humanidade e não das comunidades que neles vivem, essa expansão do confisco dos bens comuns passa por um deslocamento das patentes sobre os organismos vivos para a patente sobre os genes, os átomos, as nanopartículas ou os materiais PBG, bem como sobre os serviços tecnológicos de exploração da biodiversidade. (...)

Vamos semear a biodiversidade

Se os Estados traírem sua missão de serviço público autorizando o confisco e a destruição da biodiversidade, será urgente esvaziar os bancos para reconstruir em todos os campos do mundo coleções vivas e casas populares da semente sob a responsabilidade direta da sociedade civil. Não se trata de voltar à agricultura de nossos avós, ainda que as sementes deles sejam a melhor base para as seleções camponesas modernas. As aquisições de um século de aperfeiçoamento das plantas

também podem ser valorizadas, contanto que elas não sejam dependentes dos adubos e pesticidas químicos, das energias fósseis ou de biotecnologias perigosas para o meio ambiente, a saúde ou a vida social. Mas a mudança só pode vir de um regime jurídico que exclua todo e qualquer direito de propriedade intelectual sobre os organismos vivos e sobre os conhecimentos e que reconheça o direito à soberania alimentar e os direitos de uso coletivos dos camponeses e das comunidades sobre suas sementes como restrições legítimas à sacrossanta “liberdade do comércio”. Esses direitos coletivos são a pedra angular da sobrevivência de um bem comum como a biodiversidade contra os direitos de propriedade intelectual e a liberdade de comércio, que a substituem por clones sintéticos oriundos do mundo virtual. Ninguém nos dará esses direitos, a sociedade civil organizada pode e deve tomá-los: para que a extinção programada da biodiversidade fracasse, é preciso, primeiro, semeá-la.

Ainda que para isso tenhamos que desobedecer!



Oaxaca, México
(Foto: craigregular, cc-by-nc-nd)



A grande compressão: geopirataria o restante dos comuns

PAT MOONEY

Pat Mooney é diretor executivo do grupo ETC

Enquanto a Assembleia Geral da ONU se prepara para a cúpula ambiental de junho de 2012 no Rio de Janeiro, as respostas globais ao conjunto atual de crises de “comida, combustível, finanças e temperatura” estão gerando uma mercantilização ainda maior de nossas vidas, escreve Pat Mooney. Em face das novas “doutrinas de choque” relativas à erosão agrícola, ao colapso dos ecossistemas, às extinções culturais e aos “desaparecidos” de gênero, Mooney discute as supostas terapias e os resultados finais.

A Assembleia Geral da ONU está se preparando para uma cúpula com chefes de Estado sobre temas ambientais que acontecerá no Brasil em junho de 2012. Denominada “Rio +20” em referência à Cúpula da Terra, acontecida no Rio em 1992, alguns críticos já estão chamando esse evento de “Rio -20”, situando-o em uma sucessão de “acontecimentos” globais claudicantes que começaram com a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, foram até o Rio de Janeiro em 1992 e chegaram tropeçando a Joanesburgo em 2002. Retrospectivamente, o evento mais famoso ocorrido em 1972 em Estocolmo foi o malogrado assalto a banco em que alguns funcionários foram sequestrados. Depois de soltos, alguns deles pareciam ter se apaixonado por seus sequestradores, fenômeno psiquiátrico hoje conhecido como “síndrome de Estocolmo”. Ao rememorar os 40 anos de *jamborees* da ONU sobre o meio ambiente, contudo, a verdadeira vítima da síndrome de Estocolmo foi a própria ONU e grupo das organizações da sociedade civil sequestradas pelo carisma das conferências de cúpula.

A Cúpula da Terra de 1992 adotou a “Agenda 21”, incluindo uma série de tratados e acordos destinados a conservar e restaurar a biodiversidade, a frear a desertificação, suspender o desflorestamento e nos proteger da mudança climática. Quando os líderes se encontrarem no Rio em 2012, ficarão sabendo que os desertos se expandiram,



que a biodiversidade está ruindo e que apenas uma redefinição sem bases científicas de “floresta” feita por alguns governos permite fingir que o desflorestamento está perdendo velocidade e que o problema da mudança climática está progredindo em compensações e créditos.

A nova cúpula irá anunciar a “economia verde”, oferecendo uma “solução” tecnológica para nossas desventuras ambientais e econômicas.

Em meio à crise e ao caos, governos crédulos e públicos em pânico se agarram às “soluções mágicas sem efeitos colaterais”. Mas a mágica tem seu preço: abrir mão do poder, da propriedade e/ou dos princípios. Trata-se de uma estratégia política clássica, descrita recentemente por Naomi Klein em “A doutrina do choque”. Mas quando a calamidade se aplaca, a mágica passa, e, com ela, vai junto a soberania social. Nosso conjunto atual de crises – de alimentos, combustíveis, financeiras e climáticas – estão nos preparando para um golpe clássico contra aquelas partes de nosso mundo – e de nossas vidas – que ainda não foram mercantilizadas. Esse golpe já está bem a caminho e projetado para culminar em algum tipo de novo consenso global na cúpula Rio +20.

Eis aqui uma visão geral de como essa nova doutrina de choque em massa deve acabar...

Choque nº 1 – Erosão agrícola

Estamos perdendo a maior parte de nossa biodiversidade quando mais precisamos dela. 75% de nossa biodiversidade agrícola já estão extintos. Estamos perdendo, a cada ano, 2% da diversidade de nossas espécies vegetais cultivadas e 5% da diversidade de nossos rebanhos. Os preços extraordinariamente altos dos alimentos podem se desequilibrar e oscilar, mas nunca cairão novamente aos níveis dos fins do século XX. A demanda por terra para cultivar os agrocombustíveis, a especulação das *commodities*, a pressão dos consumidores, a falta de água e (acima de tudo) o caos climático garantem que os suprimentos alimentícios permanecerão instáveis e caros.

A agricultura industrial já fez da segurança alimentar de longo prazo um bem escasso. Das 40 espécies de animais de criação e 7,000 espécies de cultivos, a indústria trabalha com apenas cinco espécies dos primeiros e 150 dos segundos (ênfaticamente apenas 12 das espécies de cultivo vegetal). Enquanto isso, os agricultores estão gastando US\$ 90 bilhões por ano em fertilizantes sintéticos tentando, em vão, compensar as mais de 24 bilhões de toneladas de solo arável destruídas todos os anos pela agricultura industrial. No subsolo, os mesmos agricultores estão sugando 25% a mais de água do que os ameaçados aquíferos podem repor. Das mais de 35.200 espécies marinhas, a pesca industrial se concentra em 336 espécies. 75% dos estoques globais de peixe encontram-se ou plenamente explorados ou substancialmente exauridos.



Região de Axum, Etiópia (Foto: A. Darvey, cc-by-nc-nd)

A agricultura também está perdendo seus polinizadores: as populações de pássaros campestres diminuíram 1/3 na América do Norte desde que Rachel Carson nos advertiu, em 1962, sobre uma primavera silenciosa, e 40% das espécies de pássaros estão em declínio no mundo. Na cúpula de 2012, os governos não deveriam comemorar a Rio +20, mas, antes, lamentar a Carson -50.

Choque nº 2 – Colapso do ecossistema

Não existe isso de terra marginal. Nos Estados Unidos, as marismas respondem por 20% de toda a absorção de carbono do país. A absorção global de carbono em habitats costeiros é aproximadamente igual às emissões de gases do efeito estufa (GEE) do Japão. As chamadas florestas subutilizadas desempenham um papel enorme em nos proteger do aquecimento global. Dois terços dos ecossistemas do mundo correm risco de colapso.

Choque nº 3 – Extinções culturais

Os povos indígenas do mundo (apenas 6% da humanidade) tomam conta de mais de 50% da flora selvagem e da vida animal em florestas e savanas, sendo muitas vezes os únicos protetores de espécies sobreviventes de vegetais, animais e aquáticas usadas na alimentação. Eles também protegem as plantas medicinais que preservam a saúde de 80% das pessoas no Sul do planeta.

Contudo, 90% das 7.000 línguas que ainda existem no mundo podem ser extintas até o final deste século. A humanidade está perdendo ao menos uma língua a cada quinze dias.

Choque nº 4 – “Desaparecidos” de gênero

As mulheres são as guardiãs da maior parte desse conhecimento. Mas o patriarcado prioriza a literacia masculina, o que significa que a sabedoria feminina – seu entendimento preciso de plantas, solos, animais e ecossistemas específicos – que está embutida nas línguas locais desaparece, denegrida e não traduzida.

Não estamos perdendo apenas a mensagem; estamos perdendo o mensageiro: as próprias mulheres. O infanticídio feminino é pandêmico. Em 1990, Amartya Sen estimou a perda em 100 milhões de vidas. Na China, o desequilíbrio entre os gêneros era de 108 meninos para 100 meninas na geração nascida na década de 1980; na geração de hoje, é de 124 a 100. Proporções semelhantes estão aparecendo na Índia e em outros lugares do mundo. A diversidade que mais precisamos proteger é a das mulheres indígenas e camponesas. Por causa dessa perda, a chamada geração “baby boomer” do pós-guerra é a primeira na história a perder mais conhecimento do adquiriu.

Terapia nº 1 – Geopirataria

A indústria (e os governos) argumenta que, para nos alimentarmos e nos abastecermos nas próximas décadas, devemos passar de uma economia de “carbono fóssil” para uma de “carbono vivo”. A estatística frequentemente ouvida e mais alarmante é a de que apenas 23,8% da biomassa terrestre está sendo aproveitada hoje em dia a cada ano, o que significa que 76,2% de nossa biomassa está ainda por ser mercantilizada. Rumores da iminente “economia do carboidrato” têm circulado há algum tempo, mas as novas crises e as novas tecnologias tornam oportuna sua chegada. Como afirma um representante da Cargil: “Qualquer produto químico feito a partir do carbono contido no petróleo pode ser produzido a partir do carbono encontrado em plantas.” O que está em jogo são algumas (ou todas) as matérias primas para as indústrias de US\$8,5 trilhões de alimento, forragem e fibra, a indústria de US\$2 trilhões de produtos químicos, porções da indústria farmacêutica de US\$825 bilhões e, claro, a indústria energética de estimados US\$5 trilhões.

Produzir alimento ou combustível não é mais a meta, mas criar e controlar o máximo possível da biomassa. As estruturas corporativas estão sendo reconfiguradas. Grandes empresas de energia estão se acotovelando com empresas químicas convencionais e de agronegócios/biotecnologia pelo domínio do mercado. A Exxon Mobil e a BP investiram recentemente US\$600 milhões cada em novas estratégias de biomassa. A Shell e a Chevron também estão investindo em tecnologias de biomassa, enquanto a BASF e a Monsanto fizeram uma parceria de US\$2,5 bilhões para competir na indústria de energia. A Unilever e a Kraft estão procurando suas futuras matérias primas na biomassa de algas. Os gigantes dos genes viraram nossos biomesres.

Terapia nº 2 – Geoengenharia

A segunda solução mágica é controlar o termostato para diluir ou retardar a mudança climática. Sem muita vontade política para adotar medidas rigorosas, os governos



do Norte estão ansiosos para abraçar a geoengenharia a fim de evitar mudanças drásticas no consumo e no estilo de vida. Os esquemas da geoengenharia incluem um leque surpreendente de experimentos para transformar a biologia de amplas superfícies oceânicas, reestruturar nuvens e bloquear os raios do sol com barreiras estratosféricas. Por mais absurdo que pareça (e os cientistas que defendem isso admitem que os riscos são extremos e o sucesso, incerto), o Parlamento do Reino Unido e o Congresso dos Estados Unidos realizaram recentemente audiências favoráveis a todas as estratégias propostas.

Argumentando que os governos do mundo não chegarão a um acordo multilateral para lidar de modo efetivo com a mudança climática, os geoengenheiros estão conclamando uma nova “coalizão da vontade”, na qual um punhado de governos e indústrias vão usar a tecnologia para evitar os piores aspectos do aquecimento global. Alegam, como prova de exequibilidade do princípio, que nós já levamos o planeta até essa crise por meio da geoengenharia. Os governos e indústrias – que nos colocaram nessa confusão, que negaram ou atrasaram a ação sobre a mudança climática por décadas, que se recusam ainda agora a tomar medidas substantivas – não têm coragem de dizer aos seus cidadãos para pegar o ônibus, nem têm inteligência ou integridade para que se confie a eles o controle do termostato do mundo.

Terapia nº 3 – Nanomanufatura

A manufatura industrial está diminuindo tudo para a escala nanométrica (um nanômetro = um bilionésimo de metro) – a escala dos átomos – de pedras a grãos de arroz. Quando tudo na natureza é visto como compósitos de átomos e moléculas, as tecnologias que fazem iPads podem ser consideradas as mesmas que criam a vida.

Desde o ano 2000, os governos gastaram US\$50 bilhões em pesquisa de nanotecnologia. A maioria dos laureados com o Nobel em física e química nos últimos 15 anos trabalhava na nanoescala. Quando a Royal Society conduziu no Reino Unido sua análise da nanotecnologia em 2004, a indústria relatou que havia mais cientistas nas vizinhanças de Pequim trabalhando com nanotecnologia do que em toda a Europa ocidental, com o custo vinte vezes menor que o dos cientistas da Europa ocidental. Cerca de 50 países possuem agora iniciativas nacionais de nanotecnologia, e a corrida é para ver quais países não ficarão para trás.

Os marqueteiros da nanotecnologia alegam que o mercado global para os (aproximadamente) 2.000 produtos que incorporam materiais em nanoescala (e este não é o valor da nanotecnologia em si) é de mais ou menos US\$400 bilhões. Esse valor, dizem os marqueteiros, saltará pra US\$2,6 trilhões até 2014. Nesse ponto (não esquecendo a enorme capacidade que tem a indústria para exagerar), a nanotecnologia poderia responder por até 15% da produção industrializada mundial e ter o valor de mercado combinado das indústrias de telecomunicação e informática, e 10 vezes o poder de mercado da biotecnologia e, ainda, estar só começando. Mais dinheiro já entrou na pesquisa de nanotecnologia do que o montante gasto nos



projetos Manhattan e Apollo juntos. Apesar de tanto dinheiro gasto, os governos ainda não estão pensando na saúde, no meio ambiente e nos meios de vida. Embora nanomateriais já se encontrem em alimentos, pesticidas, cosméticos, filtros solares e têxteis – em uma escala que podem penetrar nossa pele ou órgãos sem serem percebidos por nossos sistemas imunológicos –, praticamente não existe regulamentação de segurança para esses materiais em lugar nenhum do mundo. O imenso atrativo da nanotecnologia para a indústria é o fato de que ela multiplica os usos da Tabela Periódica e altera drasticamente as necessidades de matéria prima. O valor presumido dos tesouros nacionais poderia aumentar ou cair rapidamente com as mudanças na nanotecnologia.

Terapia nº 4 – Biologia sintética

Para ir “além do petróleo”, diz a indústria, temos que construir uma biomassa única. Para os biólogos sintéticos, a vida é como um brinquedo da LEGO. A dupla hélice do DNA é apenas um tipo de circuito químico que pode ser montado com peças tiradas da prateleira (1). Esses engenheiros (muitos não têm formação em biologia) estão tentando construir organismos artificiais que se duplicam sozinhos e podem fazer quase de tudo.

Um “synbio” pode não somente construir DNA, ele pode também ensinar o mecanismo da célula a ler o DNA de forma diferente (2). Cientistas da Universidade de Cambridge convenceram algumas células a lerem nucleotídeos de quatro letras do DNA em conjuntos ou códons maiores (3). Em vez de apenas 20 aminoácidos para construir proteínas diferentes, esse DNA mais alfabetizado pode teoricamente ter 276 aminoácidos para misturar e combinar, com o potencial para construir proteínas que não existem no mundo natural – os blocos elementares para construir inacreditáveis formas de vida diferentes. Os cientistas já construíram hélices duplas de cinco e seis bases.

Há alguns meses, J. Craig Venter ganhou as manchetes mundiais ao anunciar que seus cientistas do setor privado conseguiram criar o “Synthia”, o primeiro micro-organismo a se autoduplicar jamais produzido. Muitos cientistas consideraram o Synthia como a realização mais significativa da ciência desde a divisão do átomo.

Enquanto isso, o consórcio iBoL (International Barcode of Life, ou Código de Barra Internacional da Vida) está mapeando o genoma de cada espécie conhecida, colocando o mapa eletrônico na internet e depositando uma amostra nos EUA. Uma vez mapeados, os pesquisadores poderão – armados com a tecnologia autoduplicante de Craig Venter – fazer o download de um genoma, mudá-lo à vontade e construir novas formas de vida. Há quem diga que bancos de genes, zoológicos e jardins botânicos, e também programas de conservação, já são redundantes. É teoricamente possível criar (e patentear) mais biodiversidade não natural em um tubo de ensaio do que a biodiversidade natural que existe na Amazônia.



Resultado nº 1 – Indivíduos altamente destrutivos

Para a indústria, o efeito colateral mais atraente das novas tecnossoluções é que praticamente qualquer um, usando praticamente qualquer coisa, pode ser altamente destrutivo. A reação inevitável dos Estados é procurar obter controle máximo sobre cada um.

Mas as ferramentas da destruição já estão assim tão prontamente disponíveis? Nanotubos de carbono são transportados por via aérea em quantidades minúsculas porque tendem a explodir em embalagens maiores. O óxido de alumínio, utilizado rotineiramente por dentistas, também explode na forma de nanopartículas. (A Força Aérea dos EUA está fazendo experimentos com o óxido de alumínio para detonar bombas.) Nanopartículas de ouro, compostas de sete a vinte e um átomos, podem ser usadas como catalisadoras. E daí? Segundo um dos vídeos mais assistidos da internet, se você jogar balas Mentos dentro de uma garrafa de dois litros de Coca Diet, ela também vai explodir. Mas de todos esses materiais potencialmente explosivos – óxido de alumínio, nanotubos de carbono, ouro, balas Mentos e Coca – somente a garrafa de Coca não vai passar pela segurança dos aeroportos. Efeitos quânticos têm o potencial de mudar todas as características de todos os elementos da natureza quando as partículas são reduzidas à nanoescala. Isso muda quase tudo. A Rússia já explodiu a primeira nanobomba, colocando prédios a baixo, sendo essa a arma não nuclear mais poderosa do mundo.

Resultado nº 2 – Monitoramento em massa

As novas tecnologias de nanoescala criaram – e exigem – monitoramento social. E o custo e o trabalho desse monitoramento podem ser assumidos pelos consumidores. O exemplo mais óbvio é o Facebook, com seus mais de 400 milhões de membros. O que quer que não apareça no Facebook ou no MySpace provavelmente pode ser encontrado em um de cada dois blogs que são lançados por segundo na internet. A privacidade não é mais uma “norma social”. Enquanto isso, o YouTube está recebendo 10 horas de vídeo pessoal a cada minuto. Neste ano, de acordo com alguns analistas, o número de telefones celulares em funcionamento no planeta será o mesmo que de seres humanos. A maioria deles vem com câmeras, e um número perturbador deles usa o GPS (sistema de posicionamento global) para informar suas localizações. E eles “tweetam” mensagens de suas compras, posições políticas e paranoias para amigos e inimigos indiscriminadamente. Os algoritmos dos computadores não estão apenas classificando quem compra o que, mas garimpando a enorme nuvem de dados para identificar tendências e tensões que surgem e que podem vir a ser ameaças ou revoluções.

Resultado nº 3 – Mercados de massa

Novos trabalhos em genômica e neurociências criam novas oportunidades de lucro, assim como novas estratégias de controle. A meta pública é curar doenças, mas a oportunidade vista pelo setor privado é a de aprimorar o desempenho humano enquanto aumenta seu controle. Estima-se que uma em cada dez pessoas tenham anomalia mental ou física que alguma outra pessoa pensa que precisa de tratamento.

Some a isso os casais, na proporção de um em cada seis, que enfrentam dificuldades em engravidar, e adicione ainda os pais que desejam escolher o sexo de seu próximo bebê e, pronto, o mercado para aprimoramento de desempenho fica praticamente ilimitado. Clínicas privadas dizem que já podem fazer testes de 150 desordens genéticas em embriões. Mas parece que simplesmente não conseguem controlar a pobreza, a poluição e o patriarcado!

O aprimoramento, é claro, será caro... e perpétuo. O implante de chips cognitivos permitirá que as famílias paguem por “upgrades” de seus filhos. (Deixar de fazer o upgrade poderia colocar um filho 2.0 em conflito com um irmão 2.3 nascido de pais 1.0 fracassados!) O aprimoramento virá com uma “Sequência de encerramento” que vai tornar os pais estéreis até que renovem sua licença para a próxima geração. Quem se recusar a ser aprimorado – ou não puder pagar por isso – vai virar um pária. Se alguém tiver um chip cognitivo em seu cérebro, com quem vai ficar o controle remoto?

Resultado nº 4 – Corporativismo nacional em massa

O conluio entre as elites industriais e os governos não é nada novo. Mas os altos riscos envolvidos na terapia de choque exigem níveis extraordinários de coordenação entre indústria e governo. Os governos querem tecnossoluções (e negações plausíveis); a indústria quer ver seus investimentos assegurados, seus passivos controlados e ter monopólio irrestrito sobre os recursos naturais.

Com as novas tecnossoluções, o tamanho importa. O valor global anual das fusões de empresas era, em 1975, de aproximadamente US\$20 bilhões. Antes da recente crise financeira, as fusões globais alcançaram quase US\$4,5 trilhões. A indústria pode bem optar por mais alianças ou consórcios nos próximos anos, a fim de evitar escrutínios indesejados.

A propriedade intelectual e outras formas de monopólio tecnológico já estão forçando novas alianças. Nos últimos anos, foram concedidas patentes que incluem 1/3 da Tabela Periódica; 2/3 da manufatura industrial; e quase todas as espécies agrícolas. A patente norte-americana 5.874.029 cobre métodos de nanonização de partículas. Essa invenção pode ser usada nas indústrias farmacêutica, alimentícia, química, eletrônica, de catalisadores, polímeros, pesticidas, explosivos e tintas, simplesmente em quase toda a economia. A patente 5.897.945 reivindica direitos sobre nanobastões que contenham qualquer um dos 33 elementos – mais de 1/3 da Tabela Periódica. Nesse ínterim, seis agronegócios fizeram pedido de patentes – ou as obtiveram – de genoma de plantas, extensivas para o uso comercial das plantas.

Será que essa doutrina de choque global vai mesmo funcionar? Muitas das terapias e resultados irão fracassar. Contudo, fracassos tecnológicos podem ainda gerar lucros inesperados. Enquanto os governos se reúnem no Rio para marcar 20 anos de fracasso de liderança e ação, devemos nos lembrar de que o único antídoto para nossa marcha cinquentenária em direção à primavera silenciosa são outros 50 anos de lutas por uma sociedade civil que é tudo, menos silenciosa.

ENGLISH VERSION

COMMONS,
A MODEL
FOR MANAGING
NATURAL RESOURCES

INTRODUCTION

Commons, a Model for the Future

OLIVIER PETITJEAN

Over the course of history, societies have developed specific ways to manage natural resources collectively, so as to ensure their prosperity and continuity. This most often took place on a local scale. These are the “commons”. In some cases, resources were managed as commons because of their relative scarcity, as a way to prevent any conflict that might result from competition to access it. Often, opting to manage a resource as a commons was just seen as the best way to derive the most benefits from the resource for the most people, while making sure that there would still be enough for future generations – thus, a way to make sure that the communities in question would be able to perpetuate and renew themselves over time.

These collective forms of resource management have survived (including in “developed” countries), changing over time, up until the present day. They have survived despite dominant development models (from big business capitalism to state capitalism) attempting to destroy them, or at least marginalise them, seeing them as archaic remnants from the past. But in reality, commons are far from inefficient or ineffective when it comes to managing and protecting natural resources – It should be obvious that only a social and ecological short-sighted conception of wealth and development would designate them “inefficient”.

This collection aims to demonstrate, by way of concrete examples and analysis which have been put together by activist networks and civil society organisations, that the commons are a key aspect to the way forward when it comes to addressing the manifold social and environmental crises in many parts of the world today. They also represent the way forward in how we deal with global challenges such as climate change. As opposed to many of the “solutions” currently promoted by governments, big corporations and international institutions, the commons have proved much more reliable and effective in protecting the integrity of the natural world while fostering sustainability, democracy and social justice.



Over the last two decades, the model of the commons has also gained new importance in the fields of knowledge, culture, IT, communication and health, in the context of a considerable development in intellectual property rights, to the profit of a handful of large transnational corporations.

There are in fact many connections between the two kinds of commons: material and natural commons on the one hand, and cultural immaterial commons on the other. First of all, there is inevitably a degree of mutual inspiration and cross-fertilisation between various models and solutions for the creation and management of commons. Furthermore, the natural world itself is more and more the subject of intellectual property rights, with the artificialisation and privatisation of seeds, biopiracy, and patents of living organisms. It is simply impossible to separate the material aspect of biodiversity (plants and animals, and their environment) from its immaterial aspect (the traditional knowledge and practices of the communities which have been their guardians over centuries). Conversely, intellectual property also becomes a pathway to the privatisation of commons such as water and the climate when their management becomes more and more dependent on proprietary technological innovations (clean tech, water treatment and desalination, etc.). Lastly, sharing the management of a natural commons is not about dividing it up like a cake, but about multiplying it, just as it is in the field of knowledge and culture: communities maintain natural resources, ensure their renewal for future generations and shared use makes the resource available for more uses and more users.

We are constantly warned of the numerous crises which threaten us and our planet – the climate crisis, the energy crisis, the food crisis, the water crisis, the fisheries crisis, etc. We are told that all natural resources are becoming scarcer. The question of whether this scarcity is related to a particular development model is not often raised. It appears we are supposed to believe that the scale of the problem is such that the only recourse is greater and greater dependence on what has created these crises in the first place: the dispossession of local communities, the expansion of commodification, a blind faith in technological fixes, the reins of power held by a handful of major political, scientific and economic players – in other words, further enclosures and privatisation of the commons.

This process is already underway. Commons have declined steadily across the world over the course of the twentieth century, but their decline has accelerated in the last decade. In the name of “rational” management of fisheries, water, agricultural land and the atmosphere, new expropriations have taken place throughout the world. Primary forests are confiscated, under the pretence of fighting deforestation, and quickly replaced by tree plantations, while their traditional communities are sent to live somewhere else. Farmers are encouraged to adopt “improved” genetically modified or hybrid seeds, along with chemical fertilisers and pesticides. Water and agricultural land are appropriated by large corporations, for their alleged superior “performance”. Yet their “superiority” stems from the fact that they don’t pay to



renew natural resources and they intensively use fossil carbon in different forms (fertilisers, transport, etc.).

Many players see the Rio +20 Conference as just an opportunity for the international community to give formal approval to this privatisation push, under the pretence of a new, “green economy”. The promotion of financial tools and market-based solutions for managing natural resources comes down to facilitating an expansion of private property and the associated legal protection, in order to wear down the communities’ resistance to the commodification of their livelihoods. It is for this reason that we considered it valuable to prepare a new edition of this collection (an initial version was published two years ago in French.) Since then, many more civil society organisations and social movements have taken up the cause of the commons, and more and more bridges are being built between seemingly remote issues and struggles, from seeds to free software.

Of course, the commons are not about looking backwards. The world has become so interdependent in so many ways that it is no longer enough to address problems solely on a local scale. The commons of tomorrow will in some cases involve protecting the heritage of the past, in some cases re-discovering, reforming and updating this heritage, and in some cases building new commons altogether. As illustrated by these case studies, it will in many instances involve communities from the global North (re)learning, through exchanges with communities from the global South, values and practices they may have lost sight of. Moving forward will require not only strengthening exchanges between communities, social movements and civil society groups which are invested in natural or cultural commons, but also an official recognition of their capacity for self-organisation and social innovation, as well as the invention of public policies in harmony with these commons and favourable to their development.

Equally important, new ways to manage the interconnection between the global and the local scale will need to be devised in order to tackle global challenges such as global warming. Commons which are critically important for the planet as a whole should be managed in a way that benefits both the international community and local communities. The successive climate change summits of the past few years have demonstrated a widespread awareness that there are now “global commons” – but they have also demonstrated the current inter-government cooperation model is unable to manage this commons. Rio+20 should be a milestone towards a greater integration and recognition of the paradigm of the commons in the international system – and not towards the final appropriation of the planet’s natural commons by a handful of transnational corporations.



WHY THE COMMONS?



Web of Life

SILKE HELRICH

Silke Helrich is the co-founder of Commons Strategies, an international initiative for the defence and promotion of the commons. She edits the “commons-blog”: <http://commonsblog.wordpress.com/> A former regional manager of the Heinrich Böll Foundation in Central America, she has edited several collective books on the commons.

When we talk about the commons, what are we talking about?

A ship is cruising from port to port. On the upper deck there are a few deck-chairs, three times less than the number of passengers. During the first cruising days the chairs changed continually their “owners.” As soon as someone got up, a deck-chair was regarded as being free; bath-towels or other occupation-symbols were not recognized. This was an appropriate rule for that special situation. It simply did work, because it was simple: Use was free, but short-term!

This takes us directly to one of the principles of a commons based economy and society: Use? Yes! Abuse? No! This way, the deck-chairs – even though limited – were “not short in supply.”

Later, after leaving a port in which new passengers came on board, that order collapsed. The newcomers had occupied the chairs and claimed their permanent possession. So, the majority of the other passengers remained without any opportunity to relax on deck. The result: Scarcity reigns, conflicts develop, and most of the guests on board are worse off than before. (Based on H. Popitz, “Phänomene der Macht.”)

What can learn several things from that story. First of all, the commons are shared prosperity; or, as Wolfgang Sachs puts it: When we talk about the commons, we talk about “a hidden secret of our prosperity.”

This is a strong but simple message. “The commons are the web of life,” says Vandana Shiva. Actually, the commons are the web of life in it’s natural, social, cultural, and digital sphere. When we talk about commons we talk about quality of life, about our future, and the future of our children.



"On Dec. 19, 2009, Times Square patrons have a snowball fight during a blizzard. Even with the reduced traffic from the weather, I don't think this scene would've happened without the pedestrian-friendly measures taken last summer," says the photographer, Zokuga. (cc-by-sa).

The problem is, that commons are everywhere, but they are often invisible to us. And they may get lost and consequently forgotten. They get lost by the force of the elbow (i.e., by ourselves, as in our cruiser episode), or by the force of money (i.e., by the market) or by an arrangement of the captain (i.e., by the State). The result of this process is the erosion of the commons.

So, the real "tragedy of the commons" (a famous metaphor coined by G. Hardin) is that we only become conscious of the commons and their enormous value to us, when they are about to disappear.

I am often asked: What exactly is a commons?

We are accustomed to fragment complexity by short, "scientific" and supposedly objective definitions.

Some of the groundbreaking theorizing on the commons has been done by Elinor Ostrom. She and her colleagues insist that there is no "master inventory" or single definition of commons. Each commons is the product of unique historical circumstances, local culture, economical and ecological conditions, and so on.

Instead we must examine what all commons have in common.

What has the defense of biodiversity in common with the struggle for free soft- and hardware?



Why is the struggle for access to knowledge and culture the same struggle as for access to water and against climate change?

The commons allow us to unify in thinking what is separated in our mind but belongs together.

1. All commons share a function. Natural commons, social commons and knowledge commons are all essential to us: “Natural commons are necessary for our survival, while social commons ensure social cohesion, and cultural commons are required for our self directed passion.” (source: “Manifest: Gemeingüter stärken. Jetzt!”)

2. All commons have an architecture: i.e., We can look at them as complex systems in which several components interact. Obviously, those architectures differ greatly from one common to another, but all of them are based on three generic building blocks.

Let us have a quick look at some concrete examples for the first building block: there is biodiversity, the water, our genetic code, algorithms and cultural techniques we use to produce knowledge – like read and write – the notes and the airwaves or the electromagnetic spectrum to transmit music and information; the time we dispose, game-rules, the information, the knowledge we need to get a medical diagnosis or the knowledge compiled by millions of wikipedians, the digital code enclosed in a software programme or the silence.

And the capacity of the atmosphere to absorb emissions: All those are “common pool resources,” or CPR. All of us have the same right to use those resources.

A CPR is the first fundamental element of a commons architecture.

What’s the second building block?

This photo is subtitled: “My first folding-chair parking-space-holder.” In many Boston neighborhoods, it’s a rite of winter: When the first flakes start to fall, the crates and the garbage cans and the chairs come out. Plenty of chairs to protect what some residents insist are “their” spaces on the street. One may think: “But it’s not theirs – I mean, who owns the public streets?”



Source: RodBegbie
(cc-by-nd-sa)



“This is a commons,” says Elinor Ostrom, because the residents, a certain community, share a common understanding of how to use a resource. So, in many (not all) Boston neighborhoods the understanding is that if you shovel out a parking spot, you are entitled to park there until the snow melts. You signal that right by putting a chair in the cleared-out spot. Again, like in our cruiser example the solution is to grant (temporary) use-rights instead of exclusive private property rights.

In other words, temporary possession is not the same as ever lasting property. Everyone can take commons into possession, as long as they don’t take them away from others – nor from future generations!

The community, the group of people which share a common pool resource, is our second generic building bloc. In the case of the atmosphere and other global commons, this “group” is the whole mankind.

Therefore, we should talk about the commons as a verb and not as a noun. It’s not about the water or the atmosphere or the code by themselves. It’s all about us, about the decisions we make.

To quote Peter Linebaugh: “There are no commons without commoning.”

“The parking-space example is a wonderful way to show how idiosyncratic a commons can be,” says my colleague David Bollier. On the Internet, where the resources are intangible bits of code and information, commons governance takes very different shapes. Each community defines its own rules. And this is the third building block of a commons architecture: a set of, as far as possible, self-ordained rules.

A commons-based society will be based on rules designed in such a way, that they automatically maintain and recreate our commons.

What is wrong and how to change it?

If you know this guy – hands up?



And that one?





Why the difference?

We all owe a lot to Tim Bernes Lee. Nevertheless, most of us don't know him – nor by name nor by photo. While we are well aware of Bill Gates' role in the current economy.

In 1989 Tim Berners-Lee wrote the Hypertext Markup Language HTML, the description language for internet-pages and the respective protocol HTTP. Berners-Lee did not patent his ideas, nor its technical implementations. And he ensured that the World Wide Web Consortium (W3C) adopted only patent-free standards.

This approach reflects a core idea of the commons: the idea of sharing, as well as the importance of renouncing to control about what other people do. "Web pages are designed for people," says Berners-Lee.

He greatly and successfully contributed to the commons. But the problem is, that our idea of success is linked to old paradigms, to account balances, media presence or business strategies regardless of their contribution to the commons.

If we want the commons get a prominent place in our society, the action of economic players, of the State, and of the individual must become bound to commons (and not to the GDP) as the basis of success.

"Whoever fills the commons rather than just drawing from them, deserves prestige and social recognition." (source: "Manifest: Gemeingüter stärken. Jetzt!")

Therefore, we urgently need new ideas and a new narrative for the twenty-first century.

We may contribute in many different ways to the commons if we radically focus on:

- Decentralized production, made possible by new levels of networking with digital tools
- Cooperation at a local and global level
- Diversity of resources, communities, designs and rules
- Relationality – which corresponds to this idea: "I need the others, and the others need me."

Those are the core ideas that underpin the shift to a commons-based society.



Commons and the "Good Life"

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

ibase.

Cândido Grzybowski is a sociologist and the director of the NGO Ibase (Rio de Janeiro, Brazil). He is one of the creators of the World Social Forum.

The climate crisis demonstrates how the dominant civilisation has come to a dead end. It is thus also an opportunity for a change of direction, which can be achieved by putting the defence and development of the commons – natural, cultural and urban – at the forefront of the political agenda.

The climate crisis is now a matter of common sense. We live in one of the rare moments in human history where we are able to question the very foundations of the way we live. We only need to develop common sense into a "transformative good sense", as specifically defined by Gramsci, generating compelling movements of transformation, which are able to conquer "hegemony" within society (i.e.: a widespread political and cultural recognition and belief in the legitimacy and justice of a cause among many sectors of civil society, where citizenship originates).

The prevailing civilisation, where a nation's wealth is measured by the acquisition of an ever-increasing number of goods, per capita income, accumulation and GDP growth, has been arduously created in a few centuries of human history. Conquest and colonisation, with entire populations forced into slavery; the industrial revolution and a lifestyle based on productivism and unrestrained consumerism; imperialism and wars, changing players and moving between regions: one thing has followed the another to ensure the current civilisation's domination up to the present day. The capitalist globalisation of these last decades has become the norm for practically all of humanity.

Despite its attraction, its ability to win hearts and minds and to defy geographical borders, the fact is that the way of life associated with this civilisation inevitably results in social exclusion and environmental destruction. Hence the importance



of the common sense that has come out of the environmental crisis. People are beginning to be aware that it is impossible to go on like this, that the planet will not be able to cope with it. We would need five planets for all of humanity – the 7 billion people that make up the planet – to reach the standard of life that the average North American enjoys. Even worse is that our ecological footprint shows that the planet still wouldn't have enough resources even if the benchmark was the standard of life of Brazilians. This needs to change. Ethically-speaking, however, it is not conceivable to save the planet by putting human beings aside. How can we reconcile social justice with environmental justice? This is a major question for citizenship and democracy. This is the “good sense” that needs to be developed into a transformative project in the historic moment in which we live.

The crisis of civilisation

We need to highlight that behind the climate crisis lies a crisis of civilisation. We need to start questioning the principles and values that underpin the type of “quality of life” created by productivism and consumerism. We also need to rekindle our lost connection with the biosphere and with a sense of ethics, which has been broken by science and technology. Science and technology clearly have a huge power over nature and life, a power materialised in our means of production and in the industrialisation of every sector of human activity. But its progress has been at nature's expense, due to the destructive, unsustainable way in which it has been used, in both environmental and social terms. Because it relies on an excessive use of carbon and raw materials, this civilisation is creating a climate disaster. We need to begin by decarbonising, dematerialising and shifting the economy towards the local: produce here, with what we have here, to consume here. Let's put an end to growth at any cost and move towards focussing on human happiness. Let's find our place again in the natural, regenerative cycle of life in its entirety. We are faced with an ethical necessity, that of life on the planet, of all of life, that of this generation and those to come, and it means moving from a civilisation focussed on possession and accumulation to one focussed on well-being, with the same human rights for each and every human being, while also respecting the rights of “mother nature” herself, the heritage of life that we all share.

At the crux of this crucial shift in attitude and practices is the question of the commons: the goods that belong to a community as a whole. The “good life” (*bien vivir*, as Latin America's indigenous peoples say) involves the sharing of the commons, as a condition of life. Organising society around the commons is a way of highlighting the community's importance as a pathway to sustainability. It is up to the community to ensure that everyone is able to access the commons, and that they are preserved and used in a sustainable manner. Moreover, it is the equal, democratic participation of each and every person in a community that will ensure both the commons and the collective “good life” are safeguarded. We are at a fundamental juncture between life foundations and democracy, between environmental justice and social justice, where all citizens need to be actively involved.



Nature's gifts are part of the commons: water and rain, lakes, rivers and seas, wind, and sun, climate and the atmosphere as a whole, biodiversity, the earth and its fertility, minerals... The list goes on and on. The way we access and we use these commons is what fundamentally shapes our quality of life, its sustainability and its justice, making it a "good life". Some of these commons are limited, such as coal, oil and gas – the fruit of millions of years of decomposed organic matter. The availability of others, like water, varies locally and seasonally, even though there is a set unvarying amount of them. Others, like the sun and wind, are inexhaustible.

It's true that natural commons – the heritage of all of humanity – are distributed unequally over the planet. This produces distinctive environments, in which different cultures and peoples have developed. But it also raises a question of ethics and justice: how can natural resources be shared between all human beings? Humanity invented the absurd idea, which capitalism has hugely profited from, that a large number of natural resources can be owned by individuals, groups and peoples. It began as the stronger taking ownership of those resources by force, and now it has become a guaranteed right under laws and tribunals.

Some commons are unique, such as the splendours we find in nature and the enormous ecosystems that control the planet's climate, like the great rainforests, the steppes, the poles, the large mountain ranges and their glaciers. Dividing them or misusing them could result in their destruction, which would affect humanity and life as a whole. It is absolutely essential that they are managed in a way that respects them as part of humanity's heritage. It is equally important that fossil fuels are also managed in this way – as their unequal and uncontrolled burning affects the climate for everyone, which is what makes the climate crisis so unjust.

Cultural Commons

The commons are not only natural. Humanity has collectively created, over many years, other types of commons which are fundamentally important for our well-being: cultural practices and artefacts, languages, philosophies, religions, education, information and communication, education, science and technology. The more these inexhaustible commons are shared, the more they increase. They are the crucial frontier for expanding the "good life", human happiness.

These commons are threatened by the concept of intellectual property, a ploy of capitalism to make what is unlimited in nature rare and marketable. The most striking example today is what is becoming of the IT and communication revolution, particularly concerning the internet and software. The fight between free software and proprietary software (Linux versus Microsoft) is a fight between the commons and intellectual property. Generally-speaking, it could be said that the communications world is faced with two choices: an extension of "citizen media" – a media that is free and focussed on common good; or of "proprietary media", based on the private property of means of communication.



Piazza of the Pompidou Centre, Paris (source: OliBac, cc-by)

Cities

The tragedy that fell recently upon Rio forces us into thinking about the way we envisage the city. Cities are an ever-changing commons and, in their own way, are unique. There are already certain well-known historic cities which are regarded as part of the common cultural heritage of humanity. But all cities are commons – they belong to everyone who live in them. This is what justifies the notion of claiming the “right to the city”. It’s not enough to see the thoroughfares of communication – the streets and avenues, the squares and parks – as fundamental public goods, as the only commons in a city. The potential that exists in cities, the institutions created over time, the creative synergy of the community are just a few of the many aspects that make a city a commons, that belongs to everyone. Sharing the city is a form of collective trusteeship which can only increase its value.

But there are still problems – and not only the obvious ones that we observed during the tragedy in Rio. There are problems related to privileges, exclusions, and segregations – in other words privatisation in general, based on discrimination and individualism, as well as with public policies imposed by those with the most power. The city as a commons, as a unique territory and as a natural site in symbiosis with human constructions over generations, is the foundation of a new economy and a new power rooted in the local, which will make it possible to build a democratic and sustainable foundation for the “good life”.



Questions about the "Commons"

ALAIN LIPIETZ

Alain Lipietz is an economist, member of the Green Party and has been a Member of the European Parliament from 1999 to 2009.

This article is based on an oral intervention at the 2009 World Social Forum in Belém, Brazil. It was published in an abridged version in the January 2010 issue of the French journal *Esprit* and is reproduced here with authorisation.

Commenting on a Latin American collection of articles on the commons, Alain Lipietz emphasises that commons should be conceived as a specific form of social relations, based on mutualisation and reciprocity – and that the key issue is how it is combined with other, market – or state-based forms of social relations.

The collection put together by Silke Helfrich¹ is absolutely outstanding. Not only in its theoretical scope but also in the range of its examples and case studies on “the Commons”: genetic heritage, lakes, forests, the electromagnetic spectrum, indigenous knowledge, the atmosphere, information technologies, among others. We can really see that this is the work of an entire network, coordinated by Silke as part of her work with the Heinrich Böll Foundation in Latin America. Even though, strictly speaking, this network did not originate out of the World Social Forum, it is a good example of what the WSF is capable of achieving.

I myself have organised a seminar at the European Parliament on the same subject, based on the question: “Why are we fighting for algorithms in software to be free and non-patentable while we are seeking to protect indigenous people from biopiracy, the unpaid pillage of their knowledge about local biodiversity?” This book is highly enlightening in regards to this debate.



I will begin with my positive comments about the book and then make a few remarks of constructive criticism.

The Commons: things or social relations?

There are two main lessons we can extract from the book's different contributions. The commons are not things but social relations. Or, more precisely, the things which they relate to (material or immaterial, pasture or field of knowledge) are only very rarely *res nullius*, commons belonging to no one and thus at risk of being overexploited and destroyed. Those that we know (that is, precisely, those which have not been destroyed), have always been managed, in regards to their access and use, by social relations: forms of ownership, forms of authority and customary rules. The famous article, "*The Tragedy of the Commons*", by the ecologist, Garret Hardin, which appeared in *Science* in 1968 is thus, by and large on the wrong track. What he describes (the overgrazing of communal fields) may have happened, but certainly not because rules were not respected. There are of course common-pool resources that are exhausted because they are not regulated, such as schools of fish and the atmosphere's capacity for recycling greenhouse gasses. But growing awareness of this kind of dilapidation generally results in the establishment of regulations by society.

The methods for regulating the commons are extremely varied, primarily because they pertain to resources of such a varied nature (from the most materiel to the most immaterial) and because each resource may be managed differently. The commons are a kingdom of diversity. The case studies and presentations included in the book give a good picture of this diversity.

It should be added that the authors, whose sympathy for the commons is obvious, don't try to hide that this model of resource management is not always, under any circumstances, the best or the most efficient solution, including in comparison to private property. They are, at any rate, aware that the way the commons are regulated may be in need of serious reforms.

A detailed etymology of "common"

But I'm not here to promote this book, although I do consider it to be a remarkable "textbook" for activists and students alike, but to offer some criticism; that is, highlight its weak points in order to make progress.

My first comment relates to my irritation that most of the articles maintain that the word "commons" is of English origin, if not even of Anglo-Saxon origin! Actually, it's not English, but French, and more precisely, Norman. This is important in two respects.

When the Normans of William the Conqueror conquered England in 1066, he imposed an already well-established form of feudalism. He obviously spoke



Derbyshire, United Kingdom
(source: melody, cc-by-nc-nd)

French – that is, a mix of words of Latin and German origin. Under feudalism, common goods or those intended for public use have two names depending on the owner: “*commun*” or “communal” for property owned by peasants, and “*banal*” for property owned by lords (primarily the mill, the bread oven and the forests). “*Commun*” is thus a legal term of feudalism, of Latin origin.

First of all, a word about its feudal nature. If peasants (serfs or free peasants) own common land, excluding the land to which they were attached (*glèbe*) and the land of the lord where they has to carry out *corvée* (chores), this ownership doesn’t prevent them from having to share the fruit of the land with their lord as a form of tax (the “tallage”). The social relation of “*commun*” (between peasants) is expressed, predetermined and subjugated to the feudal relation (between peasant and lord). A social organisation such as Feudalism, can never be reduced to a single social relation – Just as with capitalism, it is a nexus of social relations some of which may seem more “progressive” than others, although they are all joined together to sustain a form of domination.

And “commons” are certainly one of the most enduring parts and potentially one of the most progressive of any form of social organisation. That is why the Latin origin of the word needs to be emphasized. “Common” comes from the word *munus*, which means both “gift” and “responsibility”. In other words, receiving a *munus* as a gift goes hand in hand with the “obligation” to give back a gift. *Munus* is thus a nodal expression of what the great anthropologist, Karl Polanyi calls “reciprocity.”



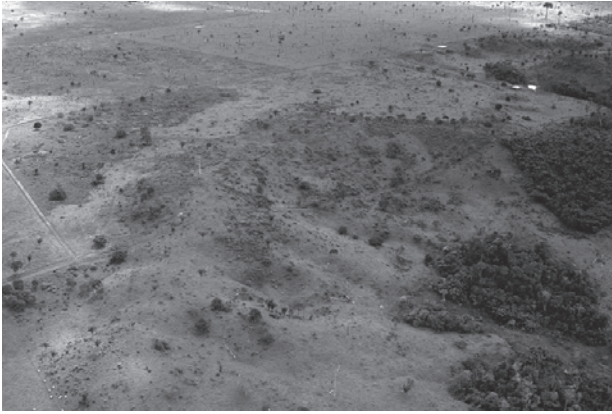
For Polanyi, there are three ways of socialising the work of individuals: exchange (I give you something so that you give me something), redistribution (the state takes from everyone to give back to everyone), and reciprocity: I give, because I trust that when I am in need, society will give to me. “*Commun*” is obviously derived from the word *munus* (from “*co*” which means together): it’s the system of gifts and responsibilities that govern what the “community” shares. This community has, generally-speaking, its own particular system of political management: the *munici-pality*. “*Cipal*” comes from the word “*caput*” which means “leader” or “head”. This leader has a duty to act with “munificence”: to give the community assistance, festivals and monuments.

Karl Marx called communism a mode of production superior to socialism (“each according to his work”), governed by the rule, “from each according to his ability, to each according to his needs”. Socialism becomes communism when, instead of just redistribution, we move towards reciprocity. Marx, who was very aware that reciprocity came historically before market exchange and before the State (these didn’t truly appear until thousands of years after the Neolithic Revolution began, in Sumer and on the Nile), spoke of a primitive communism, and dreamed of a communism as a society of abundance. We, on the contrary, are mostly dealing with commons that in most cases, as mentioned above, are often connected with, and subjugated to, various forms of political domination (i.e.: feudal) or to the market.

There’s no doubt that there has indeed been a “tragedy of the Commons” but it wasn’t the one Hardin wrote about. Communal land expanded along with the clearing of European forests until the beginning of the 14th century. When Black Death came along, Europe didn’t have any forests left to clear away, and there were latent food shortages everywhere. The plague, spread by feudal wars, wiped out two thirds of the European population. It took two centuries for it to recover, but the way land was managed had changed in-between: the agrarian revolution, three-yearly crop rotation and manuring of land could not develop under customary rules which effectively prevented a farmer from enriching his land for future crops. They required very different rules of management, including private ownership, or at least private possession of the land. The wealthiest peasants enforced “enclosures” of the commons to their own benefit.

Political power and the commons

Another problem with this book is that it implicitly opposes, and even tries to isolate the commons, and their reciprocity-based regulation, from the state and the market. It is unfortunately impossible to do this given the complexity of any society. We have seen how a commons like the communal fields of the Middle Ages was subordinated to an external political power – that of the lord. It’s exactly the same for a Saharan oasis regulating the distribution of its water: it is embedded in a larger political structure, such as a state, potentially controlled by a caste of warriors or caravan merchants.



Mato Grosso, Brazil
(source: leoffreitas, cc-by-nc-sa)

More importantly, the management of a commons is often assigned to a political entity, a “local state”, whether it be a shaman, a cacique, a council of Elders or a city council. These political entities governing the commons can themselves be extremely hierarchical. For instance, the family, the oldest and most basic community, has always been structured around patriarchal social relations: the domination of the *pater familias* over the women and children, the elder women over the young daughters-in-law, etc.

When a commons is part of a larger society, under the authority of larger political power, the obvious question is that of who the commons belongs to. In this book, it’s implicitly considered, for instance, that the Amazon belongs to the indigenous people who use its biodiversity resources in a sustainable way on the one hand, and to all of humanity on the other, insofar as the Amazon is a powerful stabiliser of the climate and a global freshwater reserve. And what about Brazil?

On the eve of the Earth Summit in Rio (1992), when I was giving several conferences in Porto Alegre, I saw on the walls the words “*Amazona e nossa. Yankee fora !*” (The Amazon is ours, Yankees go home!). This slogan was aimed at the Hollywood stars who had come to support the indigenous people and the idea of the Amazon as a commons belonging to all humanity. I was indeed shocked that residents of Rio Grande do Sul, most of whom have mostly Italian or German roots, were claiming ownership of the Amazon, several thousand kilometres to the north! However neither do I agree with the colonists of the “Half-Moon” (the Amazon piedmont in Bolivia) who are intent on keeping their abundant hydrocarbon resources for themselves, without sharing the benefits with the rest of Bolivia, whereas they came down from the mountains just a few decades ago after having exploited its minerals.

Moreover, it could be said that what is beneath the Half-Moon lands belong to the Guarani in accordance with Convention 169 of the ILO, but neither this Convention, nor articles 15 and 8 of the Convention on Biological Diversity gives



them exclusive use and access to underground resources. The state is their custodian, and has to obtain the local communities' informed consent before granting access to the resources, and to share the benefits with these communities – the so-called “ABS regime” (Access & Benefit Sharing). As one of the key functions of the state is redistribution, it's normal that the profits derived from the exploitation of natural resources are redistributed nationwide. Similarly, it is also normal that the state and the international community take on part of the load involved in the “responsibility” of maintaining a local commons of global importance.

The commons and market relations

We have seen how the rules for accessing and sharing the benefits and responsibilities of a common-pool resource may involve a number of different community interests at different scales. The conflicts that may arise from such situations will no doubt become more and more serious the deeper we get into the 21st century. We have briefly mentioned sharing of revenues as one of the ways in which benefits and responsibilities can be shared. Which implicitly conveys the idea that the regulation of the commons can be entrenched in monetary relations, and therefore potentially in market relations. But things are more complex.

First of all, monetary relations are not necessarily market relations. A fine given for parking illegally in a common urban space is not a market relation! No more than a dowry given for marrying a daughter or son (depending on the local matrimonial traditions) represents the sale of a son or daughter, or the purchase of a husband or wife (even if Jacob had to work for Laban for a long time before being able to marry his daughter Rachel, this is an expression of patriarchal relations rather than market relations.)

When talking about reciprocity, there is a word that designates a monetary donation given as a reward for taking responsibility (*munus*): re-mun-eration. Remuneration is not a salary or a price, even if it may look like one.

Take, for instance, the most direct political (if not bureaucratic) current form of managing the commons of the atmosphere and its capacity to recycle greenhouse gases: the allocation of greenhouse gas emission quotas. In the European Union, different industries are allocated their quotas by the member states. Quotas are allocated for a charge (auctions or ecotaxes) or for free. The quotas can be exchanged, and those that have made a deliberate effort to reduce their emissions can sell their quotas at a higher price to those that haven't made the effort. Could it be said that allocating quotas according to the past amount of emissions of an industry (the so-called grand-fathering method) is more “commons-friendly” than selling them in auctions, which is essentially “commodifying” the atmosphere? The Green MEPs think the opposite: that the former method is a way of rigidifying the vested interests of the most polluting industries and thus represents an “enclosure of the commons.” So they are fighting right-wing and productivist governments for a



2011 World Social Forum, Dakar, Senegal (source: Michel Dubois / CNCD-11.11.11 2011, cc-by-nc-sa)

greater proportion of the quotas to be sold in auctions. In this case, the purchase of quotas should be considered a fine for polluting, and selling quotas, owing to an effort to make production processes greener, should be considered a form of remuneration.

Conclusion

Those who love the commons and reciprocity will highlight, with good reason, the dangers involved in the commons' being embedded in politics, in the state, and in monetary and market relations. This caution should not result in the commons being isolated from the rest of the world, the state and the market. The state and the market are not corpses that can be shut in a coffin and thrown into the sea. They will continue for a long, long time to contaminate, and to threaten, with their cold logic, the relations of reciprocity that should govern the commons, and the most we can hope for is to minimise their influence and increase the importance of reciprocal relations over those relations governed by exchange and authority.

The slogan of the World Social Forum is “Another world is possible.” Again, it is a phrase by a French poet, surrealist and communist, Paul Éluard. Let’s not forget the lines that follow: “Another world is possible / But it’s in this one.”

NOTES

[1] “Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía”, Silke Helfrich ed., San Salvador/México D.F. Agosto 2008.
www.boell-latinoamerica.org/download_es/Bienes_Comunes_total_EdiBoell.pdf
 (Some chapters of the book are available online: onthecommons.org/content.php?id=2462).



Reinventing physical commons and social public goods in the information era

PHILIPPE AIGRAIN

Philippe Aigrain is a theorician and activist of the information and knowledge commons. He is a founder of Sopinspace, a company specialised in on-line public debate and collaboration.

This article was published in the spring 2010 issue of the French journal *Multitudes*: multitudes.samizdat.net. It is reproduced with authorisation.

A first “coalition of the commons” was formed in the 1990s and 2000s in reaction to the brutal expansion of intellectual property rights in the fields of culture, software or seeds. Can this coalition now extend its reach and incorporate the protection of natural commons, social public goods and human development?

The commons: a new continent

For 60 years, the surge in information technologies (in computers, but also in the domain of biology for example) followed by universal networks like the Internet, have rejuvenated the commons. This assertion may come as a surprise to some readers. Aren't we living in the era of commodification of information and knowledge? Haven't we been witnessing, over the past thirty years, property monopolies (patents, copyright, author's rights, ownership rights in databases) expanding and strengthening more than ever before? Aren't we seeing the information capitalism of proprietary software, of centralised media and publishing, and of the pharmaceutical industry generating tremendous profit margins?

Yet before these proprietary responses came about, computerisation was primarily a means to increase access to and reuse data, knowledge and calculation methods,



as represented in “computerised form”. The years from 1950 to 1970, with their strong culture of sharing and accessibility, could be described as a time when the commons were undergoing a silent emergence¹. When information is separated from its support, it is by nature infinitely reproducible. It is almost impossible to enclose it in a proprietary package, especially if this information needs to remain “usable” as a product. This is the contradiction in which the music industry found itself by wanting to prevent recordings from being copied while at the same time allowing consumers to listen to them².

The seeming paradox of powerful industries thriving on monopolies of information reproduction (software, media, pharmaceutical industry and seeds) at the very moment these monopolies are weakened by the diffusion of technologies is easily explained. Information monopolies are undoubtedly fragile, but the profits they make are disproportionate to those of traditional industries. The complete decoupling of the retail price from the cost of production is an irresistible prospect for investors. In the seventies, the Industry Advisory Committee on Trade Negotiations, run at the time by IBM, Monsanto and Pfizer, began a project of globalising extensive, rigid monopolies, patents and copyright. The TRIPS³ agreement was signed in 1994 and would serve to concretise this project.

A first coalition of the commons⁴

Many actors of civil society ventured to resist this attempt to expand intellectual property rights, which led to a recognition of what different kinds of commons...



(source: Mickipedia, cc-by-nc-sa)

have in common. This period (1994-2005) brought together different movements: the movements for free software, collaborative creation, and access to knowledge together with the movements for access to health and for the defence of farmers’ rights in their fight against seed companies and GMOs.

The mutual recognition of these different movements resulted out of a sense of being up against similar adversaries. They themselves were aware that they had similar concerns. A fundamental characteristic of activists in the domain of the information commons is that they are as committed

to creating commons as much as they are to defending them against property rights. It was during the late 1990s that the breadth of this voluntary creation of commons came to light, with the growing awareness of the significance of the free software movement. Although the concept had come about fifteen years earlier, the free software model had for a long time been considered, outside of its inner circle, as marginal. People slowly became aware that it formed the backbone of the Internet and the Web, and that its innovative and collaborative model was of great relevance



to the entire sphere of the production of information artefacts (i.e.: creations, works, data and tools able to be represented in “computerised form”). Several years later, the significance of the “commons-based peer production”⁵ model has been demonstrated across extremely diverse fields: free encyclopaedias (Wikipedia and others), scientific articles, and free-access data, collaborative expression and creative works with the Creative Commons and Free Art licences, farmers seed networks, and new pharmaceutical innovation models.

Gradually the sense of a common cause and project became more and more engrained. To pursue this common project, it was important to recognise both how software and seeds are alike (they contain information) and how they are profoundly different: for example, pure information only refers to an abstract machine as far as software is concerned, whereas for seeds, genetic information can only be expressed in a particular physical environment. It took some time for this initial coalition of commons to develop but it is now well established. Moreover, this has resulted in the production of new affirmative visions and new narratives: *new public domains* and *information commons* had to be defended against the *Tragedy of the Enclosures*⁶, and fostered by positive intellectual rights rather than restrictive rights (rights to prohibit). James Boyle was the first to articulate this shared vision in his article “A Politics of Intellectual Property: Environmentalism for the Net?”⁷, in which he predicts that the recognition of commons of knowledge may be able to shift politics just as dramatically as environmentalism did in the 1970s.

However, the question of how far this rediscovery and this reinvention of the commons is able to go remains unanswered. Can it bring a new youth to physical commons (air, water, environment, climate) and social public goods (education, public health, reducing inequalities, urban public spaces)? Can the first coalition of the commons assist the efforts of those striving to defend and reinvent physical commons and social public goods in a hostile context?

From environmental commons to social commons

For both the environmental and social commons, the last thirty years of the twentieth century have been an era full of contrasts. The commons were recognised as they never had been before, but the effects of this recognition were greatly limited by the domination of economic reductionism and the market fundamentalism of this era. Following the efforts undertaken in 1972 in Stockholm, biodiversity, the climate, and generally speaking, “the health and integrity of the earth system”, as well as the right to development and poverty reduction, were recognised as commons or global shared objectives at the international summits that took place in New York and Rio in 1992⁸.

The recognition of physical commons and social public goods didn’t just come out of nowhere. An intellectual response to the *Tragedy of the Commons* model had been developed in the 1980s. Garrett Hardin, in his 1968 article⁹, asserted that the commons were extremely vulnerable to the pressure of increased use, whether for



demographic or economic reasons. Under threat of destruction or overexploitation, they should, according to Hardin, either be converted into private property to ensure they are protected and preserved by their owner, or managed by the state, which he judged to be inherently ineffective and corrupt. Elinor Ostrom's¹⁰ work demonstrated that Hardin had overlooked a third form of management different to that of private ownership and public ownership: management of the commons by the communities that use them. She demonstrated¹¹ that this kind of management can take many forms depending on the nature of the commons (pasture land, forests, water, fisheries) and that it is generally effective when there is no external destruction.

However the recognition of the commons was undone as fast as it was established due to an adverse ideological and institutional environment. Only the Convention on biological diversity provided the institutional mechanisms to make it legally binding. The majority of the other international texts mentioned above are inherently declaratory or, in any case, don't have the same weight as the various international agreements connected to the World Trade Organization. Different interest groups across many sectors rallied to refuse the strongly resonant sense of the commons and of humanity's shared heritage, preferring the notion of "global public goods", which overlooks the question of property and of who is the steward and trustee of those goods. These tensions were particularly fraught in relation to water issues. The World Water Council refused to recognise water as a commons, as advocated by figures such as Riccardo Petrella, and described access to water as a vital need, not a human right¹². There were also tensions, although not as tightly intertwined with the influence of economic interest groups, around whether the statute of global commons should be attributed to resources such as forests (considered carbon sinks) or to the development needs of poorer countries.

Apart from the progressive exhaustion of market and proprietary fundamentalism in light of the adverse impacts of the policies applied in their name, the concept of human development played an important part in fostering the fragile recognition of the commons. It is impossible to reduce the Human Development Index, which was elaborated in the nineties, to a single economic measure¹³. The comprehensive vision of human development that underpins it would later make it possible to recognise the strong relationship between the commons (free-access educational tools and resources, generic drugs, access to information produced by public bodies, healthy environment, urban spaces) and essential social public goods (education, health, social justice, good governance, housing.) Putting human development at the forefront of the international agenda was also a way of avoiding the issues being reduced to a confrontation between the priorities of different countries. The global North's concerns with protecting the commons and the global South's concerns for development could come together under the same banner.

The initial make-up of an alliance between those defending access to knowledge and advocates of global social justice and development was thus forged. Over the last



few years, a coalition of NGOs from both the global North and South, from emerging countries (Brazil, India, Argentina, Chile, etc.) and developed countries has been articulating information and development commons together in a new way.

As a result of this, the World Intellectual Property Organisation adopted an agenda for development, and the World Health Organisation worked on initiating new forms of innovation and sharing of the global research effort. These developments are still insufficient to change the overall direction of these organisations, which remain heavily influenced by powerful private interests. But they are the beginning of a shift, which is visibly worrying for advocates of proprietary globalisation. More recently, at the climate summits, new coalitions took form between those advocating for effective policies to limit humanity's contribution to climate change and defenders of global social justice.

The time is thus ripe for a new school of political thought to take shape, based on a common approach of the commons and of social public goods. The rest of this article explores two fundamental questions which this school of thought will have to address.

The modern governance of physical commons and social public goods

Like the physical commons, the information commons are extremely diverse. They are diverse in their status, which today take the form of licences or terms of use, but which can be seen as genuine “constitutions of commons”¹⁴. This diversity is also evident in the various ways in which the projects that nurture the commons are governed, in the types of organisations that are the trustees of these commons, and in the relations between the commons themselves and the economic activities that draw on them and sometimes contribute to them. The information commons are a laboratory for new systems of governance. Two important examples can be mentioned here:

- The process of revising the free GNU GPL licence, which brings together stakeholders of extremely different natures, from major companies like IBM and Intel to community development projects, from users in Government administrations to individual contributors¹⁵. Everyone wants a licence which effectively establishes and protects common goods, but their motives are very different, which can create contradictory pressures in relation to the licence's actual content.
- The internal governance of the Wikipedia project which, contrary to the caricature of lawless management, has set up a whole set of rules and systems to protect the main features of the free encyclopaedia.

At the same time, the governance of physical and social commons has to adapt to new conditions. Although extremely valuable, traditional community management systems are limited in certain respects and require some realigning. Indeed, they rely on individuals being firmly committed to the community and a relatively precise



Jersey City Terminal,
New York
(source: Erica Marshall
of muddyboots.org, cc-by-nc-sa)

definition of the community's limits. These conditions are getting harder to meet, due to the expansion of exchanges as well as to the desire of individuals to break free of the community. Belonging to a community is never set in concrete: individuals are always willing to be part of a community, to invest their energy in it, but they don't "belong" to it, or if they do, it's often a sign of subjection rather than of free choice.

The information commons have been facing these sorts of issues, typical of the digital age, for a long time. For decisions concerning commons which are authentically non-competitive like free software, there is room for freer forms of community management. If they are unsatisfied with its focus or with the way it's set up, those involved in developing free software can "duplicate" the commons, and continue their development in a different framework or with other objectives. This explains how a huge range of different forms of governance are able to exist, from hierarchical organizations with cooption (including those run by companies) to organisations which are completely non-hierarchical. This diverse, dynamic form of governance can't be transferred to physical commons or social public goods. A specific use of an urban area may put pressure on another use, and this area can't be duplicated to make both uses compatible. In this case, sharing a commons implies negotiating and understanding that its future relies on shared political choices, the consequences of which will affect everyone. There are other more inspiring processes of governing information commons, which are more adapted to governing physical and social commons, such as those relating to resources which remain rare despite informational abundance or which inherently have to be shared, such as those mentioned above: licences, codes of conduct or terms of use, content of a particular article. Systems are currently being tested across a wide array of fields (biological innovation, access to knowledge and culture, local charters, city planning, education, public health). They introduce participative processes at key stages: problem definition, programme creation, monitoring. Currently the level of actual participation in these processes is limited due to uncertainty regarding their real influence and to the time-consuming nature of traditional forms of participation (meetings and workshops).



Will information technologies find a balance between the flexible, asynchronous forms of interaction made possible by the Internet and intense, face-to-face forms of interaction?

The relationship between the commons and the economy - Reinventing the social dimension.

How the commons and the economy sit together is one of the major political questions of our time. Even amongst those who recognise the value of the commons, there are varying, if not opposing, views when it comes to determining their relationship with the monetary economy.

There are four main models, and it's clear that the balance between these models needs to be experimented with and discussed for each type of commons or social public good:

- private investment, with tax incentives to stimulate and direct this investment;
- the mutualisation of the conditions of existence of a commons between its users (sharing of costs);
- tax and public policies aiming to ensure the existence of a commons or a social public good;
- Direct or *de facto* distribution¹⁶ of a basic income to all those potentially contributing to the commons.

Even in the field of information commons, differences exist which require treating different sectors differently. In far as free software is concerned, it seems that a combination of the first (private investment with incentives) and the last (distributed contribution to individuals) models strikes the best balance, although the role public policies play, particularly those relating to research, is often under-estimated. Insofar as scientific knowledge is concerned, the excessive role given to private investment (often at taxpayers' expense) has contributed to the development of enclosures and to an impoverishment of the scope and direction of scientific research. In regards to cultural works, it seems that a combination of all four models is the best answer, provided there is significant emphasis on social mutualisation, which fosters cultural diversity, that the role of private investment does result in restricted access to cultural commons for monopolistic, commercial purposes, and that governance of public funding for the cultural sector becomes (as it used to be) a subject of political debate and democratic decision-making.

There is also great diversity in the relationships between the physical commons and social public goods and the economy. However, it seems necessary to limit the role of private investment to:

- the supply of specific means (i.e.: buildings, transport infrastructures, pharmaceutical innovation or, more generally, technological innovation, with guarantees in situations of disproportionate proprietary control over its direction) and specific services which contribute to social public goods;



- the economy of using the commons' positive externalities (value-added services benefiting from the commons' existence).

In other words, the focus on protecting, maintaining and producing physical commons and social public goods requires a governance system that is based on a new combination of social stakeholders (sharing their resources) and public policy rekindled by new forms of democratic governance. The practical establishment of this form of governance of social public goods is made more complicated by the fact that it is impossible to think uniquely in terms of stakeholders' status (private or public, profit or non profit): a shop next to a public space can contribute to the quality of this common area, whereas street furniture with advertising on it, installed by a local government by way of tender, is to some extent the privatisation of a public space. Governance thus needs to be attentive to the overall qualitative result, without slipping into administrative micro-management.

To sum up, the task of reinventing social public goods and the physical commons is now well on the agenda. It promises to be a complex one, but it is that of initiating a new democratic era.

NOTES

- [1] See "L'émergence silencieuse des biens communs informationnels" in Philippe Aigrain's, *Cause commune: l'information entre bien commun et propriété*, Fayard, 2005, p. 73-79, http://paigrain.debatpublic.net/?page_id=160.
- [2] In order to be able to listen to a numeric recording, one must access the underlying information. Preventing a user to copy the information he/she can thus access would require such an extreme form of control of his/her uses that it would provoke a strong rejection by consumers.
- [3] Agreement on Trade-related Aspects of Intellectual Property Rights.
- [4] Philippe Aigrain, "Pour une coalition des biens communs", *Libération*, 25 August 2003, <http://paigrain.debat-public.net/docs/bienscommuns.pdf>
- [5] The expression is Yochai Benkler's, see: "Coase's Penguin or Linux and the Nature of the Firm", *Yale Law Journal* 112, June 2002.
- [6] This is a twist on the title of Garrett Hardin's article, "The Tragedy of the Commons", *Science* 162, 1968, p. 1243-1248, is also a rediscovery of Karl Polanyi's 1944 work: *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of our Time*, NRF/Gallimard, 1990.
- [7] *Duke Law Journal* 87, 1997, <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87+pdf>
- [8] See the Convention on Biological Diversity, <https://www.cbd.int/convention>; *The United Nations Framework Convention on Climate Change*, <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>; *the Rio Declaration on Environment and Development*, http://www.unesco.org/education/information/nfsunesco/pdf/RIO_E.pdf
- [9] Garrett Hardin, op. cit.
- [10] Recently awarded the Nobel Prize in Economics in Memory of Alfred Nobel.
- [11] Elinor Ostrom, "Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action", Cambridge University Press, 1990.
- [12] Marc Laimé, "L'eau ; repenser le débat public-privé" <http://blog.mondediplo.net/2009-11-04-Eau-repenser-le-debat-public-privé>.
- [13] Even if the United Nation's Programme for Development has given in to pressures by calculating a single weighted human development index, with a related ranking of countries.
- [14] See for example the preamble of the free software licence GNU GPL: <http://www.fsf.org/licensing/licenses/gpl.html>
- [15] Philippe Aigrain, "The Process of Revising the GNU GPL", <http://eolevent.eu/sites/default/files/EOLE%202008%20E2%80%94%20Philippe%20Aigrain%20E2%80%94%20The%20process%20of%20revising%20the%20GNU%20GPL.pdf>
- [16] *De facto* basic income refers to a situation where everyone has enough income to ensure their subsistence and social existence, including free time to allow one to contribute to the commons, without necessarily having to go through a general income support institution.

02

LAND,
WATER,
FISHERIES,
SEEDS



Land Ownership: A Fundamental Critique of Its Key Concepts is Necessary

MICHEL MERLET



Michel Merlet is the director of the French NGO AGTER. He has conducted many studies on land and agrarian policies and natural resources management in Latin America, Africa, Europe and Asia.

This article is an extract from *Land Policies and Agrarian Reforms*, a global document of proposals on these issues.

Land, because it is always a part of a particular natural and cultural “territory”, because it is a support for various natural resources, will always remain to a certain extent a commons. Absolute private property of land is therefore a dangerous myth, to which should be substituted a conception based on bundles of different rights and various forms of collective resource management.

Land, a good unlike others

Land has at least two specificities:

1. Rights to land refer to a space, to a “territory”. A piece of the Earth’s crust cannot be destroyed or moved. Therefore “ownership” of land cannot be assimilated with ownership of just any object. Rights over a territory refer to the relations with other human beings liable to travel over this space or to use the resources it contains.
2. Land has the particularity of containing natural resources that are not the fruit of human labour. Thus, for example, natural fertility is not the same everywhere; “spontaneous” plant cover can also be used; the earth itself can contain water, minerals and so forth. This remains true nonetheless when another part of these resources may also result from the accumulated work of generations of farmers (fertility is not only a “natural” state).



Land rights therefore refer to relations with other humans who might travel over this space or use its resources. Thus the relationship between human beings and land is essentially a *social relationship*, a relationship between human beings based on land. For this reason, land was a primary focus of early political economists as they elaborated different theories of unearned income coming from land tenure.

However, land rights are now bought and sold in many parts of the world. In this sense, land has become a saleable good, though one that cannot be assimilated with goods that have been manufactured for sale. This is why, as early as 1944, Karl Polanyi spoke of fictional merchandise.

Absolute ownership of the ground, a myth without innocence

In “*La Gestation de Propriété*”², Joseph Comby explains that land ownership can never be absolute: a simple idea whose implications are extremely important. Even in countries that have invented the right of “absolute” ownership, the latter cannot apply to the ground. (See, for example, the right in France to hunt on private property, and the myriad restrictions imposed on construction by local regulations, etc.)

As far as land is concerned, property is actually a bundle of rights. In other words, land ownership is nothing but the ownership of one or more rights and thus a landowner is merely he or she that has the most rights among all others. This leads to many possibilities; rights can overlap without causing problems, or be in contradiction with one another. This is the case in Africa, in most “indigenous” societies and even in less obvious but nonetheless concrete ways in places where private property predominates such as Europe and Latin America. Although property title deeds are often used to set the boundaries of a plot, it is the tenure rights signified rather than the surface area of the land that endows a possible exchange value.

If absolute ownership does not exist, we must therefore speak of the transformation of some tenure rights into commodities, and not of the land itself as a commodity.

“The satanic mill”³

These preliminary observations allow us to better understand why the market and capitalist development cannot “solve” land problems alone in the interest of the greatest number of people. This leads to several consequences that although obvious are nonetheless fundamental.

Like land and the rights associated with it, many other goods, especially those related to living organisms, are not genuine goods according to Polanyi’s definition of the term since the market is unable to regulate the good’s price. Likewise, goods other than land can be the sources of unearned income. Moreover, the prices of goods are not only set by markets, but also are affected by social conflicts. Therefore, prices may reflect the balance of power.



Mato Grosso, Brazil
(source: leoffreitas, cc-by-nc-sa)

The temptation to consider economic phenomena independently from society, thereby constituting distinct systems to which the latter is subjected, is just an illusion. The dramatic consequences and dangers that this illusion entails were already blatant fifty years ago, but now they appear in new and more worrisome forms in the present era of neo-liberal dogma and globalisation.

According to Polanyi's analysis, this madness, which he thought had ended, was the cause of the profound economic and social disorder of the first half of the 20th century, including the Great Depression and the rise of fascism. It has now returned to centre stage to cover the entire world, casting a growing shadow over the future of humankind .

The administration of property rights and the arbitration of conflicts

Since the relations binding people to the land are essentially social in nature, it is logical that contradictions and conflicts occur through time between people and social groups. Since no social system is static forever, conflicts are inevitable in a social system, but rather in constant flux. They can even be *salutary and necessary*, as emphasised by Etienne Le Roy, who insists on the fact that “*what is serious in a conflict ... is the failure to resolve it, making it worsen into dispute and then drama, with tragic consequences*”⁵.

Therefore, in order to go beyond the basics, our reflections must constantly attempt to link together our understanding of “forms of social organisation at the local level” and land matters. Thus, it is impossible to conceive of a land tenure system in abstract form; the decision-making bodies responsible for modifying and updating land rights and those called to settle conflicts must also be taken into consideration.

Diverse land tenure administration systems exist around the world. They are related to specific historic processes. Procedures of inheritance, mechanisms for the periodic redistribution of land and wealth, the existence of bundles of rights, etc. have



given rise to centralised land and wealth management systems whose foundations differ across cultures and time periods. Such differences can also be found within developed countries, and therefore do not correspond in any way to a demarcation between developed and underdeveloped societies, or between modernity and archaism. For example, in Europe, different land registers and several different ways to provide public notice of tenure rights coexist without raising irresolvable problems .

Different societies also have very different dispute settlement systems. Contrary to what is all too often accepted, there is no single, standard worldwide solution for information systems on tenure rights, nor is there one for conflict resolution.

A critique of key concepts pertaining to land rights is now necessary

The “Tragedy of the Commons”, an essay published in 1968 by G. Hardin, has often been evoked to justify the need for the privatisation of natural resources. According to this author, all collectively owned limited resources tend to be managed in a non-sustainable way until exhaustion, each person seeking to profit as much as possible before someone else does in their place. However, the problem is not so much the existence of common property as that of the lack of rules and mechanisms to ensure that management is carried out in the interest of most people.

This reflection on the management of common property has to be carried out on different levels: local, regional and national. However, it is now obvious that it must be extended to regions covering several countries and even the entire world. In view of this, the issue of land is a major global problem, since many of the world’s resources are increasingly considered as being the common property and heritage of humanity.

The issue of sustainable management of natural resources goes beyond the scope of land tenure matters, though it is intrinsically related to them. Debates on the common management of resources in developing countries with rural populations (hence unable to limit themselves to conservation policies based on reserves and national parks that exclude human beings), and debates on the multi-purpose role of farming in European countries point to the fact that we are looking for new methods and rules such as the concept of heritage management , among other things.

Better land tenure security requires the creation of new social capacities, better organisation of rural societies and the development of renewed institutions; it cannot be achieved solely by technological improvements in the field of land registers. Given the experiences mentioned above and the changes in progress, we need a fundamental overhaul of the prevailing values and concepts related to property in order to progress and overcome the obstacles formed by their inadequacy vis-à-vis the current situation. As already seen, this involves giving up the illusion of absolute ownership and recognising that in whatever circumstances, land incorporates an element of common property that ought to be managed by the appropriate bodies.



This conceptual evolution is far from over, as shown by the violent debates and struggles around the world between civil society, multinational corporations, governments and international institutions. Major private interests will continue to put up violent resistance for a long time to come and progress cannot be made without powerful, representative and democratic farmers' organisations. Consequently, the debate on land property rights is an integral part of the quest for genuine world governance.

Set up decision-making bodies for managing common resources at the territorial level

Apart from rights over land in the strict meaning of the term, this entails managing all common property and taking into account bundles of rights over a single area. Just as agrarian reform, the sustainable management of resources (wood, water, biodiversity) cannot be ensured solely in a top-down manner through government institutions.

Setting up these participatory decision-making bodies at the level of different territories should constitute an avenue for our work in the coming years. This concerns all territories and not only so-called indigenous ones.

Today, this challenge cannot be dissociated from the implementation of land policies. In addition, it fits in with the mechanisms mentioned in the prior sections, whose aim is to empower a society to establish and apply policies of common resource management.

NOTES

[1] The importance of unearned income coming from land tenure for the classical economists (especially Ricardo), reviewed and modified by Marx, is well known. The following is a brief reminder of the essential definitions of two key concepts, *differential rent* and *absolute rent*. Differential rent springs from the sale on the same market at the same price of productions from plots of land that, for the same area and with the same quantities of labour, do not all produce the same wealth. Part of these differences stem from the natural fertility of the soil, climate, and another part from the investments used in the environment, drainage, irrigation, soil improvement, etc. An owner can therefore collect this surplus by making the farmer pay a rent. The farmer will accept such rent as long as the profit he makes matches what he could obtain elsewhere. The reasoning behind absolute rent is totally different: a landowner can, due to the balance of power in his favour, demand the farmer to pay a rent, theoretically even on the poorest land, containing no differential component. Neoclassical and institutional economics have distinct approaches to land.

[2] This article explains how the idea of land ownership has been constructed historically.

In (dir. Philippe Lavigne Delville) *Quelles politiques foncières pour l'Afrique rurale? Réconcilier pratiques, légitimité et légalité*, Paris: Karthala, Coopération française, 1998.

[3] The expression is from Polanyi in *The Great Transformation*.

[4] Read Susan George on this subject in *A Short History of Neoliberalism - Twenty Years of Elite Economics and Emerging Opportunities for Structural Change*. Bangkok: Conference On Economic Sovereignty In A Globalising World, 24-26 March 1999.

[5] Etienne Le Roy, *La sécurisation foncière en Afrique*. Paris: Karthala, 1996, pp. 280

[6] Mention should be made of the example of the German Land Book in which rights are verified by a judge before being registered and the French system, which, on the contrary, is based on the strong presumption that rights result from a successive social validation of contracts between individuals. These two systems coexist in France, the first in the eastern *départments* while the second predominates elsewhere. Source: a lecture given by Joseph Comby and Jacques Gastaldi. "Les systèmes d'information foncière" in (dir. Philippe Lavigne Delville) *Quelles politiques foncières pour l'Afrique rurale? Réconcilier pratiques, légitimité et légalité*, Paris: Karthala, Coopération française, 1998.

[7] The concept of heritage or patrimony management proposes a way to move away from the notion of state ownership and management of resources. If all natural resources are the heritage of all citizens, then these persons are in turn endowed with a legitimate right to manage the resource (R. Leonard and J. Longbottom, *A Glossary of Terms from English and French Speaking West Africa*, London: IIED, 2000.) Also see the texts by Jacques Weber, Alain Karsenty and Etienne Le Roy in *Quelles politiques foncières pour l'Afrique rurale?* Paris: Karthala, 1998.



Water Commons, Water Citizenship and Water Security

**BUENAVENTURA DARGANTES, MARY ANN MANAHAN,
DANIEL MOSS AND V. SURESH**

the authors are members of the Reclaiming Public Water network.

Future Generations at the Table: Governing and Managing Our Water Commons

In Cebu City, the Philippines, public sector workers like Zosimo Salcedo at the Metro Cebu Water District (MCWD) opposed Asian Development Bank financing that would purportedly increase the burgeoning city's water supply. The financing sounded like a water workers dream – more infrastructure funds spells more jobs. So why was Zosimo Salcedo opposing the funds? Contrary to common perceptions that workers are only concerned with preserving jobs and receiving higher pay, the union acted as stewards of the water commons. You might call them water citizens. They understood their responsibility as “carers” of water, from catchment to storage to distribution. They didn't measure their effectiveness simply in numbers of households connected to the grid but in conservation, watershed protection and raising questions about what increased debt would mean for the water system's long-term financial and resource sustainability. They asked the hard question as to whether, in fact, the new infrastructure meant to extract more water would, in the long run, actually ensure continuous and increased water supply. Rather than tap new surface and groundwater sources, they concluded that it made more economic and ecological sense to conserve water through cheaper system repair and watershed protection.

What is extraordinary about this change in mindset is the emergence of a new consciousness that workers have an important role to play in tending, caring and nurturing water, even though their own daily work involved a minimalist technical role with water distribution alone. In effect, Salcedo and his colleagues in the MCWD workers union symbolized a fundamental restructuring of the relationship between the water workers, the water utility, the community and water itself.



In this new consciousness and practice, which we call water citizenship, they sought to secure water for all, for all times.

The Challenge of Safeguarding Water

You can think of our entire planetary natural resource base as one giant global commons or alternatively, as a series of inter-connected, localized commonses. Either expression presents formidable governance, management and sovereignty challenges. The term “commons” turns current water planning topsy-turvy. A water commons means that water is available for all people and ecosystems, and that the resource be passed on undiminished and intact for future generations’ enjoyment. You don’t have to look far to see that current water planning often fails to uphold those principles.

Garret Hardin, in the “Tragedy of the Commons”, was pessimistic about the commons. He argued that shared ownership of a common resource is likely to lead to unequal use, pilfering and degradation. There is certainly much evidence, including in the Lempa River case examined here, that an unmanaged commons can be disastrous. Hardin’s work is often cited to justify the break-up of the commons into private parts.

The 2010 Nobel Prizewinner for Economics, Elinor Ostrom, has a more optimistic view. She waded into communities’ commonses and did not find tragedy. She did find resource conflicts – they are inevitable – but also sufficient intelligence and altruism to manage skirmishes and develop binding rules for equitable sharing. As in the case of the semi-arid region of Minas Gerais, Brazil described in this collection, these rules can be far-sighted enough to ensure that nature itself receives her fair share of the water commons. Ostrom discovers resource users exercising choice – to pursue an unequal and unsustainable resource management regime or attempt something more cooperative.

Ostrom articulated principles and practices that can guide good governance of the water commons – for example, defining the universe of users, mapping the physical boundaries of the common resource, ensuring governance rights to all stakeholders, designing low-cost conflict resolution and sanctioning mechanisms and nesting/linking management rules and institutions from the local to the international, from upstream to downstream. These principles and practices aren’t water engineering feats – they’re largely intuitive institutional arrangements and all too often ignored.

A New IWRM 2.0 to Tackle the Deepening Water Crisis

Twenty years ago, at the Rio Summit in 1992, commons-based water governance and management took steps both backwards and forward. The millennia-old philosophical ethic that water belongs to all and is to be safeguarded for future generations, was called into question by Dublin Principles adopted in the first Earth Summit in Rio Declaration (1992): “Water is a public good and has a social and economic value in all its competing uses”.



Public and private institutions seized on the opportunity to place water in a market framework and as a society we seemed to lose sight of the water commons. There's no question that pricing is essential to operate a water system but it must be fair. That means that higher volume, wealthier users pay more per unit and the poorest households receive a free or subsidized lifeline. But that has not generally been the guiding principle. Instead, policy makers and private operators seem to have become enamoured with full cost recovery from all users, even when it means denying basic rights to water. The prospect of turning a profit from water also began to seem possible to entrepreneurial operators – both politicians and CEOs.

A wave of institutional and economic restructuring engulfed much of the world. Starting in Latin America, from Bolivia to Argentina, Colombia to Chile, public water institutions were dismantled and replaced with private players who in some cases managed entire systems and in other cases were sub-contracted for construction or tariff collection. The First World Water War in Cochabamba, Bolivia (2001) was the most dramatic outburst symbolizing the anger of the poorest sections excluded from water services because they were unable to pay.

At the same Rio summit, a body of water management practices known as Integrated Water Resources Management or IWRM was born. It is based on some of the Rio declaration's best stuff – shining expressions of co-existence with nature and matching human aspiration to ecological reality. But IWRM has suffered in implementation and conception; development banks and governments have more often treated water as an economic good than a commons. Citizen participation has been cursory, not nearly as authentic and robust as it should. On the cusp of a global re-commitment to environmental sustainability, we'd be foolish not to step back and reflect: What have we learned during these two decades to improve the way we govern and manage our water resources?

IWRM may not be to blame, but the water crisis' human and ecological toll is bad and accelerating, egged on by climate change and governance failures. Unfulfilled Millennium Development Goals haunt us. Excellent reporting has recently uncovered woeful mismanagement of our banks and economies, but we need to cast the same spotlight on the mismanagement of water, which threatens our very existence. At the same time, we need to hear stories that narrate the occasional piece of good news, the successful efforts at overcoming the water crisis. The cases we present here inject some of that overlooked good news.

Let's call it IWRM 2.0, a new ethic that embraces water commons, water citizenship, and water security. Our societies have learned the hard way – through under-performing water systems and degraded watersheds – that if an authentic sense of water citizenship doesn't guide water governance and management practice – they are likely to fail. The role of the MCWD employees' union – mentioned above – in making informed recommendations about infrastructure investments



International Water Fair,
Cochabamba, April 2010
(source: kk+, cc-by-nd-sa)

for the common good shows just how helpful overlooked constituencies can be in democratizing water system governance. State-community collaborations that embrace community leadership in a meaningful way, as in the Colombian community water system case presented here, illustrate how important this cooperation is for the state to be able to guarantee the right to water, as now mandated by the UN.

IWRM 2.0 stresses basic hydrological and socio-political realities of inter-connected ecosystems. Urban water systems like Baybay and San Salvador's rest upon a healthy, rural landscape for their long-term sustainability. We imperil the urban consumer and undervalue rural farming families when we separate the two. We note with dismay that so much water system design, by intent or omission, reinforces a false dichotomy between urban and rural systems. This collection challenges a generalized urban water system bias, intentionally choosing rural systems as our departure point, while exploring their connection to urban systems.

The case of New York's protection of its rural water supply shows how critical it is to tie together upstream and downstream management, even when it means wading into the complexities of territorial sovereignty and folding long-term, ongoing watershed protection costs into water tariffs and financing. Designing for upstream-downstream coordination acknowledges our interdependence and need to establish mechanisms that can smoothen often conflict-ridden relationships along a watershed and between watersheds.

The alternative to facing these conflicts early on in water planning and taking the necessary political risks to resolve them is the much-predicted water wars that are glibly predicted and must be avoided at all costs. IWRM 2.0 would likewise ask us to plan for all water resources in a comprehensive package – at the intersection of potable water, sanitation, irrigation. IWRM 2.0 embraces the very nature of water – that its multiple uses derive from the same source.



Embracing water citizenship and water security

All of the cases discussed in this collection share a basic insight: people tend to steward a resource with greater care when they feel they benefit from it and have taken part in deciding for whom and how the resource is used. We call this act of participatory stewardship, “commoning”. A commons without “commoning” stands a good chance of falling apart.

The Mary River Catchment Committee in Australia plays an active governance role, albeit with no statutory authority. Not only are they active watchdogs, stopping a damaging and unnecessary dam after one billion public dollars were spent, but they monitor water quality, work with farmers on sustainable land and water use and clean up the river basin as well.

In Parambur, India, a Tamil Nadu village characterized by long-standing class and social inequalities embedded in the caste system, villagers ensure that everyone enjoy water use rights and bear stewardship responsibilities, regardless of class/caste position. For about 40 years, Parambur small farmers have successfully balanced equitable and sustainable use without sacrificing economic viability.

Too often, management of natural resources focuses on technical facets of resource protection, regulation and allocation, with little attention, if any, to the ongoing participation of resource users in stewarding the resource. It's not that these technical aspects are unimportant – quite the opposite – it's that technical details, including budgeting, shouldn't be left to technocrats and engineers working in isolation, without the benefit of active community involvement and debate.

A basic tenet of Maude Barlow's principles for managing the water commons is that conservation comes before any other intervention. Repairing a leaky pipe before exploiting a new water supply makes good sense. But the truth is that infrastructure pork barrels dominate the watershed management landscape. Financing and pricing decisions look different in the Philippines, Australia and New York, when a technological plan is not based on a lucrative contract for an engineering firm or fulfilling conditions of an infrastructure loan. Supplying drinking water, sanitation, irrigation and hydroelectricity certainly require feats of engineering, but technological decisions – subject to public scrutiny – guided by a “conservation-first” approach, shift the paradigm from “return on investment” to sustainability as a return.

Reclaiming public water and beyond

Water privatization has been until fairly recently the darling of development banks and neo-liberal governments. Authentic concern about public mismanagement has dovetailed with corporate opportunism, government corruption and state fiscal crises to create the perfect alibi for public authorities to sell off their utilities. The trend is now slowed due to the many failures of private systems in providing quality water to all at affordable prices. It may become harder still for private operators,



as nations grapple with how to implement the new UN requirement guaranteeing rights to water and sanitation. The private sector can play a supportive, not the lead role in safeguarding these rights.

A broad citizens' water justice movement in the decade since the Cochabamba water war has led these successful initiatives to defend water commons, reclaim public water and pass the UN right to water and sanitation. In some cases, these efforts have resulted in remunicipalization and other forms of local management. In the cases presented here such as in the locally-controlled Colombian rural water systems, there has been synergy between anti-privatization campaigns and local stewardship, demonstrating an activist approach to water citizenship.

Unraveling false dilemmas: Upstream-downstream, rural-urban, and irrigation, sanitation, industrial and potable uses

Each case here slices through political and institutional divisions that so frequently make a mess of our water systems. Why do we make managing the water commons more difficult than it has to be – assigning water quality and sanitation to a Health Ministry, drinking water to an urban utility, irrigation to the Ministry of Agriculture and no one responsible for watershed health?

Naturally, each country has their own political and historical reasons for setting up this mish-mash of water governance and management authorities. In some cases, it's seemingly well-intentioned efforts at decentralization that are to blame for this balkanization. But, as they say, that's water under the bridge. Wresting control from institutional fiefdoms, reorganizing and harmonizing institutional responsibilities and creating water laws takes years. Ministerial re-organization and new legislation are essential political processes, but what these cases show are innovative efforts in the short term to encourage coordination among often competing or non-communicative agencies. We find watershed committees, workers and bureaucrats, and collaborative municipalities committed to full watershed management, breaking down once dominant, but counter-productive divisions.

Bold experimentation and humble learning

Can we admit to our errors in facing the water crisis and summon the bravery to hold to account those who profit from it? We would have to have our heads stuck pretty deeply in the sand not to have learned something from the protests of thirsty communities and ecosystems withering under the mismanagement of our water commons.

A haunting and pervasive image of rural water is an African village's broken hand pump. This snapshot is a disturbing reminder not only of unresolved thirst and water-borne disease, but the failure of a charity model to triumph over the water crisis. Donations that don't embed village pumps in the political landscape, from the local to the national, may very well end up broken and signal to NGO's that coordination with local governments and other public agencies is essential.



Taken together, the case studies in this compilation illuminate a path out of water insecurity, towards a social justice ethic rather than a charity approach; upstream-downstream, multi-use coordination; fair pricing and financing; far-sighted leadership of public sector workers and watershed committees; inter- and intra-community conflict resolution; and, perhaps most overarching, the pressing need to embrace informed and engaged water citizenship. The Rio principles that informed IWRM didn't use the term water citizenship but hinted at it through their insistence on a participatory approach to water planning.

Since the Rio summit, participation has been the magic word to reform, restructure or initiate water programs. Invariably, water program proposals, public and private, drip with participation language. If you believe participation is key to solving our water crisis and that current systems are authentically participatory, you may well wonder if participation truly accomplishes anything. Does it?

These cases speak to the power of participation, but not as presently conceived and practiced. Participation as a strategic tool to consult stakeholders is certainly important but these cases illustrate that water citizenship and stewardship is less a participatory mechanism and more of a participatory ethic – inasmuch as authentic democracy is less an occasional visit to a polling station and more of an active engagement. Democratic governance can – and must – get its citizens' fingernails dirty in the details of how the system will be financed, how the resource will be priced, and how the watershed will be protected for present and future generations, among other burning issues.

Existential questions are among these issues: How do we live within resource limits? How do we make sure that the poorest among us don't go thirsty? How do we square our economic appetites with watershed protection? How do we resolve water conflicts before they boil over? These big questions lie at the heart of charting a "just transition" from the unsustainable practices that have brought us climate change and massive inequality to a restored co-existence with nature and each other. That transition is not only about fiddling with resource management practices, but a major overhaul – re-imagining water governance. We have not been well-served by devaluing or excluding the insights and participation of workers, women, peasant farmers and fisherfolk, Indigenous Peoples, the urban poor and others who in reality are key to water governance as both users and stewards.

We offer these cases to dash pessimism that we can't successfully govern and manage our water commons, that privatization of water is the only way forward and that humans can't figure out how to ensure ecosystems their fair share of water. It's true that many of these cases leave unanswered questions. But even in solutions "under construction", the creativity of water citizens is on display.

All the case studies referred to in this text are available online:
<http://www.ourwatercommons.org/water-commons-citizenship-security>



Overcapacity and Fishing Rights

A Response to the European Commission's Green Book on fisheries

ALAIN LE SANN



Alain Le Sann is a former president of the *Collectif Pêche & développement*, France.

In order to address the problems of overfishing and fisheries management, the European Commission intends to implement a policy of “modernisation” of the sector, based on the privatisation of resources, at the detriment of artisan fishermen and their collective rights.

The European Commission believes that addressing the issue of overcapacity is the key to resolving the fisheries crisis. It has thus proposed to solve the problem by establishing a free-market ITQ (Individual Transferable Quotas) system.

Such an approach comes across as surreal when many European fishing ports have already been abandoned, or seem close to such a fate with their ageing bosses and boats (one example is the town of Île d’Houat, which had over 45 fishing boats 20 years ago, now has 16 and will probably have less than 5 in 5 years).

This approach raises a fundamental question, which the Commission as well as most decision-makers refuse to acknowledge: the question of fishermen’s rights as workers and users of “fishing territories” – we favour this term over “fishing zones”, as it indicates a real appropriation by fishermen, who no longer have access to other fishing zones.



The fundamental theory which underpins the Commission's approach and that of the majority of scientists is the theory of "the tragedy of the commons" outlined by Hardin. This theory asserts that the cause of overfishing and overinvestment problems in the scramble for fish lies in the absence of private property rights for accessing the resource. It is precisely this sort of idea that justified the appropriation of communal lands through enclosures by prominent landowners from the 15th to the 18th Centuries. This gigantic expropriation process enabled the expulsion of thousands of peasants, leaving them without any rights or property.

A similar process is unfolding today, with the blessing of political authorities. Powerful private interests, both in the industrial fishing sector and in many others (wind energy, extractive industries, oil, aquaculture, boating, environmental conservation, etc.), are striving to appropriate the sea for themselves, arguing that the economic benefit of their activities is significantly superior to that of mere fishing.

Thus the "tragedy of the commons" ideology paves the way for the exclusion of a large number of fishermen from their traditional activity, with no recognition of their rights. Fishing is presented as a destructive activity, whose fate is to be replaced by aquaculture. A very restrictive marine environment law is becoming more and more widespread, both locally and internationally. This restrictive environmental law is being imposed on fishermen without any discussion with them; they haven't participated in its drafting nor have they obtained any legal recognition of their collective use rights over territories and resources which they have used and often managed for decades, if not centuries (as with the *prud'homies* in the Mediterranean ports).

Believers in the "tragedy of the commons" deny the ability of fishermen to manage efficiently and sustainably the common territories and resources over which their collective rights are recognised. According to them, the individualisation and commodification of rights is the only solution to bad management and overexploitation. There are, however, numerous examples, in particular along the coasts, of common management of common resources, with controlled access, where fishermen have autonomy and authority to enforce rules. But even these examples of collective good management are undermined by new investors in the maritime frontier, because these fishermen often have no legal protection, as illustrated by the creation of wind farms right in the heart of scallop bed zones.

We therefore believe that prior to any reform of the European Common Fisheries Policy, there should be legal recognition of the collective use rights of fishermen, and priority given to the food harvesting functions of the sea. Conversely, these rights would also involve duties and responsibilities, in terms of good management, environmental protection, transparency and equity. Only on these terms can there be any discussion regarding the development of new functions or activities in fishing territories, and regarding introducing fishing restrictions. Such a recognition would be necessary, of course, all along the coastal strip, as well as throughout all fishing



Finistère, France (source: Erminig Gwenn, cc-by-nc-sa)

territories in the countries' Exclusive Economic Zone. Different types of fishing should, however, be differentiated between, and a stronger emphasis put on preserving coastal activities.

As for overcapacity, although it has been an obvious and very real problem in the past, it is important today to assess it in all its aspects, for each fishery, each territory and each type of fishing, taking into account current trends. It is important to find out if there are too many fishermen, too many boats or too much fishing. For the European Commission, there's too much of everything. For us, there are not many fishermen, and there is a risk that there won't be enough in the near future, if it's not already the case. Already there aren't young fishermen. Several countries are already filling the gap with migrants from the South, often under shocking conditions. The priority should therefore be to preserve jobs where needed by means of redeployments among fisheries. It is much harder to rebuild living fishermen communities capable of transmitting their knowledge and experience than it is to rebuild fish stocks.

Overcapacity is a reality, but one must differentiate between fisheries, preserve artisan fishing in all its diversity, particularly small-scale fishing, which has a low impact on resources and offers good job opportunities. It is also important to take into account the significant reduction in capacity that has been observed since the early 1990's, as well as that which is taking place within the present Fleet retirement plan, the effects of which statistics do not yet reflect. Many ports have already seen the majority, if not the totality, of their fishing fleet disappear. It is true that the fishing effort and its efficiency have not experienced an equivalent reduction.



Finistère, France (source: Antoine Olivier)

However, in the majority of cases, the planned continuation of the destruction of boats appears to reflect a wish to put an end to all fishing activity. It is interpreted as such by fishermen, who have little faith left in the future. Although the fishing fleet has been reduced to less than 50% of its past level, scientists, environmental NGOs and the European Commission are talking of a further reduction of 40%, 50%, even two thirds!

With such prospects, it is impossible to ensure the continued existence of fishing communities and the renewal of boats and fishermen. The regulation of the fishing effort must therefore use other means, those which fishermen have been advocating for a long time: biological rest periods, temporary closures, technical measures, etc. We must also move from a system based on the scrapping of boats to one based on transmitting quality, used fishing boats to young people. Most of all, we must also start building new boats adapted to our current challenges and objectives, prioritising traditional fishing in all its diversity throughout different fishing territories. Regarding the pace of reform, it must be remembered that fishing and its management are first and foremost a question of men and women rather than just fish.

The great philosopher, Jacques Ellul, who inspired a humanist ecological movement, wrote in 1980: *“Things, life, humans: all these are created by the random choices made by the very beings concerned, by successive decisions made by those in question, and the latter may appear to follow strange paths, but a slow pace is necessary for reaching maturity. All this must be invented step by step, with no other preconceived ideas than those originating in past experiences from which we have learnt our lessons.”* It’s worth thinking about.



Seeds: The Collective Rights of Farmers, Gardeners and Communities versus Intellectual Property Rights

GUY KASTLER



Guy Kastler is a French farmer, general manager of Réseau semences paysannes (farmers' seeds network), project manager for *Nature et Progrès*, and member of the union *Confédération paysanne* and of the commission on biodiversity of *Via Campesina*.

Agrochemical industrial interests have developed a range of legal and technological instruments to gain total control of seed production, and consequently of the entire agricultural and food sector. In order to liberate cultivated biodiversity from this deadly capitalistic trap, it is crucial to empower farmers and their communities, putting greater emphasis on their experience, their knowledge and their rights.

Catalogue, certifications, plant breeders' rights and patents

The accelerating erosion of cultivated biodiversity is a direct threat to the capacity of humankind to produce the food it will need tomorrow, in particular in the context of climate change, which will require plants to have a significant adaptation capacity. This erosion is the result of the monopolistic practices of a few transnational corporations, which aim to gain full control of the food chain, from the seed to the right of peoples to feed themselves. These corporations have prompted laws which forbid farmers to reproduce their own seeds in their own fields, and forced them to substitute these seeds for a handful of synthetic genes over which these firms can claim intellectual property. But life does not easily bend to industrial standardisation. This is why transnational corporations are now coming up with new, more complex



rules and technologies, in order to suppress life itself. Their imagination is limited only by the extent of their greed. However, these projects will collapse as soon as they become the object of public scrutiny; it will be obvious to everyone that biodiversity needs to be re-sown and reborn each year.

Biodiversity is not conserved or reproduced – it is renewed

Seeds are first and foremost the reproductive organs of autonomous living organisms, plants, as well being part of a common heritage which has evolved and continues evolving alongside humans. The renewal of biodiversity is the very condition of life, which would simply disappear if all living organisms were too much alike, and incapable of evolving to adapt to the natural environment. Seeds travel, but grow into plants that do not move; once they have taken roots, only their diversity and their genetic variability will allow them to adapt to the diversity of land and climate conditions. Farmers have always sought to improve and adapt their varieties by selecting some seeds out of their crops and exchanging them in small quantities between themselves, in order to maintain their diversity and variability. Such exchanges have given birth to numerous plant varieties, commons born from the work and knowledge of the rural communities which have selected and safeguarded them.

Industry versus biodiversity

The industrial seed system hates diversity, and aims to replace such exchanges between farmers and communities with mass markets. It can only tolerate standardised, homogeneous, stable products. A century of “plant breeding” has satisfied the needs of the industry, with eugenic methods in line with late 19th and early 20th century ideologies: the identical multiplication of “elite” plants, and the suppression of all individual plants which don’t fit the established norms. A new player emerged in lieu of farmers to select and multiply these new elite seeds in an artificial environment: the seed industry, an extension of the agribusiness and the pesticide industries. Homogeneous varieties are indispensable to industrial transformation processes. And since seeds are now all identical, farmers can no longer adapt them to the diversity of land and climate conditions using traditional methods; the variability of agricultural conditions must itself be suppressed and homogenised with chemical fertilisers and industrial pesticides, which the new seeds have specifically been selected for.

F1 hybrids and certification make farmers’ seeds illegal

In order to create and expand a market for their seeds, industrial interests have to eliminate their main source of competition: the seeds that farmers can reproduce themselves, every year, with every new harvest. To this effect, they have used both legal and technological methods – patents and certification on the one hand, hybrid seeds and biotechnologies on the other. The generalisation of hybrid corn from the 1930s onwards, first in the United States and then in the rest of the world, made it normal for many farmers to have to buy their own seeds anew every year. The legal instrument used by the US seed industry to protect its acquired market



Bearded wheat (source: Yann G, cc-by-nc-sa)

position was the patent. In Europe, seed industrials have chosen a slightly different approach, lobbying for the establishment of an official and mandatory catalogue of seeds and varieties. It was made illegal to sell or even circulate a seed which was not certified and registered in the catalogue. The legal instrument used to protect plant breeder's interests was in this case the *certification d'obtention végétale* (COV). Today, with the development of biotechnologies that force plants' life processes to fit industrial needs, COV and patents are often combined to obtain total protection of intellectual property.

Humanity's common heritage vanishes into numeric databases

The appropriation of genetic resources

Cultivated biodiversity is the key raw material on which the seed industry depends. By making farmers' seeds illegal, there is the risk that cultivated biodiversity could disappear under the laws driven by industrial interests. This is why governments have organised the collection of all existing seeds and varieties before they potentially disappear. In 1983, the UN Food and Agriculture Organisation (FAO) argued that "phytogenetic resources are a common heritage of humankind and must be preserved and freely accessible to be used in the interest of present and future generations." Farmers' seeds growing in fields around the world thus became a resource freely accessible to the industry. This heritage has become a commodity on the global market. On the one hand, the seeds, generated by the labour and knowledge of farmers, are declared to be a common good to all humankind, and cannot be commercialised because of the mandatory catalogue and certification; on the other hand, they can be turned into privatised commodities by the seed industry through intellectual property rights.



Native corn,
Oaxaca, Mexico
(source: craigregular,
cc-by-nc-nd)

Initially, the public collections of genetic resources that were thus established were accessible to all. But farmers weren't given any real means to access and make use of this wealth, although it had originated in their fields. They were even prevented from doing so due to confidentiality rules, to the absence of a crop identification system, and to numerous administrative obstacles. In 1992, at the Rio Summit, the countries from the global South, which host the major part of global biodiversity, demanded that the benefits derived from the development and marketing of their genetic resources be shared with them. The seed industry took this opportunity to force them to formally recognise the intellectual property rights which generate these benefits. Since then, only a handful of new patent holders have actually respected their commitment to share benefits; and not one COV holder has respected this commitment, since they are under no obligation to state the origin of the genetic resources they use. The main change resulting from the 1992 compromise was that all collections were placed under the direct authority and sovereignty of states. It is becoming more and more frequent that these states deny farmers any access to their collections even though these are the very farmers whose parents have generated everything they contain. Only the industry benefits from continuous access to the collections, under the pretext that they give access to a tiny fraction of their own genetic resources.

Synthetic biology: a virtual reality replacing the natural world

After selecting elite plants, using natural crossing techniques, from the beginning of last century, and after manipulating their genes directly in the 1980s, the seed industry is now venturing to build synthetic genes, on the basis of numeric virtual sequences stored in computers. Genetic engineering's transgenes are still approximate copies of natural genes, altered through chemical manipulation. The next step will thus be the development of totally artificial plants. Under the pretext of a lack of funding, national gene banks have been abandoned, reduced to computerised or privatised gene collections. At the same time, the main areas of origin and diversification of the world's major crops have been deliberately contaminated by patented



genes. An “apocalypse gene bank”, set up in 2008 on a Norwegian island, is only accessible to transnational corporations and preserves all the world’s seeds in ice. These frozen seeds will never be planted again to maintain their germinating capacity. Synthetic biology has no need for living seeds; numeric genetic sequences, which can be retrieved from dead plants, can be reproduced through chemical synthesis. This is probably why transnational corporations have left seed banks to die.

Collective rights and commons

The collective rights of farmers, gardeners and communities

Cultivated biodiversity is an unalienable commons, a common heritage of the farmers’ communities which have selected it over millennia. We borrow it from our children. Until the recent apparition of the seed industry, all cultivated varieties were reproducible. All were first and foremost local varieties. They were selected and conserved in a particular region, by a particular human community, under collective use rights which were often unwritten, and were negotiated within these communities: the right to conserve, to re-sow and to exchange seeds while respecting agronomical and social rules, or rules for protection against exogenous pollen flows, consumption, seed thefts, wars, invasive plants or the forced replacement of locally adapted varieties with external crops which proved to be only temporarily more profitable. Along with these traditional rights, one should also add the right to participate in decisions on managing public resources, the right to access their parents’ seeds locked up in gene banks, the right to protection against transgenic contamination, subsidised industrial seeds, de-localisations or biopiracy, the right to preserve farmers and community knowledge. These rights are neither property rights nor individual rights, but collective use rights.

The characteristics which single out a farmers’ variety cannot be reduced to morphological traits, nor to its numeric genome; its characteristics are primarily reflected in terms of agronomical techniques, taste, nutritional value, cooking, adaptation to transformation techniques, culture, religion, landscape... all of which relate to a specific local, social and economic context. There is no variety without the human community that has selected and renewed it. Reducing a variety to its morphological or numeric characteristics is a way of separating it from its specific local, social and economic character, in order to facilitate its appropriation by impersonal trade and intellectual property rights. The denial of communities’ collective rights will often result in the destruction of these communities and of their economic, social and cultural environment.

In affluent countries, most traditional rural communities have disappeared, replaced by industrial agriculture. But new communities and networks are arising today, not necessarily grounded in a single location, but upholding a common agricultural, economic and social model, based on autonomy and re-localisation. These communities are engaged in selecting and renewing new farmers’ varieties, working with the resources still available in public collections. They have to decide which



rules are to govern the use of these seeds. As long as the rules are not decided upon collectively, each individual will be responsible for answering questions such as: will he/she obey the laws of the market and give seeds away to people who won't be able to cultivate them correctly, or who will generate unfair competition, which will destroy the community where the seed was originally selected, if not destroyed by biopiracy, private appropriation of the variety or development of GMOs? Or will he/she decide that the variety is sufficiently stable and can be circulated safely? Or that the variety is too young and fragile, and that the seeds should only be given to people who are able to take care of them properly?

These collective rights are not alienable, they are not commodities – a use right which can be sold can be bought by an individual and become a private property. These use rights are negotiated, first within communities, then between communities. Free trade can only come after these negotiations have taken place.

Free seeds or local commons?

Farmers' seeds are not in fact part of any "global heritage": the dynamic management of biodiversity does not take place on a worldwide scale, but on the scale of local territories and communities. Unlike standardised industrial varieties, farmers' seeds which are used in a particular area and according to particular agricultural methods have been specifically developed and selected within this area and this agricultural model, so that it is naturally adapted to them. Such seeds can then be circulated between areas and/or agricultural models, which renews their internal diversity by bringing out characteristics which remained undeveloped in the initial conditions. This circulation also renews the diversity of the genetic stock where they are introduced, or gives birth to new varieties which are adapted to the new location and to the local people's practices. But before they can be cultivated on a large scale in the new area, they must be adapted to the new conditions through successive selection and multiplication cycles. This is why exchanges of exogenous seeds usually involve small quantities, barring exceptional circumstances or catastrophes. Seed trade is either local or restricted to very small amounts, as opposed to the global seed trade, which distributes industrial maize seeds – seeds which have been multiplied in one country (Chile) – all over the world. Seeds are today either a local commons, or an industrial commodity protected by intellectual property rights. The former are and must remain subject to the collective use rights of the communities which give them away or receive them. Only those communities can decide if those seeds are free or not. The latter cannot be as "free" as a free fox in a henhouse: the dissemination of industrial seeds can only be accepted by local communities, after they have first had an opportunity to assess the potential risks on their health, on the environment and on local agricultural and cultural systems. GMOs and other biotechnologies should be banned.

Going even further than the Rio Convention on Biological Diversity, the International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture (ITPGRFA)



acknowledges the past, present and future role of indigenous and farming communities in conserving phylogenetic resources, as well as their ensuing rights: the right to see local knowledge protected; to have a share in the benefits of any development; to participate in national decision-making regarding genetic resources; to conserve, re-sow, exchange and sell farmers' seeds. The responsibility to enforce these rights is nevertheless delegated to governments.

Is this prospect based on real political commitment or is it just a facade? In its attempt to breathe new life into the concept of "global heritage", industrial propaganda is now arguing that COV "liberates" seeds from patents in order to legitimise a new global campaign to collect all wild and cultivated biodiversity and the associated local knowledge. By crossing and re-crossing every available genetic resource in every direction, the industry will wind up having exhausted any possible innovation. It has now done away with the barriers between species, and it is able to use, just like the pharmaceutical industry, any gene derived from wild biodiversity. The appropriation of communities' local knowledge allows it to know where to look. Brandishing the threat of a global food, climate and energy crisis, it is now venturing to take control of the remaining three quarters of wild global biodiversity, just as it has done with the cultivated first quarter. This translates into a large-scale and brutal appropriation of land, forests, rivers and underground resources (which they try to legitimise by presenting them as "global heritage", rather than the heritage of local communities). This new expansion of the enclosure of the commons also involves patents being extended to genes, atoms, nanoparticles or BiPs, as well to services and technologies to make use of biodiversity.

Sowing Biodiversity

In a context where states betray their public trust role by legitimising the appropriation and destruction of biodiversity, it becomes vital to empty out the gene banks and start rebuilding living genetic collections in the fields of the world, as well as in open seed houses, under the control of civil society. This is not about going back to the agricultural practices of our grandfathers, although their seeds are probably the best starting point for modern farmers' seed selection. There is a place for the progress of a century of plant breeding, as long as it is not dependent on chemical fertilisers and pesticides, fossil fuels, or biotechnologies which have adverse health, environmental and social impacts. A crucial shift will be the advent of a legal framework which excludes any form of intellectual property right on life forms and on the associated knowledge, and which recognises the right to food sovereignty and the collective use rights of communities as legitimate restrictions to "free" trade. These collective rights are the key to the survival of biodiversity as a commons against intellectual property rights and free trade, which aim to replace it with virtual synthetic clones. Nobody will give us those rights; organised civil society must claim them. To prevent the deliberate destruction of biodiversity, biodiversity has to be sown and re-sown.

Even if it involves civil disobedience!



The big squeeze: Geopirating the remaining commons

PAT MOONEY

Pat Mooney is the executive director of ETC Group

As the UN General Assembly prepares for the June 2012 environmental summit in Rio de Janeiro, the global response to the current set of crises around “food, fuel, finance and Fahrenheit” are giving rise to even greater commoditisation of our lives, writes Pat Mooney. In the face of new “shock doctrines” around agricultural erosion, ecosystem collapse, cultural extinctions and gender “disappeareds”, Mooney discusses the supposed therapies and ultimate pay-offs.

The UN General Assembly is preparing for a head of state summit on environmental issues in Brazil in June 2012. Dubbed “Rio +20” to privilege the 1992 Rio Earth Summit, some critics are already calling the high-profile event “Rio -20”, in just the latest in a succession of global “happenings” that began with the Stockholm Conference on the Human Environment in 1972, trundled on to Rio de Janeiro in 1992 and then bumbled into Johannesburg in 2002. Retrospectively, the most famous event in Stockholm in 1972 was a botched bank robbery in which a few employees were kidnapped. Once released, some of the employees appeared to have fallen in love with their captors in a psychiatric phenomenon now known as the “Stockholm syndrome”. Looking back over 40 years of UN environmental jamborees however, the real victim of the Stockholm syndrome was the UN itself, and the coterie of civil society organizations kidnapped by the charisma of summitry.

The Rio Earth Summit of 1992 adopted “Agenda 21”, including a series of treaties and agreements intended to conserve and restore biodiversity, halt desertification, stop deforestation and safeguard us from climate change. When leaders meet in Rio in 2012 they will be told that the deserts have expanded, biodiversity is collapsing, only a scientifically baseless redefinition of “forest” by some governments allows them to pretend that deforestation is slowing and the climate change biz is booming on offsets and credits.



Texas, United States
(source: josipbroz, cc-by-nc-sa)

The new summit will announce a “green economy” offering a technological “fix” for all our environmental and economic woes.

In the midst of crises and chaos, gullible governments and panicked publics grasp at “magic bullet” solutions. But magic has its price – surrendering power, property and/or principles. It is a classic political strategy, most recently described by Naomi Klein in “The Shock Doctrine”. When the calamity subsides, the magic is gone – and so is social sovereignty. Our current set of crises – food, fuel, finance and Fahrenheit – are setting us up for a classic coup over those parts of our world – and our lives – that have yet to be commodified. This coup is already well underway and it is projected to culminate in some kind of new global consensus Rio +20 summit.

Here’s an overview of how this massive new shock doctrine is supposed to play out...

Shock #1 – Agricultural erosion

When we need it most, we are losing most of our living diversity. 75 per cent of agricultural biodiversity is already extinct. We are losing 2 per cent of crop and 5 per cent of livestock diversity every year. Today’s extraordinarily high food prices may weave and wobble but they may never again dip to late 20th century levels. The demand for land to grow agrofuels, commodity speculation, consumer pressure, water shortages and (most of all) climate chaos ensure that food supplies will remain erratic and expensive.

Industrial agriculture has already made long-term food security a scarce commodity. From 40 livestock species and 7,000 crop species, industry only works with five livestock species and 150 crops (heavily emphasizing just 12 crops). Meanwhile, farmers are spending US\$90 billion a year on synthetic fertilizers trying, in vain, to make up for the more than 24 billion tonnes of topsoil destroyed by factory farming every year. Below ground, the same farms are sucking up 25 per cent more water than threatened aquifers can replace. From more than 35,200 marine species, industrial



fisheries focus on 336 species. 75 per cent of the global fish stocks are either fully exploited or substantially depleted.

Agriculture is also losing its pollinators: North American grassland bird populations have dropped by one-third since Rachel Carson, in 1962, warned us of a silent spring, and 40 per cent of global bird species are in decline. At the 2012 summit, governments shouldn't celebrate Rio +20 but rather lament Carson -50.

Shock #2 – Ecosystem collapse

There is no such thing as marginal land. Salt marshes in the United States account for 20 per cent of all US carbon up-take. Global carbon up-take from coastal habitats is roughly equal to Japan's annual GHG (greenhouse gas) emissions. So-called under-utilised forests and savannas play a massive role in protecting us from global warming. Two-thirds of the world's ecosystems are in danger of collapse.

Shock #3 – Cultural extinctions

The world's indigenous peoples (just 6 per cent of humanity) nurture the more than 50 per cent of wild plant and animal life in forests and savannas and are often the sole protectors of surviving crop, livestock and aquatic species used for food. They also secure the medicines that safeguard the health of 80 per cent of people in the global South. Yet 90 per cent of the world's 7,000 remaining languages may become extinct by the end of this century. Humanity is losing at least one language every fortnight.

Shock #4 – Gender “disappeareds”

Women are the guardians of most of this knowledge. But patriarchy prioritises male literacy, meaning that women's wisdom, embedded in local languages – carrying their precise understanding of specific plants, soils, animals and ecosystems – disappears, denigrated and untranslated.

We're not just losing the message; we're losing the messenger – the women themselves. Female infanticide is pandemic. In 1990, Amartya Sen estimated the loss at 100 million lives. In China, the gender imbalance was 108 boys to 100 girls for the generation born in the late 1980s; today's generation is 124 to 100. Similar ratios are showing up in India and elsewhere around the world. The diversity we most need to protect is that of indigenous and peasant women. Because of this loss, the so-called “baby boomer” generation is the first generation in history to lose more knowledge than it has gained.

Therapy #1 – Geopiracy

Industry (and their governments) argue that to feed and fuel ourselves in the decades ahead, we must move from a “fossil carbon” to a “living carbon” economy. The oft-heard and most alarming statistic is that only 23.8 per cent of the world's annual terrestrial biomass is being appropriated today – meaning that 76.2 per cent of our land-based biomass remains to be commodified. Rumors of the impending “carbohydrate



economy” have been with us for some time, but new crises and technologies now make its arrival opportune. As one Cargill spokesperson puts it: “[A]ny chemical made from the carbon in oil could be made from the carbon found in plants.” At stake are some (or all) of the raw materials for the US\$8.5 trillion food/fodder/fibre industries, the US\$2 trillion chemical products industry, portions of the US\$825 billion pharmaceutical industry and, of course, the estimated US\$5 trillion energy industry.

The goal is no longer to produce food or fuel but to create and control as much biomass as possible. Corporate structures are being reconfigured. Major energy companies are jostling for dominance with conventional chemical and agribusiness/biotech companies. Exxon Mobil and BP have recently each invested US\$600 million in new biomass strategies. Shell and Chevron are also investing in biomass technologies, while BASF and Monsanto have partnered in a joint US\$2.5 billion venture to challenge the energy industry. Unilever and Kraft are looking to algae biomass for their future raw materials. The gene giants have become our new biomassers.

Therapy #2 – Geoengineering

The second magic fix is to control the thermostat to dilute or delay climate change. Lacking the political will to adopt tough policies, northern governments are eager to embrace geoengineering to sidestep drastic changes in consumption and lifestyle. Geoengineering schemes include an astounding range of experiments to transform the biology of large ocean surfaces, restructure clouds and block solar rays through stratospheric barriers. As absurd as this sounds (and the scientists advocating this concede that the risks are extreme and success uncertain), the UK Parliament and the US Congress have recently held hearings sympathetic to all of the proposed strategies.

Arguing that the world’s governments will not achieve a new multilateral agreement to effectively address climate change, geoengineers are calling for a new “coalition of the willing” wherein a handful of governments and industries will use technology to prevent the worst aspects of global warming. They argue that the proof of principle is that we have already geoengineered the planet into this crisis. The governments and industries who got us into this mess, who have denied or delayed action on climate change for decades, who refuse to take substantive action even now and who lack the courage to tell their citizens to take the bus, have neither the intelligence or integrity to be entrusted with control of the world’s thermostat.

Therapy #3 – Nanomanufacture

Industrial manufacture is moving down to the nanoscale (one nanometre = one billionth of a metre) – the scale of atoms – everything from rocks to rice. When everything in nature is seen as composites of atoms and molecules, the technologies that make iPads could be considered to be the same as the technologies that create life.

Since 2000, governments have spent US\$50 billion on nano-scale technology research. Most of the Nobel laureates in physics and chemistry over the past 15 years



have been working at the nano-scale. When the Royal Society in the UK conducted its analysis of nanotechnology in 2004, industry reported that there are more scientists in the vicinity of Beijing working on nanotechnology than there are in all of Western Europe – at one-twentieth the cost of Western European scientists. Close to 50 countries now have national nanotechnology initiatives and the race is on to see which countries will not be left behind.

Nanotech's spin doctors claim that the global market for the (approximately) 2,000 products incorporating nano-scale materials (note: not the sole value of nanotechnology itself) is around US\$400 billion. This, the spin doctors say, will jump to US\$2.6 trillion by 2014. At this point (while not forgetting the industry's enormous capacity for hype), nanotechnology could account for as much as 15 per cent of global manufacturing and have the combined market value of the telecommunications and informatics industries and 10 times the market clout of biotech – and still be in its infancy. More money has gone into research in nanotechnology than was spent collectively on the Manhattan and Apollo projects. With so much already spent, governments are still not thinking about health, the environment or livelihoods. Although nano materials are already in foods, pesticides, cosmetics, sunscreens and textiles at a scale that can enter our skin or organs undetected by immune systems, there are virtually no safety regulations anywhere in the world. The huge attractiveness of nanotech for industry is that it multiplies the uses of the Periodic Table and hugely changes raw material requirements. The value of presumed national treasures could rise or fall precipitously with changes in nanotechnology.

Therapy #4 – Synthetic biology

To get “beyond petroleum” industry says, we must build unique biomass. For synthetic biologists, life is Lego. DNA's double helix is just a kind of chemical circuitry that can be assembled with off-the-shelf parts. (1) These engineers (many are not trained as biologists) are attempting to build artificial self-replicating organisms that can do almost anything.

Not only can “synbio” build DNA, it can also teach the cell's machinery to read DNA differently. (2) Scientists at Cambridge University have cajoled cells to read DNA's four-letter nucleotides in larger sets or codons. (3) Instead of just 20 amino acids from which to build different proteins, this more literate DNA can theoretically have 276 amino acids to mix and match, with the potential to construct proteins that don't exist in the natural world – the building blocks for unbelievably different life forms. Scientists have already constructed five- and six-base double helices.

A few months ago, J. Craig Venter captured world headlines by announcing that his private-sector scientists have managed to build “Synthia” – the first-ever synthetic, self-reproducing microorganism. Many scientists regard Synthia as the most significant scientific accomplishment since the splitting of the atom.



Meanwhile, iBoL (the international Barcode of Life) consortium is mapping the genome of every known species, placing the electronic map on the internet and depositing a sample in the USA. Once mapped, it will be possible for researchers – armed with Craig Venter’s self-replicating technology – to download a genetic blueprint, tweak it at will and construct new life forms. Some argue that gene banks, zoos and botanical gardens – and conservation programmes – are redundant. It is theoretically possible to create (and patent) more unnatural biodiversity in a test tube than there is natural biodiversity in the Amazon.

Payoff #1 – Massively destructive individuals

For industry, the alluring side effect of the new techno-fixes is that almost anyone, using almost anything, can be massively destructive. The state’s inevitable reaction is to seek massive control over everybody.

Are the tools of destruction so readily available? Carbon nanotubes are only airfreighted in minute quantities because they tend to explode in larger packets. Aluminium oxide, routinely used by dentists, also explodes in nanoparticle form. (The US Air Force is experimenting with aluminium oxide to ignite bombs.) Gold nanoparticles, between seven and twenty-one atoms, can be used as catalysts. So what? According to one of the most watched videos on the internet, if you drop Mentos Mints into a two-litre bottle of Diet Coke, it too will explode. But out of all of these potentially explosive materials – aluminium oxide, carbon nanotubes, gold, Mentos Mints and Coke – only Coke can’t go through airport security. Quantum effects offer the potential to change all of the characteristics of all nature’s elements when particles are reduced to the nanoscale. This changes almost everything. Russia has already exploded the first nano-bomb – flattening buildings – the world’s most powerful non-nuclear weapon.

Payoff #2 – Mass monitoring

The new nanoscale technologies create – and require – social monitoring. And the cost and labour of monitoring can be borne by consumers. The most obvious example is Facebook, with 400 million plus members. Whatever doesn’t make it into Facebook or MySpace can probably be found on one of the two blogs per second being launched on the internet. Privacy is no longer a “social norm”. Meanwhile, YouTube is uploading 10 hours of personal video every minute. This year, according to some analysts, there will be as many functioning cell phones on the planet as there are people. Most of them come with cameras and a disturbing number use GPS (global positioning system) to advertise their location. And they tweet their purchases, politics and paranoia to friend and foe indiscriminately. Computer algorithms are not only sorting out who is buying what, but mining the massive data cloud to identify emerging trends and tensions that might become threats and revolutions.

Payoff #3 – Mass markets

new work in genomics and neurosciences create new profit opportunities as well as new control strategies. The public goal is to cure disease but the private opportunity



is to enhance human performance while increasing control. An estimated one in 10 people have some mental or physical abnormality that someone else thinks needs fixing. Add to this the one in six couples that experience difficulty conceiving, and then add to that those parents wanting to select the sex of their next child and the market for performance enhancement is almost limitless. Private clinics now claim they can test embryos for 150 different genetic disorders. But we just can't seem to get a handle on poverty, pollution or patriarchy!

Enhancement, of course, will be pricey ... and perpetual. Implanted cognitive chips will allow families to pay for upgrades for their children. (Failure to upgrade could leave a version 2.0 child to duke it out with a 2.3 sibling parented by 1.0 losers!) Enhancement will come with an introduced Terminator sequence that will render the parents sterile until they renew their licence for the next generation. Those who refuse – or can't afford – to be enhanced will become outcasts. If someone has a cognitive chip in their brain, who has the remote control?

Payoff #4 – Massnational corporatism

Collusion between elites in industry and governments is hardly new. But the high-risks involved in shock therapy require extraordinary levels of industry/government coordination. Governments want the techno-fixes (and plausible denial); industry wants its investments secured, its liabilities controlled and unfettered monopoly over natural resources.

With the new techno-fixes, size matters. The value of global annual corporate mergers in 1975 was approximately US\$20 billion. Before the recent financial crisis, global mergers soared to almost US\$4.5 trillion. Industry may well opt more for alliances or consortia in the years ahead in order to avoid unwelcome scrutiny.

Intellectual property and other forms of technological monopoly are already forcing new alliances. In recent years, patents have been granted that subsume one-third of the Periodic Table; two-thirds of industrial manufacture; and almost all agricultural species. US patent 5,874,029 covers methods for particle nano-isation. The invention can be used in the pharmaceutical, food, chemical, electronics, catalyst, polymer, pesticide, explosives and coating industries – just about the whole economy. US patent 5,897,945 claims nano-rods containing any of 33 elements – over one-third of the working parts of the Periodic Table. Meanwhile, six agribusinesses have applied for – or obtained – mass-genome plant patents extended to the plant's commodity use.

Will this global shock doctrine really work? Many of the therapies and payoffs will fail. However, technological failures can still breed windfall profits. As governments gather in Rio to mark 20 years of failure of leadership and action, we must remember that the only antidote to our 50-year march toward silent spring is another 50-year struggle by an anything-but-silent civil society

Lista de sites

List of websites

- David Bollier [en]: <http://bollier.org>
- On the commons [en]: onthecommons.org
- Our water commons [en/es]: ourwatercommons.org
- The Commons Sense Forum [en]: <http://www.commonssense.it>
- Biens communs [fr]: <http://bienscommuns.org>
- Remix the commons [fr]: remixthecommons.org
- Rede do Bem Commun [pt]: <http://coolmeia.org/bemcomum/>
- Bienes Comunes [es]: <http://www.bienescomunes.org>
- Commons blog [de]: <http://commonsblog.wordpress.com>
- Heinrich Böll Stiftung [en]: <http://www.boell.de/economysocial/economy/economy-commons-10451.html>
- Heinrich Böll Stiftung [es]: http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/carpeta_bienes_comunes.pdf
- Focus on the Global South:
<http://www.focusweb.org/taxonomy/term/213>
- ETC Group [en/es]: <http://www.etcgroup.org>
- Vecam [fr]: <http://vecam.org>
- Agter [fr]: <http://www.agter.asso.fr>
- Partage des eaux [fr]: <http://www.partagedeseaux.info>

**Ritimo**

21 ter, rue voltaire - 75011 Paris

T. +33 (0)1 44 64 74 16

www.ritimo.org / www.coredem.info

Este número é uma reedição da primeira versão publicada em maio de 2010 e coordenada por Olivier Petitjean:

mercredis.coredem.info/communs

A first version of this publication, edited by Olivier Petitjean, was published in French in May, 2010:

mercredis.coredem.info/communs

Coordenação deste número / *Coordination of the present edition*

Erika Campelo

Tradutores / *Translators*

Gercélia Batista de Oliveira Mendes

Adauto Villela

Susanna Gendall

Projeto gráfico / *Graphic design*

Guillaume Seyral

Capa e diagramação / *Cover & layout*

Antoine Olivier

Foto da capa / *Cover photograph*

Benh Lieu Song

Direitos de reprodução: A reprodução e/ou tradução para outras línguas do conteúdo deste caderno são não apenas autorizadas como incentivadas, sob reserva de menção da edição original e de comunicação à Ritimo.

Reproduction rights: *We not only authorise, but also encourage the reproduction and/or translation into other languages of this publication, provided there is an explicit reference to the original edition and Ritimo is informed of it.*

Ilustrações: Salvo menção expressa, todas as ilustrações deste caderno são imagens sob licença Creative Commons (cc) retiradas do site flickr : www.flickr.com/creativecommons

Illustrations: *Except when otherwise mentioned, all images and photographs in this publication are under a creative commons (cc) licence and posted online on flickr: www.flickr.com/creativecommons*

Impresso no Brasil pela gráfica Stamppla sobre papel 100% reciclado

Lenza Eco 80 g e Lenza Top 300 g

Printed in Brazil by Stamppla on 100% recycled paper

Lenza Eco 80 g e Lenza Top 300 g

ISBN: 2-914180-44-6 / Paris, junho de 2012 / *June 2012*

Ao longo da história, as sociedades inventaram e desenvolveram, principalmente em escala local, modos de gestão coletiva dos recursos naturais visando a assegurar sua sobrevivência e sua prosperidade: os “comuns”. (...)

No entanto, os modelos dominantes de desenvolvimento (desde o capitalismo das grandes empresas até ao capitalismo de Estado) tenderam a destruir deliberadamente ou, ao menos, a marginalizar essas formas de gestão, apresentadas como arcaicas. (...)

Os trabalhos aqui reunidos têm por objetivo demonstrar, através da apresentação de experiências concretas e de análises oriundas de diversas redes e organizações da sociedade civil militante, que os comuns são um modelo de futuro para enfrentar as situações de crise social e ambiental observadas em todo o planeta e os desafios globais, como a mudança climática. Um modelo que oferece muito mais garantias em termos de proteção da integridade do mundo natural, de sustentabilidade, de democracia e de justiça social que os modelos atualmente privilegiados pelos governos, pelas grandes empresas e pelas instituições internacionais.

Over the course of history, societies have developed specific ways to manage natural resources collectively, so as to ensure their prosperity and continuity. This most often took place on a local scale. These are the “commons.” (...)

These collective forms of resource management have survived (including in “developed” countries), changing over time, up until the present day. They have survived despite dominant development models (from big business capitalism to state capitalism) attempting to destroy them, or at least marginalise them, seeing them as archaic remnants from the past. (...)

This collection aims to demonstrate, by way of concrete examples and analysis which have been put together by activist networks and civil society organisations, that the commons are a key aspect to the way forward when it comes to addressing the manifold social and environmental crises in many parts of the world today. They also represent the way forward in how we deal with global challenges such as climate change. As opposed to many of the “solutions” currently promoted by governments, big corporations and international institutions, the commons have proved much more reliable and effective in protecting the integrity of the natural world while fostering sustainability, democracy and social justice.



A Coredem é um projeto realizado em colaboração com a Fundação Charles Léopold Mayer (FPH) e Ritimo
Coredem is a project developed collaboratively by the Charles Léopold Mayer Foundation (FPH) and Ritimo

10 euros - ISBN: 2-914180-44-6